

A Identidade do Negro no Brasil

(17/09/1985)

1 - Introdução

A questão da identidade é uma das mais complexas nas ciências sociais. De tempos em tempos, devido à mudança dos enfoques políticos e ideológicos, o centro da questão desliza de uma disciplina para outra. Há cem anos atrás, “identidade” era sinônimo de “identidade histórica”, ou seja, um papel independente exercido por determinada nação, num dado período de tempo. A duradoura influência de Durkheim e seus discípulos deslocou o problema para certamente uma “identidade social”. Esta, no entanto, foi levada por uma nova geração para algo como “identidade etnográfica” ou mesmo, “identidade antropológica”, etc.

Sem negar a legitimidade, a importância e, mesmo, a complementaridade de todos estes esforços da ciência social, diria que o foco hoje situa-se numa dimensão psicológico-social da etnocultura. Os excessos da valoração social da identidade tornaram-se enjoativos. O eurocentrismo atingiu seu máximo, disfarçado de ideologia social progressista. As diferenças práticas entre o nazismo e outros ismos tornou-se, não raro, privilégio de perfumaria. Ocorreu aquilo que Gore em momento feliz chamou de “conspiração da raça branca” contra o resto da humanidade. Felizmente a rejeição de tais ridicularias iniciou-se na própria Europa. Primeiro a “Escola de Frankfurt” e, logo, dezenas de grupos, oficinas intelectuais, etc., iniciaram a desconstrução do europeísmo e das formas metodológicas do racismo.

É claro que os conservadores têm gritado nos últimos vinte anos contra o “pessimismo” dos intelectuais “hipercríticos”, etc. Não se poderia esperar outra coisa. A nova percepção, no entanto, sofreu um certo bloqueio, dentro do clima de confrontação internacional do contexto da guerra do sudeste asiático (1965-1975 sendo auge). O avanço dos movimentos étnicos por toda parte contribuiu para descongelar a necessidade de novas interpretações, mais flexíveis, e que partissem de movimentos sociais vivos. As teorias críticas que ofereciam pistas do que faziam os novos movimentos desenvolveram-se, portanto, no bojo deles.

Como consequência dos novos enfoques, desapareceu a idéia comum até os anos 50, de uma “psicologia individual”, oposta à psicologia social. Sendo a psicologia social hoje compreendida como aquela que explica a dinâmica dos indivíduos, aceitou-se mais amplamente que o indivíduo deve ser analisado em grupo, comunidade, etc., em oposição à antiga concepção do “indivíduo normativo”.

Conseqüentemente, uma certa convergência vem ocorrendo nos métodos de abordagem dos movimentos sociais, abordagem que ainda não produziu seus melhores frutos porque as decorrências ideológicas das mesmas vem sendo bloqueadas por restos de visões políticas ossificadas. Assim, preparam-se obstáculos, barreiras, mordanças, etc., aos movimentos sociais, como se os mesmos houvessem escapado do estábulo de alguém. O monopólio da opinião pública ou do oficialismo é um dos elementos favoritos da dominação. Infelizmente, para tais monopolistas, a opinião pública quase sempre se encontra dividida. É preciso então fabricar uma “maioria silenciosa”. Esta maioria eventual ou aparentemente, no caso em que não exista, serve de cobertura para atos repressivos ou opressivos. Assim, durante mais de década foi possível apresentar os movimentos sociais que resultam da crescente heterogeneização societária como manifestações de anormais, criminosos terroristas, deserdados da história. O acirramento das lutas de novo tipo, sociais, de gênero, de grupo, étnicas, etc., levou a um crescente esforço dos governos e das culturas oficiais, em toda parte, para padronizá-los e submetê-los a seus objetivos estratégicos. A padronização cultural, o avanço do cosmopolitismo, combinado com formas brutais de repressão, obtiveram um êxito temporário. Nos EUA, por exemplo, o movimento negro foi parcialmente liquidado, sem se conseguir, contudo, eliminar suas lutas pelos direitos civis.

Entre as políticas opressivas praticadas pelas classes dominantes e, em alguns casos, por governos, está a propaganda e distribuição de drogas. O modelo desta ação foi padronizado pela destruição da juventude do Harlem e do Bronx nos EUA e logo, como parte das políticas mais agressivas dos órgãos de segurança, espalhou-se pelo mundo todo. O tráfico de drogas está a tornar-se o perigo social principal, neste fim de século.

Tudo isso mostra o perigo do cosmopolitismo e de suas táticas de dissolução das comunidades étnico-sociais das diferentes sociedades. Trata-se do mais brutal “divide e reina”. Daí a importância do debate da consciência étnica, das identidades étnico-culturais e das normas de reorganização das comunidades, no nível do poder político que pode ser mudado, o município.

Para nós, brasileiros, é importante a percepção do horizonte multicultural da sociedade. A multiculturalidade oferece um dinamismo novo aos programas de organização e resolução, dos problemas materiais e políticos. O avanço da consciência multicultural é bandeira indispensável do movimento negro, e encontra-se muito ligada à luta pela representação das forças sociais e étnicas, a todos os níveis, econômico, social e político.

O problema da identidade cultural dos negros, ao ser dos negros, é necessariamente um debate étnico-cultural. O avanço dos negros na racionalização, no estudo, na compreensão dos seus problemas, é um avanço de parcela ponderável dos brasileiros. Pode-se entender como um avanço de todos os brasileiros.

A legitimidade autotélica das diferentes culturas também se aplica à cultura negra. A liberdade comunitária, através de legítimos conceitos requeridos pelas estratégias de convivência, é a fonte do livre desenvolvimento da personalidade. O desenvolvimento dos distintos papéis requeridos dos indivíduos na sociedade hodierna, implica este livre desenvolvimento pessoal. A identidade pessoal de cada um pode desempenhar-se em suas múltiplas identidades coletivas. Esta identidade pessoal, contudo, mesmo nas condições atuais, é uma resposta das tramas autênticas, ancoradas desde a consciência étnica.

A diluição da consciência grupal, na verdade, é a diluição da própria consciência do grupo social. Ou seja, é a parte principal do desaparecimento do ser social “grupo”, em referência. Caracteres exteriores ou traços aparentes não são, de todo, importante. Exemplifiquemos com o rótulo “índio” ou “indígena”. “Indígena” quer dizer apenas “próprio da terra”, ou, em outro termo, “autêntico”, “natural do local”, etc. Aplicar a palavra “indígena” às centenas de culturas pré-cabralinas brasileiras não afirmará, por certo, nada de positivo. Estas centenas de culturas poderiam ser reduzidas a um mapa de algumas dezenas de etnoculturas, mas “indígena” continuaria a ser de todo ineficiente.

“Índio”, por outro lado, seria o “habitante da Índia”, procurado por Colombo em sua viagem, mas que estava muito longe da “América”. Por extensão, os “indígenas” viraram “índios” e os “índios” viraram “indianos”. Por quê? Não há lógica no colonialismo. Usa-se aqui a lógica das gramáticas européias, isto é, a falta de lógica própria dos gramáticos. Em alemão e sueco “indianer” são os “indígenas da América” e “indier” os “indígenas da Índia”...

No entanto, “índio”, é um apelido muito comum. Refere-se (1), ao natural americano ou brasileiro, fora de sua aldeia; ou (2) a qualquer indivíduo que pareça com o “índio”, neste caso, referido em (1). Embora os “índios” constituam o segundo grupo numérico étnico-cultural do país, eles são culturalmente ignorados como realidade própria. Por quê? Porque o colonialismo logrou diluir suas consciências sociais específicas, eliminando-os como identidade étnico-cultural.

Desde a mais distante antigüidade oriental, a dominação externa destrói a identidade étnico-cultural dos subjugados, através de dois processos correlatos e entrelaçados:

- (a) o sincretismo negativo; e
- (b) a hiperespecialização do trabalho do grupo subjugado.

(a) Sincretismo negativo

Os dominadores estimulam híbridos entre diferentes culturas, criando artificialmente elementos de síntese, ou dissolução da cultura dos vencidos, sob a forma de novas instituições, entidades, festividades, etc. Dessa maneira, um coletivo muito menor de dominadores pode-se impor sobre coletivos de identidades culturais várias vezes maiores. Foi assim que assírios, persas, gregos, chineses, romanos, portugueses, castelhanos, franceses, ingleses, holandeses, etc., conseguiram se impor a povos numérica e culturalmente mais importantes, explorando-os sob todas as formas.

(b) Hiperespecialização do Trabalho

Os diferentes colonialistas ao longo da história demonstraram particular talento em destruir a base material das sociedades adversas, ou seja, eliminam sua infraestrutura. Sem infra-estrutura própria não pode subsistir uma cultura independente. Para esse fim, a hiperespecialização do trabalho revelou-se a grande “descoberta” dos “progressistas” coloniais. Todo colonizador sempre defende algum tipo de antinacionalismo para os outros. O colonialista sempre defende alguma forma de regionalização do trabalho, ou de sua “internacionalização”. Os assírios empurraram os filisteus para produzir exclusivamente azeite para o Egito camita; os persas exportavam o trigo do Egito; os romanos transformaram a Sicília em monocultora; os portugueses implantaram o açúcar e depois o café no Brasil, etc. Sem esta hiperespecialização, como a exportação de algodão e importação de ópio, que destruíram a Índia e a China respectivamente, não é possível ao colonizador dominar o subjugado. Daí que esta ideologia de colonização se apoie no interesse econômico de uma pequena parcela social, dentro da própria cultura subjugada. Ao destruir a infra-estrutura de sua cultura, tais assimilados culturais são “premiados” com migalhas, caídas do prato do cosmopolitismo.

No caso do “índigena brasileiro”, os portugueses usaram, entre outras coisas, certas identidades étnico-culturais indígenas contra outras, para subjugá-las, escravizá-las e/ou destruí-las fisicamente. Usaram estas identidades em diluição contra os negros, transformando aquelas em “camadas intermediárias” da colonização. Ao especializá-los como “feitores”, “capatazes”, “fatores”, ou “vaqueiros”, tais identidades foram destruídas sócio-culturalmente.

Ao concretizar tais práticas, os portugueses estavam aplicando a experiência histórica de assimilação e exploração das culturas mediterrâneas e não estavam, de forma alguma, agindo ingenuamente. O caráter consciente das práticas colonialistas é tão profundo nas culturas ocidentais que, praticamente, constitui-se tabu cultural. Quer dizer, o colonialismo não é jamais analisado em sua vertente racista e destruidora, mesmo por ideologias ocidentais que se disfarçam sob o véu do revolucionarismo.

Dito em outras palavras, a consciência exploradora das culturas européias é um fator presente em todas as suas classes sociais. Ela se manifesta na sua inconsciência social como fator destrutivo e desumanizador, descrevendo a si mesma somente como os defeitos que busca enxergar nas outras. Isto porque para qualificar o mau é preciso ser mau em si mesmo. E a escravidão do outro é o grande elemento liberador desta maldade.

Pouca valia tem estabelecer uma superioridade pretensa de sentimentos ou valores, quando estes sentimentos e valores estão provavelmente bloqueados por fatores superestruturais, ou são conceitos produzidos e apropriados por minorias que não se encontram em situação muito melhor dentro de sua cultura, do que outros fora.

Eventuais preceitos religiosos do sincretismo, para usar o termo corrente, não ensinavam ao negro e ao indígena que ele devesse rejeitar a escravidão ou a opressão. Ensinavam-lhe a conformar-se, a diluir-se, a omitir-se; a tornar-se, este e aquele, passivos. Por extensão, os demais “ensinamentos” revelavam e revelam sempre o dedo do colonizador, com o tabu da inviolabilidade de seus interesses. Daí a justeza de se caracterizar tais doutrinas e sua prática como elementos de ideologia social, e analisar-se seus desempenhos como relações ideológicas, processos de coisificação do próximo.

A força de tabu das ideologias ocidentais na América Latina impedem, portanto, a sua livre discussão. É interessante notar que pesquisadores europeus costumam ter suas dúvidas sobre “verdades” basilares, como a “maioria branca”, da população brasileira, e o “caráter ocidental” da nossa cultura. Estas questões foram-me seguidamente apresentadas por suecos, dinamarqueses e alemães.

O que será o cristianismo? O novo ou o velho testamento? Para o outro, certamente é o velho testamento que vale. “Olho por olho, dente por dente”. Para a família do colonizador, talvez o novo testamento, “amai-vos uns aos outros”, esteja em vigor.

A apresentação dos problemas ideológicos como tal oferece pistas frutificadoras para os pesquisadores que estão efetivamente interessados em melhorar a qualidade das explicações. Os mecanismos de criação das crenças, doutrinas etc e os processos de sua implantação como relações ideológicas não são essencialmente diferentes

nas distintas culturas. O que é diferente, sim, são as soluções criadas e aplicadas, por distintas circunstâncias históricas e, muitas vezes, sociais. O estabelecimento de um elemento analítico comum permite saltar os falsos abismos, as rupturas metodologicamente fabricadas pelos colonialistas, com relação à “mentalidade primitiva”, a “contemporaneidade do não coetâneo” etc. O estudo das relações ideológicas permite enxergar os biombos colocados pelos colonialistas, e inclusive enxergar para além deles.

As assembléias de sábios não governam país algum. A média dos ideólogos é a de um papa católico, de um Martinho Lutero, ou de um dr. Goebbels. Com sorte, temos um João XXIII, sem ela, um Pio XII. Os administradores das instituições, reformadores de códigos, membros de entidades secretas que governam etc situam-se num plano moral muito abaixo daquele dos seus inspiradores. As relações ideológicas, portanto, não expressam atenuações ou sentimentalismos, mas as relações reais de dominação.

O desocultamento destas relações reais requer que se desvende as contradições formais dos discursos da cultura oficial. O objeto cultural é sempre biface, e a cada público é apresentada a face que lhe corresponde. As velozes manipulações e prestidigitações dos amestradores oficiais é que faz entender a pancada como carinho, ou o torrão de açúcar como chicotada. No mundo bifronte da ideologia social, a definição de todos e cada objeto ou relação cultural não conhece término; cada objeto cultural é uma metamorfose que as relaciona; para uns oferece custos, para outros, lucro; para uns, é fonte de patriotismo, angústia, sofrimento; para outros é fonte de cosmopolitismo, prazer, luxúria. O uniculturalismo dominador alinha a matriz de seus objetos como heteronomidades e autonomidades, ou seja, o lúgubre, a apropriação e o entesouramento como ajustes do lúdico, o coletivo e a praça pública. No jogo de suas cintilações, a cultura oficial não pode oferecer ou repartir tudo a todos. Daí a necessidade do discurso, que busca criar no mundo do irreal as compreensões que não podem ser oferecidas no mundo real.

Ora, este jogo ideológico pode ser jogado por todas as forças étnicas presentes ou por parte delas; podem, ao se jogar, dar-se tais ou quais subconjuntos de combinações, etc. Desta forma, não se pode conhecer a priori o resultado específico das relações ideológicas em cada cultura, embora se possa reconstruir o mecanismo de suas estruturações. Nas lutas interculturais, quem demonstrará estar melhor “equipado” para o mítico e para o autêntico? Qual o sagrado que prevalecerá do profano? Quem, por fim, perecerá e desaparecerá?

A coisificação do próximo pode ocultar, assim, metamorfoses imprevisíveis. A destruição do outro pode acarretar a destruição de si-próprio. Estamos no mundo do pós-

maquiavélico, e as estratégias do engodo são, certamente, a base da civilização atual. “Saber enganar é o meio racional de vencer”. Eis a elevação do engodo à estratégia civilizatória. A heteronomia da palavra escrita expressa-lhe a completa autonomia. Aprendemos, com isso, a desprezar as culturas tradicionais e as formas como elas se dinamizam em seu próprio mitêutico. Vivemos as grandes simbologias do mundo industrial, com as catedrais de cinquenta andares e a *via crucis* do metrô.

Nossa sociedade julga o silêncio com que pratica o racismo muito mais meritório e impressionante do que o silêncio, o aparente desinteresse, das culturas oprimidas. A qualidade específica, autotélica das culturas nos obriga, todavia, a observar tais silêncios com maior cuidado. Quem perecerá ou quem irá permanecer? Os processos interculturais não eliminam de todo a experiência própria das culturas dominadas, que dormitam sob a capa, o revestimento da cultura oficial, enquanto tecem seus próprios segredos.

O indígena não é apenas “um nordestino, com um rádio-de-pilha, trepado num andaime”. Ele é algo mais, que os processos de ocidentalização, que sua assimilação compulsória, não logrou conhecer. Da mesma forma, o negro desprezado e considerado supérfluo, dividido num caleidoscópio de outras cores, espreita desde os seus antepassados. Todas estas culturas não disseram ainda sua última palavra.

No cenário americano, as nações indígenas foram as primeiras vítimas da escravização. As correrias da escravização (repartimiento, encomienda, “entradas” para “descida dos índios”, etc.) desorganizavam facilmente a economia das sociedades indígenas, que estava baseada numa agricultura para consumo local e coleta natural (caça, pesca, recoleção). A contínua perseguição dos membros das sociedades indígenas, seu seqüestro, aprisionamento e deportação de mulheres e crianças etc constituíram-se métodos centrais na ocupação dos territórios americanos. Isso não era diferente do que estava ocorrendo na África ou na Polinésia.

Estas ações criminosas são em geral descritas como “processo civilizador”. A política de assimilação cumpria as seguintes fases, rapidamente:

- (1) eliminação física do elemento masculino;
- (2) catequização das mulheres e crianças;
- (3) apropriação sexual das mulheres e geração de mestiços.

(1) Eliminação Física do Elemento Masculino

Através da “guerra justa”, da escravização e do alcoolismo, os elementos masculinos do grupo ou nação dominada eram eliminados, no curso de uma ou duas gerações de contato com o colonizador.

(2) Catequização das Mulheres e Crianças

Os curas colonialistas, “reformados” ou não, concentraram sempre sua atenção no domínio espiritual das mulheres e crianças, com vistas a eliminar a consciência histórica e social do grupo, apagar de todo sua memória. Usavam para este fim amplamente o sincretismo negativo, vinculando práticas religiosas locais com mitos ocidentais europeus.

(3) Apropriação Sexual das Mulheres

Uma das práticas mais antigas para a destruição de uma cultura é a miscigenação ou mistura étnica, por meios compulsórios. É interessante notar como os colonialistas, fora de sua cultura, transformam-se simplesmente em punhado de estupradores. Por esta via, uma geração de mestiços vinha substituir a base étnica da cultura em processo de destruição. O “arco manso”, o verdadeiro “bandeirante” que arrasou as culturas indígenas do país, era constituído por este mestiço chamado pelo português “mameluco”.

Este processo de extermínio étnico-cultural era coadjuvado pela transmissão de epidemias novas no cenário do colonizado, para que este não possuía resistência imunológica. Dentro desse quadro, sobreviviam apenas as nações que evitavam o contato com o colonizador, abandonando seus sítios tradicionais de caça e pesca e embrenhando-se nas matas fechadas. Estas nações indígenas, submetidas a um ambiente hostil, seriam ali vítimas de redução numérica, adiando apenas o desfecho do empreendimento colonial, ou seja, sua destruição.

A compreensão do fenômeno colonizador torna-se impossível sem a inclusão destes simples elementos de verdade. No entanto, os historiógrafos europeus insistem na anedota do escambo, ou seja, a América foi ocupada através de uma farta distribuição de machadinhas e espelinhos. Diante do crescente despertar dos colonizados, a Igreja e os estados semi-ibéricos estão dispostos hoje a sacrificar alguns “heróis”, antes consagrados, agora no opróbrio: Cortez, Pizarro, Borba Gato, talvez. Contudo, as rachaduras do império colonial apenas começaram a demonstrar qual será o efeito final, o cataclisma cultural, que o varrerá para sempre da história.

O “processo colonizador” valeu-se também da hiperespecialização como instrumento de debilitação e ulterior destruição das culturas submetidas ou ditas “aliadas”. Nações de grande orgulho e combatividade, como os Sena em Sofala (Moçambique) ou os Petiguara no Rio Grande do Norte, foram tornadas aliadas e especializadas no assassinato de outras culturas. Todos conhecemos os episódios de Janduim, Domingos Calabar e Henrique Dias. A história da América independente, aliás, tem parecido um disco engasgado numa determinada faixa, em que a agulha amarfanha sempre o mesmo pedaço. Periodicamente repetem-se os massacres da população local, organizados pelos pseudo-estados nacionais, focinheiras mal disfarçadas das antigas e novas metrópoles. Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Colômbia, Venezuela, Peru, Brasil ou Argentina; Chile ou Paraguai, não nos lembram necessariamente nações, mas tristes episódios de uma guerra civil, oculta ou mal disfarçada, continuação do colonialismo. Dentro da tragédia e do ridículo destes cenários, seus povos adquirem mais e mais a consciência étnica de que não são europeus.

A reestruturação não implicou, é evidente, apenas em seu “desvio” militar. Assim como certas etnoculturas foram tornadas especializadas na guerra e na repressão, outros esquemas foram montados, em que a etnicidade dava apenas uma “preferência”, mas não uma “exclusividade”. Foi o caso, por exemplo, do Terço dos Henriques. Todos sabem hoje qual o órgão de segurança que tem preferência por subalternos baianos e pernambucanos. No caso da PIDE portuguesa, havia nela uma predominância de goeses e descendentes de goeses. Este fenômeno dos goeses já se verificava no Império colonial português.

2 – Importância da Identidade Cultural

O conhecimento das realidades latino-americanas desde logo nos leva a observar persistentes particularidades das sociedades do capital nesta parte do mundo:

- (I) processo de acumulação fortemente exportador de capital;
- (II) constante recriação de formas não-capitalistas de produção, colocadas a serviço do grande capital;
- (III) uso da desintegração cultural e impacto de táticas assimilacionistas, para ampliar o “exército industrial de reserva”; etc. Uma breve reflexão sobre estes pontos é importante para facilitar a compreensão da importância da identidade cultural.

(I) Acumulação Exportadora de Capital

Como se sabe, a construção de uma ordem européia na América Latina deu-se através do domínio colonial de Espanha e Portugal. As circunstâncias históricas desta dominação tiveram como centro as atividades do capital comercial. Isso significa que na maioria dos territórios da América Latina não havia acumulação propriamente dita, porque o capital mercantil objetivava a transferência dos recursos amealhados para as metrópoles.

Ocorria a chamada reprodução simples, ou seja, o número de unidades produtoras se expandia em função da própria reprodução numérica da classe dominante, exportada das metrópoles. A destruição das populações locais preexistentes à colonização, ou sua transformação em escravos ou semi-escravos; a importação de negros africanos etc não obedeciam a uma dinâmica própria.

Tais transformações estavam limitadas às necessidades de reprodução demográfica da classe dominante, que por sua vez, se expandia como derivado metropolitano. O fato das colônias ibero-americanas não possuírem um “motor” próprio teve consequências profundas para (a) a cultura de tais colônias e (b) seu processo de enriquecimento.

(a) Efeitos para a Cultura das Colônias

Observa-se, nos chamados países latino-americanos a cultura da dominação não se aprofundou nas populações vencidas ou importadas. Através de técnicas assimilatórias e sincretismos negativos de corte superficial, as classes dominantes construíram culturas oficiais muito débeis, verdadeiras “plantas de estufa”, incapazes de sobreviver, num confronto com as culturas locais reprimidas. A América Latina constituiu-se assim cenário de profundas contradições culturais, onde as culturas oficiais mantêm-se com recurso à repressão, à opressão aberta, ao engodo e ao obscurantismo. Basta se analisar os níveis de analfabetismo, de desemprego e de exclusão social destas sociedades para se compreender que elas constituem “verdadeiros cárceres de povos”, a continuação mais ou menos direta do colonialismo. Enquanto as culturas oficiais destas sociedades fingem representar uma dinâmica européia, elas devem importar de tudo, desde programas televisivos até produtos industriais, para conformar-se a uma aparência européia. O europeísmo das mesmas reduz-se portanto, aos enlatados que podem comprar. Nesse

sentido, desde o começo do século os EUA vieram substituir as potências européias, na condição de centro mantenedor destes arremedos de sociedade.

(b) Efeitos no Processo de Enriquecimento das (ex) Colônias

Sendo a característica principal destas colônias européias o trabalho intensivo, elas acumularam, quase sempre, dentro de suas fronteiras quantidades enormes de mão-de-obra, que se tornaram, graças ao avanço dos maquinismos, em grande parte desnecessárias. No entanto, devido à necessidade quase paranóica das classes dominantes em rebaixar o custo da mão-de-obra, para aumentar os seus lucros, prosseguiram em livre ação, após a abolição da escravatura, os mecanismos de destruição das sociedades tradicionais locais. Dezenas de milhões de indivíduos foram alijados por programas de colonização, de concentração de mão-de-obra, de abertura de estradas etc sem que houvesse qualquer possibilidade de empregar a sua mão-de-obra em atividades de grande escala.

Mas por quê estas atividades do capital industrial não eram possíveis? Dentre as inúmeras razões, basta citar os três componentes principais: (i) a maioria do capital líquido obtido na exploração produtiva era e é exportador; (ii) a mão-de-obra local não possui a educação nem o treinamento necessário para tarefas em grande escala industrial; e (iii) as classes dominantes metropolitanas, de que a dominação local é mero apêndice, não tem necessidade de uma expansão maior, nessa região periférica.

Se observarmos com atenção a América Latina, veremos que suas classes dominantes são constituídas de imigrantes das metrópoles, havendo nelas muito raramente indivíduos que descendam exclusivamente dos povos locais. A dominação se constituiu um sistema fechado de exploração. Estas famílias de imigrantes buscam em geral explorar maximamente os trabalhadores locais, colocando os ganhos destas explorações nas metrópoles. As firmas estrangeiras procedem da mesma maneira. Conseqüentemente, embora as taxas de mais-valia e de lucro sejam elevadas, apenas um resíduo destes ganhos é aplicado nestes países da América Latina.

Sabemos também que a escola pública latino-americana não é “universal”, nem “obrigatória”, muito menos “democrática”. Grande parte das crianças não vai à escola, pois devem lutar diariamente para sobreviver. Os níveis de abandono do estudo e de repetência, entre aqueles que a freqüentam, são assombrosos. Os programas ensinados nas escolas são arremedos de programas europeus, manifestando visões racistas e ignorando o caráter específico das culturas dos alunos. Conseqüentemente, a mão-de-obra local latino-

americana está muito aquém dos padrões demandados pelo próprio fordismo e não corresponde às nascentes exigências de uma força de trabalho pós-fordista.

Finalmente, as classes dominantes latino-americanas não revelam qualquer interesse na modificação das condições reais de vida em seus territórios, porque atuam como representantes da divisão internacional do trabalho, que lhes permite auferir grandes lucros. Controlando sociedades que são verdadeiros cárceres, onde a grande maioria tem vivido na pobreza ou na miséria, as classes dominantes latino-americanas reforçaram a concentração de renda de modo espantoso, no meio de conflitos, perda de mercados, guerras civis e crises. Isso parece evidenciar o caráter retrógrado das mesmas na história regional recente.

(II) Exploração Capitalista de Formas Não-Capitalistas Recriadas

Um dos traços do atraso econômico da América Latina é o caráter das amplas flutuações de seus agregados econômicos, ao longo do tempo. A um período de expansão, segue-se outro de estagnação; à elevação dos preços de novos produtos ofertados, segue-se o *dumping* internacional com a queda de seus preços, etc.

Com o desenvolvimento dos meios de transporte, particularmente a aviação após a segunda grande guerra, eliminaram-se as dificuldades de internacionalização das classes dominantes. Trocando rapidamente de país e colocando seus investimentos em diversas carteiras, as elites separaram-se drasticamente de “seus” povos, permitindo, por exemplo, a O’Connor suspeitar de um “modo internacional de produção”.

A retirada contínua de capital líquido requer manipulações cambiais e monetárias, que transfiram para as populações locais as novas dificuldades fabricadas pela luta dos que lucram. Assim, a venda de processos tecnológicos e inovações sob a forma de mercadorias, combinadas ao endividamento dos países, transformaram-se em instrumentos adicionais essenciais a uma maior exploração e empobrecimento da região.

No período de expansão da produção, avança a exploração capitalista direta; no período de estagnação, reforça-se a exportação de capitais, intensificando-se, por conseguinte, o pagamento das dívidas externas e a organização, pelos capitalistas, de formas não-capitalistas de produção e distribuição. Desta maneira, não há nessas economias a preocupação com expandir o mercado interno. A função do mercado interno é pagar o custo da produção, que será exportada em grau máximo. Estas economias são largamente flutuantes, daí a importância para elas da reprodução de formas não-capitalistas de exploração. Uma vez que não existe um mercado interno sólido nesses países, eles estão

submetidos a duas características: (I) dependência quase absoluta da divisão internacional do trabalho; e, conseqüentemente, (II) flutuações com fortes convulsões intestinas, com “estados de emergência”, convulsões sociais permanentes, etc. Enfim, uma tendência à autodestruição. Daí que, mesmo na ótica burguesa, sejam nações incompletas, com culturas oficiais extremamente débeis.

(III) Desintegração Cultural e Táticas Assimilacionistas

Esta fraqueza econômica e cultural das elites latino-americanas se manifesta pelo caráter barbárico das sociedades montadas por elas, com um nível impressionante de opressão e repressão. Acho que nenhum brasileiro se consegue imaginar vendo um filme produzido no país, em que aparecesse sendo queimada a bandeira do Brasil. No entanto, ao ligarmos a TV brasileira, veremos uma vintena de filmes norte-americanos, simples mercadoria cultural, em que se queimam bandeiras norte-americanas.

Por quê os norte-americanos exportam críticas negativas à sua forma de vida? Certamente, eles estão preparados para defender sua democracia, seu modo de vida norte-americano, de todas as formas; inclusive através da guerra. Países de brincadeira, porém, repúblicas exportadoras de banana, café ou soja, não podem ser submetidos a qualquer tipo de consciência crítica. Na América Latina os intelectuais estão autorizados somente a elogiar os governos. Quase sempre, é isso que se passa. A ausência de consciência crítica é a outra face da incapacidade de saber-fazer. Uma criança reprimida, numa sociedade de opressão, terá dificuldades para se tornar um profissional criador e que diz o que pensa.

Concomitantemente, a sociedade brasileira faz parte das forças projetantes obscuras da sociedade européia. Faz parte desta capacidade de projetar o pior de si, através da acumulação primitiva e do absolutamente mau do colonialismo. Estas forças negativas e destrutivas reduziram o que se chama “terceiro mundo” a ruínas. Entre tais ruínas nos encontramos. Deve-se reconhecer a elite brasileira como uma dessas ruínas.

A autocensura é, no Brasil, uma dimensão implícita do acesso aos meios de comunicação. Toda pessoa convidada para um debate, para uma mesa-redonda, para um programa de TV, deve adaptar-se imediatamente à consciência enlatada. Na verdade, o que se objetiva com tão brutal censura? Certamente, podemos usar o argumento de que isso resulta do ambiente do regime autoritário. Em alguns anos mais, essa tendência funesta haverá desaparecido e poder-se-á discutir abertamente as questões que são importantes para a sobrevivência do país. Nada mais ingênuo. Os mecanismos do poder, profundamente arraigados no uniculturalismo da cultura oficial, reproduzem a censura e a

autocensura. Tais mecanismos estabelecem por toda parte as hierarquias do silêncio, da mediocridade e da conveniência. A consciência crítica encontra-se de todo extirpada. Há mais sabedoria nos programas de piada da TV que nos debates dos intelectuais e jornalistas do *status quo*.

É sob este pano de fundo de pasmaceira, que se processa a desintegração cultural. As forças vivas são deixadas de fora, com sua produção cultural, e em seu lugar são cooptados “clones”, anódinos, hermafroditas dos valores. O clássico da estupidez, qual seja, o “bom senso evita os extremos”, parece ser a divisa oculta da dimensão unicultural. Viva a “coluna do meio!”.

Outro dia, numa mesa-redonda, quando usei a expressão “cultura negra do Brasil”, ouvi o comentário de luminar do *status quo*, que reparou: “nunca ouvi falar que a cultura brasileira fosse negra”. A esperança, portanto, de novas gerações mais críticas, que expressem a vida brasileira, e não os projetos falhados de Mussolini, nos leva a fazer a crítica da pobreza espiritual, caracterizada pela cultura oficial brasileira.

No cenário da desintegração cultural, em que o “que é bom para os norte-americanos é bom para o Brasil”, têm procedimento as táticas culturais assimilacionistas. Poder-se-ia perguntar qual a importância de assimilar mestiços e negros para uma quase-nação, que possivelmente não subsistirá no futuro. Confesso que não sei. Penso que o assimilacionismo das políticas oficiais, que fazem um discurso como se o Brasil fosse uma nação soberana, é um esgar que continua, um tique nervoso adquirido desde a metrópole. D. Pedro I devia debruçar-se sobre a janela de seu palácio, imaginando a quantidade de terras e indivíduos que estavam em seu poder. Esta enorme fazenda poderia ser discursada como uma nação. Este cacoete foi herdado por D. Pedro II. E aí está. Não se consegue perceber, contudo, de que maneira esta cultura oficial corresponda a necessidades reais das classes aqui existentes, a não ser a necessidade da elite, em manter reunido seu monopólio sobre a força de trabalho. O cacoete define-se, pois, como mero prolongamento das práticas da escravidão, sob formas liberais européias.

Um arremedo de identidade cultural com os europeus responde por essas formas disfarçantes, por estes híbridos culturais neocoloniais. Bandeira positivista, políticos liberais, mercado de trabalho de semi-escravos. Cabe aqui notar que o “samba do crioulo doido” foi escrito por um típico branco, intelectual de colônia, o Stanislau Ponte Preta. É nas mãos desses senhores que se encontra o nosso destino.

Numa sociedade assim desprovida de propósitos e objetivos, o negro é o elemento que tem sido submetido a todas as críticas. Vê-se que o negro se revelou o único

brasileiro, daí a descida implacável da borduna sobre ele. Todos os erros, todas as falhas eventuais ou estruturais do sistema brasileiro tem um único responsável: o negro. Esta formidável inversão demonstra o fascínio que o negro exerce sobre os seus algozes. Também em Cuba a expressão “cimarronear nuestra revolución” (aquilombar nossa revolução), usada pelos brancos, indica o vigor da culpabilidade dos negros, pela situação atual do continente americano. O negro, principal trabalhador, principal construtor das Américas, sujou na entrada e na saída. Esquecem-se os loquazes metropolitanos que o projeto que o negro realizou, a planta da casa, não era do negro. Era da metrópole.

Não podem, portanto, os negros portarem-se como assimilados. Assimilados de quê? Da cultura européia? Quê cultura? A da língua francesa, a da universidade de Oxford ou dos museus italianos? A da escola primária obrigatória? Como irão os negros assimilar uma cultura que não existe nas semi-colônias do terceiro mundo? Morando em barracos, com roupas rasgadas e o pé no chão, colhendo detritos no fim das feiras-livres e vendendo pentes nas bocas do metrô, é melhor os negros se interessarem por si mesmos. Produzirem sua própria cultura, que é a única a que têm acesso. Buscar sua verdadeira identidade cultural de negros.

Ninguém monta uma civilização para o outro. Esta é, talvez, a maior falácia do ocidentalismo. As promessas mentirosas do seu salvacionismo cristão. Uma civilização é um produto avançado de uma dada cultura e não pode incluir culturalmente os que foram excluídos materialmente. Nos tugúrios, na ausência escolar e nas favelas constrói-se um outro, esquecido, ignorado, mas que algures luzirá luz própria.

As relações da dominação com este outro são quase sempre de manipulação e espanto. É espantoso que os terreiros-de-santo, as rodas de samba e de capoeira hajam saído dali. Tenta ao manipulador que este outro ignorado haja garantido tal elite na guerra do Paraguai, em Canudos ou no golpe de 1964. Vê-se assim que o problema da identidade passa pelas autoidentificações individuais, que se mediatizam pelas instâncias sociais, nisto ou naquilo. As psicologias sociais delimitam as existências de subconjuntos socialmente opostos, mas eles devem reencontra-se no espaço cultural para definir suas relações social-ideológicas e político-ideológicas. Nada está definitivamente dado a priori, e a consciência social torce e se retorce nas agonias do ser social.

Uma vida à margem produz, evidentemente, visões à margem. Pouco adianta um intelectual esclarecer que esta margem dá acesso ao miolo; pouco importa que a exploração não capitalista seja forma de manter a taxa média de lucro. No contexto das próprias visões, a margem acabará por impor a percepção da identidade objetiva. Esta

identidade objetiva, com seus processos autônomos, há de aproximar o auto-reconhecimento cultural. Ora, a percepção da própria identidade é aqui decisiva. A consciência da culturalidade se consubstancia como uma profunda ruptura do status quo. A elaboração do si próprio, a ampliação do escopo de uma cultura auto-reconhecente haverá de situar a cultura oficial, ou todas elas, em crise definitiva.

A recuperação da memória negra insere-se neste processo. Perceber a sua existência como algo diferente contribui para ajudar o valor da diferença. A descoberta de si mesmo é o mesmo processo de percepção do outro. Ao perceber que o outro não é de si, concebe-se perceber o de-sí como algo próprio. O grotesco do mundo da mestiçagem diluir-se-á, pouco a pouco. Para caminhar é preciso arrancar do solo as próprias raízes e não confundi-las com as de outro.

E assim, ao embate de poder velho com o poder novo, hão-de gerar-se novíssimas percepções, que não nos cabe deixar aqui. O movimento de consciência social seguirá o seu curso. Estabelecida a importância da identidade cultural, poder-se-á compreender a amplitude maior de suas realidades, que não se circunscrevem, simplesmente, aos processos econômicos. Novos pressupostos éticos e estéticos estarão colocados, e a sociedade assumirá, portanto, sua dimensão multicultural, hoje esquecida.

Ora, nas condições da heterogeneidade crescente, a diferença das autoidentificações com a própria identidade constitui-se simples alienação. Na verdade, ela elabora uma falsa consciência. Desfeita a teia das relações comunitárias, o indivíduo libertado de sua própria cultura não está repostado dentro de uma sociedade multicultural. Ele está situado como indivíduo isolado e enfraquecido, desprovido de suas defesas grupais, diante do capital. A sociedade é sempre uma sociedade concreta. A pulverização das instituições sociais é o meio em que se move o capital, impondo no lugar delas sua própria gama de instituições mercadológicas.

Em que consiste, pois, a falsa consciência? Em elaborar, no jogo dos papéis requeridos pela sociedade de mercado, representações de si que se confundem com a identidade de outrem; que não correspondem às diferentes autoidentidades do sí-próprio. É o caso de todas as ideologias “ebônica”, dos “morenos”, das “mulatas”, das “jambetes”, etc. O sí-próprio do negro é o próprio negro. A sua imagem está fora da sociedade ocidental. Não há cultura sem representação ideológico-social. No dicionário do Aurélio, “negro” tem como sua quinta acepção, “sujo, encardido, preto”. A sétima é “muito triste”, “lúgubre”. A décima, “perverso, nefando”. Ora, “nefando” é, na página fronteira, “indigno

de se nomear”; “abominável, execrável, execrando, aborrecível”. Como segunda acepção, trata-se de “sacrílego, ímpio”; como terceira, “perverso, malvado, nefário”.

O indivíduo negro, colocado isolado na “sociedade branca”, deve elaborar de si os relatos que a ideologia ocidental lhe fabrica. Deve elaborar de si a falsa consciência, porque é esta falsa consciência que lhe permite desempenhar papéis mercadológicos.

No mesmo dicionário, “nazista” é apenas aquele “que é partidário do nazismo”, enquanto “nefário” trata-se de “nefando”. Ora, se o homem ocidental julga o negro, “sacrílego, perverso, nefando, malvado e triste”, isto até pode ser compreensível. Contudo, o que se dirá se a “escola democrática” e o dicionário convencem um negro de que ele é isso?! Obviamente, este “negro individual” irá envergonhar-se de sua comunidade, de sua cultura, seus antepassados, etc. Está estabelecido o quadro da falsa consciência. Negros que vêm de si apenas as imagens “colorettes”, geradas no espelho dos brancos. Portanto, a identidade do negro resulta de sua consciência social, a qual requer uma prática histórica, uma diferenciação autêntica, estabelecida a partir de uma vida comum. A liberdade da comunidade negra esteve sempre limitada pela sua base igualitária. O mito de outras liberdades que ignoram a identidade étnico-cultural dos negros não é necessariamente um mito que represente os negros. Daí muitas vezes o espanto de que os negros não respondem ou não correspondem a esses apelos.

De outra forma, a expansão do capital e de suas relações mercadológicas tem aumentado as diferenças sociais e econômicas. A sociedade tornou-se mais polarizada, com extrema riqueza e miséria, concentradas polarmente. Dentro de cada classe social aumentaram as diferenças, tornando-se o igualitarismo, simples mito jurídico. Expandiu-se, pois, a heterogeneidade econômica, social e cultural. Dissolvidas as teias relacionais comunitárias pelo movimento do capital (industrialização; urbanização; migrações), a sociedade resultante revelou-se ainda menos solidária, ou seja, extensamente desumanizada. Neste quadro, o movimento da falsa consciência assumiu grande importância.

A própria identidade tem sido profundamente desafiada neste processo. Sinteticamente, o processo de criação da cultura negra tem-se efetivado pela ocupação ou criação do espaço público. No Brasil, a praça pública é dos negros. A sacralização da mata é ato dos negros. Ora, o avanço da apropriação privada tende a reduzir as áreas urbanas ou rurais disponíveis para a presença cultural do negro. Do outro lado, as relações mercantis, por via do espaço eletrônico, elabora sucedâneos culturais, enlatados cosmopolitas, que buscam substituir a cultura de participação, ainda muito poderosa, com a cultura de contemplação, instrumento expansivo do cosmopolitismo. Numa certa medida, a fraqueza

do mercado, com o baixo nível de renda da população, tem freado o avanço do cosmopolitismo. Mas este câncer social já se fortaleceu o bastante para desafiar a identidade própria da cultura dos negros, as bases de multiculturalidade do povo brasileiro.

Nesse sentido, a cultura oficial do país, embora eventualmente incorpore elementos da cultura negra brasileira, comporta-se, em suas políticas culturais, como elemento que permanece hostil ao negro, impregnada que é pelo racismo, pelo uniculturalismo e pelo preconceito. A extensão dramática com que tem se manifestado o desemprego e o subemprego, ao lado da falência da economia pública, requer políticas culturais e econômicas agressivas, para reforçar e criar cooperativas de trabalho e de trabalhadores, para dinamizar a produção agropecuária e a doação de terras, etc. O poder oficial, se fosse hábil, contribuiria para intensa carnavalização da praça pública, como elemento distensor e mobilizador das forças multiculturais da sociedade. Contrariamente, o que se tem visto é acirrar-se a guerra civil oculta.

3 - O que é Consciência Étnica?

Por consciência étnica compreende-se um momento da consciência social em que uma cultura se percebe como diferente de outra, enquanto entidade física. Ela tem, portanto, como pressuposto uma psicologia social própria de um grupo ou comunidade. Por exemplo, os negros brasileiros sabem individualmente que são negros. Isso decorre de sua identidade objetiva. Eles são percebidos como negros pelo outro, que os qualifica como “negros”. As reações diante disso, só podem obedecer à lógica binária. Ou se aceita que se é negro, ou não se aceita que se é negro. Os negros sabem que ele é negro. Portanto, aquele que nega sua identidade objetiva apenas prejudica a si próprio. Ele engana a si mesmo, prejudica sua comunidade e seus amigos. Ele deixa de produzir as vantagens subjetivas para o seu grupo, de aceitar-se como negro.

Qualquer que seja a resposta diante da identidade objetiva, sim ou não, o indivíduo continua sendo portador de uma psicologia social do negro. Em quê caso isso pode não ocorrer? No caso deste negro haver sido adotado e criado por uma comunidade não-negra. Ainda assim, ele carregaria consigo os elementos instintivos e inatos, herdados, de sua família negra. Isso significa uma pré-disposição para reproduzir a psicologia social dos negros. Isto é uma evidência empírica para os “negros”, os “brancos”, os “amarelos”, etc. A psicologia social está radicada na gênese daquele 1,4% que nos separa geneticamente do chimpanzé.

Quando dois ou mais negros se reúnem, inicia-se esquematicamente a um processamento de comunidade negra. Isto porque, do tecido mútuo de suas psicologias sociais inicia-se ou reinicia-se o jogo de sua ideologia social. Ora, o primeiro momento deste movimento rumo a uma ideologia social negra é a consciência étnica. Suponhamos que estes três negros do nosso exemplo foram criados em famílias brancas, e jamais houvessem se encontrado antes, ou visto negros. Eles se encontraram ao acaso sobre uma ponte e iniciaram uma conversa justamente pelo estranho fato dos mesmos apresentarem uma cor de pele comum, com certos traços físicos afins.

De repente, um guarda branco lhes diria: “o que vocês estão fazendo aí?” Estaria iniciado o caminho para a consciência de si. “Vocês” repetido um milhão de vezes acaba esclarecendo ao inconsciente de que “vocês” se trata. Não é apenas um plural, um coletivo. Trata-se de um grupo, de uma comunidade. Refere-se a uma outra cultura e à consciência étnica.

A consciência étnica fundamenta-se na percepção da diferença, envolvendo também uma fenotípiã, ou seja, certas diferenças físicas herdadas.

A consciência étnica é a base de uma nação, porque uma nação nada mais é que uma identidade étnica e cultural em determinado território, com instituições próprias, portanto, entre as quais se inclui uma forma de governo. Quando examinamos a história do Brasil, vemos que a dominação branca procurou sempre apartar o negro e o indígena de suas consciências étnicas. Esta era a única forma possível para os brancos se manterem como dominadores. Para assegurar o êxito de semelhante estratégia foi sempre necessário recorrer ao engano, à opressão e à repressão. Daí a estranha fisionomia do Brasil atual: um país que exporta suas riquezas a preço de banana, enquanto seu povo morre à mingua, embora “colorido”.

O Brasil só pode ser entendido a partir de uma explicação étnico-cultural. Todos os explicadores do Brasil até aqui, de uma forma ou de outra, serviam ao ocidentalismo, e às classes dominantes. As ditaduras que assolam periodicamente o Brasil e a América Latina têm, entre suas tarefas, a de impedir a percepção do problema étnico, na base da exploração das grandes maiorias.

O Brasil deve ser, portanto, uma nação plural, o encontro de identidades diferentes. Ora, só afirmam esta multiculturalidade os negros e os indígenas, a partir dos movimentos sociais que expressam suas consciências étnicas. As forças da dominação brasileira, para esconderem o seu monopólio do poder, negam a pluralidade e a diferença. Poderia dizer que, se fossem apertados, os dominadores emitiriam um “certificado de

brancura” para cada brasileiro, parecido com aquele que os dirigentes do “apartheid” dão aos japoneses que viajam para a África do Sul.

Poderemos ser todos “brancos honorários”, conquanto que nada se altere. Mudar tudo para não mudar nada. Esta é a essência da estratégia do engodo, da mistificação. É preciso insistir que nada se tem contra os direitos dos indivíduos de tal ou qual comunidade. Os direitos de uns, contudo, não podem ser organizados de tal forma que ignorem os direitos dos outros. O cinismo e a hipocrisia não devem ser o vetor das relações sociais. A reorganização democrática dos espaços sociais passa pelo fim do atual sistema de racismo e de preconceitos, com o advento de formas multiculturais pela sociedade.

Estas formas multiculturais, por sua vez, não cairão do céu. Elas serão fruto da organização de movimentos sociais específicos, que expressam a consciência étnica. O direcionamento estratégico do engodo tem, até aqui, fabricado diferentes ideologias sociais intermédias, instrumentos de igrejas estrangeiras ou não, e de propaganda, em mãos da mídia e dos órgãos de comunicação e educação em geral. Estas ideologias intermédias, como a teoria da “democracia racial”, têm sido fabricadas para atuar como “catalizadores sintéticos” de mitos e instituições vitais da cultura negra, esvaziando-os de seus conteúdos específicos. Outras ideologias importadas, embora não fossem desenhadas especificamente contra o negro, mas contra as cosmovisões que em geral foram marginalizadas pelas necessidades do capital, desempenham a mesma função de “convertidor” nas relações ideológicas. É o caso do kardecismo.

A luta constante, orientada pelas classes dominantes, para o esvaziamento ideológico do conteúdo comunitário da ideologia social dos negros se caracteriza pela apresentação oficial da cultura negra como formas de sincretismo negativo. De acordo com esta visão racista, o negro não possui ideologia, mas crenças, etc. Esta é a visão oficial dos meios de comunicação e da escola. Qual o seu objetivo? Passar à sociedade a imagem do uniculturalismo. De acordo com esta visão racista, são legítimas as manifestações da consciência étnica dos descendentes de russos, lituanos, poloneses, portugueses, italianos, alemães, etc. Estas manifestações enriquecem o Brasil, cujas elites teriam assim “renunciado” a políticas de assimilação. E quanto ao negro e aos indígenas? Estes são brasileiros, não tem diferença a manifestar.

Isto é paradoxal. São portadores de cidadania, aqueles que tem a cidadania negada. Quanto a aqueles que exercem sua cidadania, eles podem exercê-la aqui e alhures, graças à sua diferença. Enquanto isso, prossegue oficiosamente proibida a imigração de

negro africano para o Brasil. Recebem-se apenas “quotas humanitárias” das Nações Unidas.

Este contexto de políticas culturais que visam a padronização da sociedade persiste em caminhos errados do passado, que construíram, de fato, o subdesenvolvimento. O engano, a opressão são as grandes ferramentas “uniculturais” da padronização. Elas paralisam a iniciativa das comunidades e destroem os líderes comunitários, porque cancelam a sua culturalidade própria. O resultado é aquilo que costuma-se chamar “gado de trabalho”. Milhões de indivíduos bêbados e desempregados, sem iniciativa para construir suas próprias casas ou ocupar um pedaço de terra. Estes indivíduos passivizados, desaculturados e intimidados podem custar barato para as empresas que eventualmente venham a necessitar de sua mão-de-obra. Seu custo para a sociedade, no entanto, é igual à diferença de possuir ou não possuir uma civilização.

Não se pode estimar tal custo em dólares. As humanidades do terceiro mundo desaprenderam regras fundamentais de sua auto-sustentação e o caminho para o seu equilíbrio passa pelas políticas multiculturais. A valorização comunitária, desde seus elementos basilares, requer o despertar e a retomada das consciência étnicas. A reconstrução da iniciativa grupal é um processo particular e exclusivo de cada comunidade e não pode ser confundido ou preterido por políticas de governo. As políticas multiculturais expressam um poder novo, que há-de caracterizar novas relações ideológicas na sociedade.

Vê-se, portanto, que a padronização comportamental e cultural, e mais que ela, a uniculturalidade, são vícios prejudiciais à sociedade, mantidos pelas classes dominantes. O povo comum, as pessoas de diferentes etnias, tão logo conseguem compreender os mecanismos de tal regulação social, chegam a repeli-la.

A maioria dos brasileiros apoia, quando devidamente informados, o multiculturalismo e a riqueza potencial de seus efeitos, em contraposição à famigerada cultural oficial de “enlatados”. Esta é a fonte do grande poder dos movimentos étnico-sociais atuais. Eles representam políticas multiculturais, que coincidem com as experiências mais profundas da maioria absoluta dos brasileiros. A multiculturalidade não é, portanto, uma “mistura de culturas”, mas a afirmação independente de cada etnocultura, de que resulta sincretismos eventuais positivos.

Deve-se, então, compreender a distinção que há entre as propostas de “empretecimento” do kardedicismo, do catolicismo, dos anúncios da mídia, etc. e uma verdadeira compreensão multiculturalista. Não se trata simplesmente de termos ou não

termos a revista *Ebony*, editada em português. Embora seja legítima a pretensão dos negros de duplicar o mercado de trabalho dos brancos e formar parte da elite, não é esse o objetivo do movimento negro, que vai mais além. A preocupação com expressar o caráter plural da sociedade abre caminho para a maioria dos negros, e para a maioria de qualquer outra etnia, cujo espaço lhe esteja sendo negado.

Trata-se de uma visão que organiza a sociedade pela base, oferecendo aos diferentes grupos e comunidades a liberdade para serem eles próprios. O fracionamento dos instrumentos de massificação e de poder é o resultado necessário da liberdade comunitária, com uma vida melhor, mais social e menos agressiva à natureza. O núcleo do poder para os movimentos étnico-sociais encontra-se no município e privilegiar as soluções locais é o grande fator de mobilização e resistência ao mundo do monopólio e da cosmopolitização.

Nesse sentido, o caminho dos negros não é muito diferente do caminho dos indígenas. Como comunidades a que sempre foi negada a propriedade, eles devem fazer do despertar da consciência étnica seu instrumento para reorganizar os espaços societários.

Aceitar-se como o que se é, constitui ponto de partida para construir a identidade subjetiva. Esta importante travessia não se reduz a ser um “segmento do mercado”, mas tem implicações mais profundas. É bem verdade que causa danos à autoestima do negro abrir uma revista ou ligar uma televisão e encontrar noventa ou cem por cento de anúncios, novelas, mesas-redondas, etc., com “pessoas brancas”. Isso contribui para o negro anular-se como elemento criador e auto-confiante. Se observar-se o mesmo problema da ocultação do negro no sistema educacional, contudo, tem-se problema ainda mais grave.

O negro, o indígena, ou seja que comunidade for, de oprimido, deve poder identificar a si próprio no sistema educacional. Não estamos nos referindo às caricaturas de Araribóia, Zumbi ou Felipe Camarão. Os livros didáticos dão a perceber o grande mérito dos colonizadores, que conseguiram trabalhar com tais auxiliares, “pacificamente”. A visão etnocêntrica, européia dos livros didáticos, é a visão que predomina na cabeça da maioria dos professores. Na verdade, os livros didáticos refletem o esvaziamento da memória negra, a percepção má dos negros, enquanto construtores da sociedade, seja no nível da produção, seja no nível das instituições que efetivamente funcionam.

Por exemplo: a cidade de São Paulo tem vinte mil quarteirões. Duas mil rodas de capoeira; quatrocentos e cinquenta terreiros-de-santo, de diferentes tipos. Todos reconhecem que São Paulo é a cidade mais cosmopolita do Brasil. O que se passa, então,

em cidades “mais brasileiras”? A cada quarenta quarteirões, tem-se um terreiro; a cada dez quadras, uma “academia” de capoeira. Suponhamos que esta relação seja pensada como a média do Brasil. Onde estamos? Em Angola Janga?

O fato que Zumbi haja triunfado e que se queira fazer tal passar despercebido oferece à cultura oficial um quadro de paranóia. O livro didático reflete esta paranóia. Ele busca construir uma memória de mitos europeus e apresentá-lo como “cultura nacional”. As famílias que oferecem o ambiente psicológico dos livros da escola primária expressam nitidamente pontos de vista racistas.

A dualidade superestrutural, o fato de que se tratam de culturas diferentes entrecruzadas numa “quarta dimensão”, é simplesmente ignorado pelos dirigentes da educação brasileira.

O desinteresse e o descaso pelo autoentendimento do Brasil é nuance indisfarçável das políticas oficiais. Bloquear o debate, a memória, deturpar as realidades. Tais parecem ser os verdadeiros objetivos do sistema educacional.

Quando se visitam, contudo, centros de educação e cultura informais, em que artistas ou dinamizadores culturais expõem nas praças, entidades de bairro, feiras interioranas etc reaparece o Brasil da realidade, e a cultura negra verifica-se como elemento central. Na indústria cultural popular, feiras, cultura dos bairros, etc. ressaltam as técnicas, o conteúdo e o traçado da estética e da ética dos negros. Todavia, esta enorme civilização negra brasileira continua banida da educação formal.

Tem-se assim uma culturalidade de base étnica que torna diferente a situação de alunos diferentes, na sala-de-aula. A ignorância da dualidade superestrutural, um dos aspectos brutais do racismo, constrói uma “normalidade” de desempenho para o aluno, que não corresponde à realidade cultural da maioria dos alunos. O aluno é estimulado à padronização que pode-se chamar “assimilatória”, porque não toma conhecimento de sua vida psíquica, de sua estrutura fenotípica, de sua cultura familiar e comunitária, etc. Empurrado para o jogo da padronização cultural e comportamental, o aluno deve renunciar à sua etno-cultura. Por exemplo: desde os anos 30 que distintos ramos da capoeira, padronizada como “ginástica nacional”, buscam ser reconhecidos como “educação física”, na rede escolar formal. Por quê o praticante ou mestre de capoeira não pode ser professor de ginástica na rede escolar? É auto-explicativo: por causa do preconceito.

Ainda o ano passado foram feitas três apresentações nesse sentido do Congresso Nacional. Há inúmeros projetos para o efeito, nas gavetas daquele organismo.

Percebe-se uma resistência mal-disfarçada à legalização de instituições da cultura negra. Isso, de certa forma, evidencia o conteúdo étnico das elaborações culturais, e o conteúdo étnico das resistências que elas encontram.

Portanto, não é a consciência étnica que expressa uma separação biológica entre diferentes “raças”. É porque existe a separação, e esta separação foi tornada ideologia para resistir a outras consciências étnicas, que estas consciências étnicas assumem importância. Cada corpo cultural possui o umbigo do mundo. Tem, portanto, o direito a contemplar-se, como corpo e como umbigo.

A voga dos pseudo-culturalistas é que a cultura negra deve contemplar-se apenas enquanto culturalidade. Ou seja, umbigo sem corpo. Tratam-se de arreliações mal-disfarçadas do racismo ou do preconceito. Não existe problema cultural fora de uma base demográfica real, que expressa uma dada etnia, ou seja, um certo “construto” (construído) de experiências humanas que se separou e separa de outros. Mitos eventuais que negam espaço ao outro, ainda que apresentados sob o sagrado nome do uniculturalismo, logo deixam entrever suas filigranas e rendas de racismo. São variantes da doutrina da democracia racial.

As pluralidades dos processos de identidade, com seus níveis concretos de afirmação auto-identificativa, individual e coletiva, abarca o étnico, o de gênero e o social. A tentativa de empobrecer o debate, através da redução de maiorias a minorias, ou desqualificação de minorias por isto e aquilo, revela apenas o despreparo dos pensadores das elites, ossificados em seus antigos parâmetros. A atualidade, em contrário, dos processos de identidade, veio demonstrar o caráter profundo de todas as relações libertárias, de todas as causas que expressam a experiência real das populações. O monopólio da cultura oficial rui dia a dia. As “otoridades” e todos os autoritários buscam em seu arsenal teórico meios para ocultar a putrefação que representam, adaptar-se uma vez mais à luz do dia.

A luta de todos os excluídos, contudo, desborda amplamente os esquemas passados da dominação. A travessia da identidade objetiva a uma identidade subjetiva, rica e mais livre, constitui-se importante meio nesse movimento da consciência. E a assunção da consciência étnica é, nesse processo, momento essencial.

Contrapõe-se, portanto, ao verdadeiro discurso da importância das diferenças culturais um falso discurso, cosmopolita, defensor de outras diferenças. Ao menos experiente, pode parecer uma e a mesma coisa. No entanto, esta situação embute algumas

inversões importantes. A primeira delas é já clássica: o lobo é apresentado como cordeiro, e o cordeiro como lobo.

Segundo os advogados do cosmopolitismo, a uniculturalidade é a marcha “natural” da humanidade para... o cosmopolitismo... Recordo-me que, há alguns anos, debatendo com um desses próceres da mediocrização, ele explicava que não se pode “proteger”, por exemplo, a expressão musical dos países subdesenvolvidos. Se a “música subdesenvolvida” de uma determinada região desaparece, é porque ela culturalmente é mais “pobre” que a veiculada pela mídia. Morre, pois, de “morte natural”. “Protegê-la” para quê? Como se vê, o argumento tem a qualidade própria dos vendedores de Coca-Cola. O lobo está apresentado como cordeiro, e o cordeiro como lobo. O que ele chama de “proteção” à música de um determinado país ou região, é, na verdade, a livre expressão local, regional, etc. Eles estão interessados em copiar certos matizes dos sucessos regionais e incorporá-los a “enlatados” para exportação. Alguém realmente acha que o “pop” é a música inglesa, holandesa ou norte-americana? O “pop” é uma forma musical das indústrias vendedoras de discos, que através deste instrumento, destroem a música inglesa, holandesa, irlandesa, etc. É o mesmo processo através do qual se transformam batatas em “chips”. Todos sabem que aquela batata salgada no pacotinho faz mal à saúde, mas ela é a melhor forma das batatas darem lucros aos monopólios.

Desta maneira, a batata viva, macia, suculenta, saída da terra, não deve ser “protegida”; ela deve ser incinerada e salgada, enfiada num pacote cancerígeno de alumínio, porque dá uma taxa de lucro maior. A taxa de lucro define o que se deve e não se deve consumir.

A unicultura resultante da “marcha progressista” da humanidade é, naturalmente, o “reich de mil anos” do cosmopolitismo. Poder-se-ia argumentar, contudo, que o produto do monopólio é que é fraco. Ele só pode ser mantido na estufa do monopólio, com o controle mundial da informação, da organização societária, etc. O que os povos criam em todas as partes são “batatas vivas” e não “chips”. A verdadeira uniculturalidade só pode resultar do movimento espontâneo, e não dirigido, das múltiplas culturas da humanidade.

Isso, é evidente, irrita muito os advogados do cosmopolitismo. Nesse momento, eles se tornam malvados e confundem “expressão étnico-cultural” com “nacionalismo” e com “cultura oficial”. Mas vá algum teórico “subdesenvolvido” tocar um dedo na cultura oficial das metrópoles...

A maioria das crianças brasileiras nunca ouviu um maracatu, nem podem distinguir o jongo do calango. No entanto, reconhecem os ruídos do U2 ou de Rod Stewart... Isso é prova da superioridade da mídia cosmopolita? Não. É prova, apenas, do monopólio que ela exerce sobre os meios de difusão cultural de massas e da distribuição musical no Brasil. Sai mais barato imprimir um disco da metrópole do que produzir um disco aqui. Portanto, o oligopólio prefere fazer tocar o disco que ele produziu na metrópole. Aumenta a margem de lucro.

Aqui estamos no miolo do cosmopolitismo. Como seu fator articulador é o lucro, “ele” “assimila” de cada cultura formas fenomênicas que possam ser reproduzidas em série, no melhor estilo do fordismo. Não importa que estas formas não se articulem entre si, nem prendam raízes nas diferentes culturas. O “motor” do cosmopolitismo é o capital, com a massificação das diferentes populações.

Vê-se, portanto, mais um aspecto da mutação do lobo em cordeiro e do cordeiro em lobo. O uniculturalismo cosmopolitista é simples agência do capital. A serviço do capital, procura nivelar as diferentes culturas pelo mais baixo nível da ideologia social. Desta forma, o cosmopolitismo busca eliminar, estrangular as diferenças.

No entanto, qual é o seu discurso? Apresentando-se a sí próprio como uma “diferença cultural”, o cosmopolitismo exige um “estatuto especial libertário” em cada cultura, que facilite, garanta e proteja a sua expansão, contra as culturas locais e regionais. O cosmopolitismo não passa assim de uma ideologia política dos monopólios, para liquidar os fatores projetantes e resistentes das diferentes culturas, que previa destruir. Disfarça-se de “diferente”, mas é o inimigo jurado das autênticas diferenças. É estratégia muito antiga dos exploradores assumirem o discurso de suas vítimas e serem nomeados seus protetores oficiais.

Sabemos que as máquinas de assistência social dos diferentes países destinam-se a fabricar pobres e miseráveis. Sabemos que o discurso “progressista”, anti-tradicional, do uniculturalismo cosmopolitista tem por objetivo a destruição dos costumes, da consciência étnica e da ideologia social das diferentes culturas que lhes servem de impecilho. “Sexo, drogas e rock’n’roll”, uma das bandeiras do cosmopolitismo, visa apenas destruir os fatores projetantes, as forças próprias, dos povos oprimidos, dissolvendo tudo no caldeirão da corrupção e do capital.

Confundindo mistério com obscurantismo, respeito com permissividade, uma elite de ladrões e assassinos, herdeiros de todos os tipos de vícios e prevaricações, procura destruir os valores étnicos, morais e nacionais das diferentes culturas. A cooperação ou

indiferença das culturas oficiais, em nome da liberdade e do mercado, é o grande apoio destas elites.

4 - A Identidade Étnico-Cultural

Contrariando, portanto, a visão de que ser negro ou branco não é importante, discutimos o conceito de “consciência étnica”. Disse que o negro não inventou a si próprio enquanto negro. Esta invenção é-lhe exterior. Argumentei, contudo, que se o negro ignorar esta condição física, social e histórica criada para ele por seus inimigos, ele estará destruindo a si próprio como futuro. Nesse caso, o negro ao perecer, não irá renascer enquanto cultura, enquanto alternativa de história, enquanto parte da sociedade. Há muitos lugares nesta América Latina, como o Uruguai e a Argentina, onde os negros existiram (ou existem...) e desempenharam um importante papel histórico. Nestes dois casos, os negros aceitaram por completo a imposição cultural dos brancos, e desapareceram enquanto entidade histórico-cultural.

O desaparecimento dos negros, de fato, faz parte da proposta da cultura ocidental para a América Latina. Na América Latina aplicam-se políticas veladas de desafricanização. Na África, o *apartheid* é uma política de desafricanização. O colonialismo, através de suas políticas de assimilação, fabricou um certo número de negros assimilados, que são apresentados como os verdadeiros intelectuais negros. A missão desses indivíduos é banalizar a questão racial e da consciência étnica, provando por a + b que tais questões não interessam ao negro.

O que estes pseudo-intelectuais omitem é que o problema racial não foi levantado pelos negros, mas sim pelos brancos. Que os brancos não abrem mão de sua consciência étnica, porque isso bloqueia sua possível assimilação. Assim, cabe a pergunta: por quê só o negro não deve ter consciência étnica?

Imagine um torcedor do Palmeiras que dissesse para um grupo de corintianos: “isso de ser palmeirense ou corintiano não tem importância. Proponho que vocês entrem todos no Palmeiras como sócios e vamos esquecer que houve os dois clubes”. O que você acharia desta proposta? Para mostrar que não é nada contra os palmeirenses, podemos inverter e apresentar como uma proposta de um corintiano. A questão subsiste: o quê você acha de tal proposta?

Penso que o torcedor iria suspeitar que o proponente é “agente do inimigo”. Ele está ali infiltrado e só deseja a dissolução do seu clube. Esta mesma é a posição dos

pseudo-intelectuais que referi. Eles são “agentes do inimigo”. Estão fazendo o discurso do outro. Na verdade, ele acha que o negro é inferior e deve desaparecer. Os seus fenótipos talvez sejam de negro, mas ele sofreu uma “lavagem cerebral”. Foi educado ignorando a sua consciência étnica.

Assim, temos no movimento negro os seguintes tipos de pregadores:

- (a) adversários da sobrevivência cultural do negro;
- (b) redutores da identidade negra a identidade cultural;
- (c) defensores da uniculturalidade negra;
- (d) defensores da multiculturalidade; com identidade étnico-cultural do negro.

Vamos esquematizar estas posições:

(a) Adversários da Sobrevivência Cultural do Negro

Aqui se encontram todos os assimilados, em diferente grau. Desde os vendedores de produtos para negros, teóricos do fatiamento do mercado, até os fundamentalistas das religiões européias que vêem no negro uma boa massa de manobra para reforçar sua igreja. Tais são os adversários da consciência étnica. Para eles, o fato de que os brancos se “deram bem” no Brasil e os negros ficaram na miséria é um simples acaso. Não é o produto da perseguição e exploração sistemática do negro pelo branco. Estes grupos querem um movimento negro sem o despertar da consciência negra.

(b) Redutores da Identidade Negra a Uma Identidade Cultural

Aqui se encontram aqueles que acreditam que o problema é “meramente político”. Negro é aquele que se acha negro e o movimento negro, em consequência, é apenas um movimento político do tipo “linha auxiliar”, de tal ou qual partido político. Estes também são inimigos da consciência étnica, porque eles crêem que os negros só servem para dar a eles pessoalmente uma fatia do poder burguês.

(c) Defensores da Uniculturalidade Negra

Aqui se encontram os que supõe ser reversível a desafricanização do Brasil. O Brasil é um país de maioria negra e a cultura negra deve ser levada a uma posição dominante. Há correntes que acham tal hegemonia impossível, mas julgam que os negros deviam se fechar étnico-culturalmente, para escapar do absolutamente mau do Ocidente.

(d) Defensores da Multiculturalidade, com Identidade Étnico-Cultural do Negro

Aqui se encontram os que acreditam que não se trata de construir uma hegemonia étnico-cultural do negro, para substituir a dominação ocidental atual. Eles acham que a construção da identidade étnico-cultural do negro leva a uma sociedade multicultural, porque, rigorosamente, o povo brasileiro elabora é cultura negra. Vêm, portanto, a liquidação da cultura oficial como uma tarefa de visão-de-mundo, ideológica, e não simplesmente política.

O resumo das quatro correntes de opinião que existem atualmente no movimento negro brasileiro nos ajuda a entender o problema da identidade étnico-cultural. Se abandonamos a importância do caráter étnico da cultura, chega-se a uma visão. Ao contrário, se consideramos que cada cultura expressa uma consciência étnica que é diferente, chegamos a outro conceito de cultura; este conceito étnico-cultural nos leva a outra visão, portanto.

O problema da identidade étnico-cultural não é importante somente para os participantes do movimento negro. Ele é importante para a consciência de todos os brasileiros, inclusive muitos elementos da classe dominante que desprezam sua cultura de origem, no desejo de não serem notados. Isso inclui japoneses e chineses.

Sabe-se que a dominação colonial sempre apresentou tipologias para dividir os negros e os indígenas, que se constituíam, até 1880, noventa e cinco por cento da população. Este conceito de “dividir para reinar” criou os tais “coloridos” (*colored*). Mulatos (filhotes de mula), cabras (filhotes de bode), mamalucos, cafuzos, pardos claros, pardos escuros, curibocas, etc. Na verdade, o que há é até simples: negros, indígenas, mestiços e brancos. Três grupos originais, e um resultante. Distribuição? Negros 40%, indígenas 10%; mestiços 40% e brancos 10%. Esta deve ser logicamente a distribuição étnica atual brasileira. Sabe-se que os indígenas, em sua maioria assimilados, são apresentados historicamente nos recenseamentos como brancos. Toda a cultura “caipira”, substrato cultural segundo em importância participativa numérica no país, é uma cultura indígena, traduzida para a expressão brasileiro-portuguesa. Os brancos sempre constituíram uma parcela menor da população do país, confundida praticamente com as classes dominantes. Sua miscigenação com os mestiços ou indígenas, embora consolide seu poder e sua cultura oficial, contribui para sua redução numérica. Todos estes assuntos, contudo, são tabu e são apresentados distorcidamente nos estudos e nas estatísticas brasileiras.

Vê-se que a consciência étnica indica ao Brasil o caminho da multiculturalidade. Não se trata de perseguir o branco ou o mestiço, mas de restabelecer um balanço que pode liberar energias represadas na sociedade. O esquema atual da cultura

oficial pratica o racismo disfarçadamente, através de critérios de valor podres, impedindo o desenvolvimento livre da consciência social. Darei um exemplo disto. No Brasil vigoram as práticas do chamado “concurso público”. Segundo a teoria do concurso público, o melhor “ganha e leva”. Você acredita nisto? Qualquer pessoa honrada acredita nisto? Digamos que isto pode ocorrer; nunca ocorrerá como norma. Por volta de 1870, o poder “imparcial” do Império introduziu a “lisura” do concurso público e esta “brincadeira” veio-se consolidando desde então. Rui Barbosa combateu esta truanice durante toda sua vida. Já ganhei concursos em primeiro lugar e o convocado foi o segundo. A maioria dos concursos são montados para garantir a alguém ou a um grupo de apadrinhados o monopólio de postos públicos.

Mas qual o efeito da “lisura dos concursos” na consciência social? Cria-se a ilusão de que o mérito é concursável. Cria-se a ilusão de que a competência de um doutor ou mestre pode ser concursável em quatro horas de prova escrita ou num exame oral. O concurso significa o nivelamento de todas as pessoas que estão num mesmo patamar, para baixo. Como se um supostamente mesmo título desse a mesma competência às pessoas. O concurso faz até o absurdo de aprovar um doutorando, com média maior do que um doutor! Qual a implicação desta aparente “lisura”? A consolidação do corporativismo. No Brasil, só não há corporativismo para ser historiador. Se você é advogado, jornalista ou professor de letras, você pode dar aulas de história. Mas se você se formou em história, não pode ser advogado, jornalista ou professor de letras... Os diplomas de curso superior consagram assim o “concurso” do vestibular de direito como “superior” ao “concurso” do vestibular de história. É o paraíso da má consciência. Quem não tem diploma de curso superior, obviamente, não pode participar desta farra. Há uma contradição. Ou o concurso nivelaria a todos, portadores ou não de diplomas de terceiro grau, ou não deve nivelar ninguém e prevalece a análise de conteúdo. E qual o conteúdo? A comparação do conteúdo da livre atividade profissional. Quê adianta você ter um diploma de engenheiro e ter de prestar prova para ocupar uma vaga de engenheiro? Esta prova medirá mais do que quatro ou seis anos para obter o diploma? Existe aqui a consciência má. Em primeiro lugar, a prova “escolhe” alguém que deve ser escolhido, sob o disfarce da imparcialidade. É característico. Pratica-se a truanice, mas oculta-se o truão. Em segundo lugar, não há o que reclamar, porque foi feita a “prova”. Ou seja, a aceitação da prova ou concurso na verdade desqualifica (e não qualifica!) quem a faz!

Este ocultamento objetivo da má consciência por detrás de um padrão de medida fingido (prova; concurso) serve de biombo para práticas discriminatórias, tanto do

racismo como do preconceito. Por exemplo, como raros são os negros ou indígenas no Brasil portadores de diplomas de terceiro grau, setores demográficos e sociais enormes da população são excluídos a priori das falsas competições da “prova” (ou do concurso). Um indígena não pode dar aulas na Universidade sobre indígenas, porque ele nada entende de indígenas, segundo a “prova”.

Um operário que fabricou motores durante quarenta anos não pode ensinar no ensino superior técnico porque, segundo o “concurso”, ele nada entende de motores.

O “concurso” prova que o conhecimento não tem origem social nem se acumula durante a vida. Ele é conferido pelo diploma corporativizado do curso superior. E certas corporações têm mais direitos que outras, como é próprio das corporações.

Assim, os negros no Brasil estão praticamente excluídos de fazer qualquer coisa intelectual, porque não tiveram condições de cursar a escola formal até completar o terceiro grau.

E como o negro vê este problema? Ele bate palmas para a discriminação cultural. O negro acha que não tem competência para coisa alguma, porque esta competência deriva do diploma do terceiro grau. É como na letra daquele samba:

“Xique-xique Macambira
Filho de preto d’Angola
Inda nem não sabe ler
Já que ser Mestre de Escola”

Ou seja, um simples filho de um negro angolano não pode entender sequer de samba ou ser mestre de escola (de samba!). E por quê? Porque ainda não sabe ler. A escola formal traça uma linha demarcatória total entre as culturas de uma mesma sociedade. De um lado, estão as culturas “que não sabem ler”, formadas por negros e indígenas. De outro, a cultura “que sabe ler”, e que, por isso, confere diplomas de terceiro grau e monopoliza todos os benefícios do saber social. A educação formal é inseparável da cultura oficial. A cultura oficial, por sua vez, é inseparável da discriminação da maioria, e de suas práticas de racismo e/ou preconceito. Conseqüentemente, todo aquele que partir, em seus exames, de uma suposta “identidade cultural”, desprovida de base étnica, da cultura oficial, será co-partícipe dos jogos do truanismo. Rolará os dados do racismo e do preconceito, produzindo deles sempre novas combinações. Não contribuirá, contudo, um segundo sequer, para eliminar a base étnica da prosperidade de alguns e da miséria de muitos. Esta base étnica se expressa na igualdade “ocidental=branco=monopólio da cultura formal=unicultura”.

Daí a inutilidade de todos os discursos que se espantam sobre a “incompetência” dos “competentes”. O pior salário mínimo do mundo combina-se com o mais alto vencimento gerencial do mundo: ambos estão no Brasil. Na educação, investe-se menos per capita que o Haiti. O sistema público de saúde compete com o da Índia, que atende uma população sete vezes maior.

Esta constelação de nulidades, com suas estrelas apagadas, é fruto do nepotismo e da corrupção mais desenfreadas sobre uma base étnica de dominação. Etnias diferentes vivem em economias completamente diferentes, dentro do mesmo mercado de trabalho. Isto, certamente, não se dá ao acaso.

A identidade étnico-cultural dos brancos lhes prova a “superioridade” de sua cultura, baseada na educação formal e na cópia dos “enlatados” ocidentais. Esta cultura formal e oficial é negada, através de mecanismos institucionais, para a maioria da população, etnicamente diferente. Temos aqui todos os elementos do racismo e da discriminação. Por quê não discuti-los? Ora, esta discussão não seria “cultural”; ela acabaria por ser “étnico-cultural”. E por quê evitá-la? Para não ferir a suscetibilidade dos seres “inferiores”, a maioria, que acabariam tendo de ouvir isto: “você são inferiores; por isto não têm nada”.

É claro que todos os negros e indígenas já ouviram isto individualmente. No plano institucional, contudo, isto não deve ser dito, deve ser apenas “telegrafado”. Vê-se aqui a importância do simbolismo na cultura. A cultura formalizada, ocidental e oficial, “não diz”, não escreve sua mensagem fundamental, a essência do seu fundamentalismo. O racismo deve ser captado apenas pela experiência, e pelas “antenas” do símbolo.

Do ponto de vista de seus efeitos práticos, o racismo no Brasil é mais violento e tem sido mais bem sucedido que na África do Sul. E observe-se que, como a miscigenação lá é menor, o número de brancos é proporcionalmente maior, para a população total. Há na África do Sul maior liberdade espiritual para os negros enquanto negros. O salário mínimo do negro é um pouco maior que o salário mínimo brasileiro. As favelas são mais espaçosas, mais limpas. Há líderes comunitários e religiosos negros. Há universidades negras. Aqui, os negros gozam dos direitos negativos do “regime Faubus de gangrena”, como caracterizou o poeta Nicolás Guillén, nos anos 50.

Nossos negros podem não ser, não fazer, etc. Dizem que há três por cento de negros universitários. Mas isto não pode ser provado, porque não há estatísticas referentes. Também não pode ser provado que haja preconceito ou racismo. Não há estatísticas.

Não existem no Brasil amostras periódicas de instituições públicas ou privadas, sobre o racismo no país. Isto demonstra a extensão e importância da questão; como é preciso silenciá-la. O poder de tabu da mesma.

Na África do Sul, a franqueza germânica optou pelas estatísticas. O branco diz: “isso é meu; nada é teu!”; “cai fora!”; “virem-se!”; etc. A consciência má não chegou a obliterar a percepção do outro. O negro é, assim, empurrado para sua própria consciência étnica. Algumas pessoas me perguntam: “por quê esta diferença, lá e aqui?”

A explicação é simples. A África do Sul nunca foi dirigida por mestiços. Eles nunca tiveram a consciência dividida dos mestiços, cujo corpo é negro e cujo pensamento quer ser branco, quer dominar. O Brasil até 1880, apesar da família real ser européia, era governado por mestiços, em todos os escalões provinciais e inferiores. O mestiço reconhece no negro e no indígena o seu avô ou avó. Ele não deseja conversar sobre isto. Daí que o racismo se reproduza em silêncio. Os elementos projetantes da mentalidade do mestiço, devido à sua ausência de cultura própria, só podem refletir seu “lado escuro” (negro ou indígena) ou seu “lado claro” (branco; europeu). Caso o mestiço se identifique com os dominados, será alijado social e etnicamente para junto deles. Caso se identifique com os dominadores, sua consciência má é promovida.

Domingos Jorge Velho, o “bandeirante” arrasador de Palmares, não usava botas. Preferia andar com os pés no chão. Sua mãe era uma “cunhã”, expressão desleigante que refere às mulheres tupi-guaraní de estrangeiros. Não falava português. Para negociar o massacre do quilombo com o governador de Pernambuco, levou um intérprete de tupi-guaraní. Possuía, contrariamente ao seu retrato ideal, barbas ralas.

Os portugueses estavam perfeitamente cientes do papel do mestiço. “Mulato” e “mameluco” dizem-no plenamente. Não são portadores de cultura própria. Não fertilizam. Não se reproduzem. Apenas podem optar. A colonização, baseada nos optantes ou cooptados, pôde destruir cruelmente as culturas dos oprimidos. A cultura oficial se propôs como uniculturalidade e europeísmo. Tal, contudo, é ridículo. O mestiço não poderia produzir cultura européia. Disso sabiam os portugueses, quando se referiam a uma possível esterilidade.

Floriano Peixoto, o “marechal de ferro”, era meio indígena. A Vila de Ipioca, onde nasceu a 30 de abril de 1839, era uma antiga aldeia indígena. Toda sua parentela está bem identificada historicamente. Florianio foi o fundador da República, junto com o marechal Deodoro. Comandando o quartel-general na hora do golpe republicano, impediu que os soldados atirassem nas tropas de Deodoro. Mais tarde, impediu que a revolta da

armada ocupasse o Rio de Janeiro, com riscos de restaurar a monarquia. Este herói do Paraguai jamais falou em público sobre seu parentesco indígena. Em particular, todavia, nunca procurou ocultar este fato.

Elaborar uma lista de “brasileiros ilustres” que também descenderam de negros e/ou indígenas, seria supérfluo. Seria listar a maioria dos nossos homens públicos. No entanto, o silêncio racial, arma para a ascensão do mestiço, permitiu que ficasse inalterada a mentalidade racista no país. É feio ser indígena. É quase fatal ser negro.

Nos enfrentamentos com a polícia, os negros são invariavelmente mortos. No ajuste de contas das quadrilhas de malfeitores, os negros são sempre executados. Odeia-se o negro. Os negros odeiam o negro. Eles têm no negro a marca da escravidão, a certeza da discriminação e do racismo. Se o negro aparecer, tudo estará piorado. Não há melhor maneira de ocultar o negro, portanto, do que eliminá-lo fisicamente. A política de genocídio segue espontânea e independente o roteiro que lhe foi socialmente indicado pelo racismo. Libera-se aqui o fator projetante absolutamente mau da uniculturalidade. Sua vítima é o negro, na ausência deste, o indígena.

Ressalta, pois, a importância da consciência étnica. Como matar a si próprio? Como matar uma parte de si? Suicídio social? A quem beneficia? A política de extermínio só pode ser freada pela identidade étnico-cultural. As múltiplas consciências étnicas brasileiras excluem necessariamente o genocídio. O tabu, o ocultamento, o silêncio estimulam o genocídio, a guerra civil oculta.

O sonho oficial da dominação do Ocidente no Brasil é a “sociedade mulata” do ano 2020. Uma sociedade de vendedores de matérias-primas e desprovida de valores próprios. Haveria algo mais fácil de manipular? O Brasil continuaria “deitado, eternamente, em berço esplêndido”. Seguiria livremente seu destino atual. No entanto, uma consciência social dos brasileiros, compatível com o fato de existirem, poderia convertê-los em sujeitos de sua própria história.

O cosmopolitismo, com sua eclética de valores mercantis, não pode se basear na consciência étnica dos povos oprimidos. Os valores morais metropolitanos já definiram os produtos ou mercadorias que lhes correspondem. Estas mercadorias em sua maior parte não podem estar ou ser colocadas disponíveis para os povos do terceiro mundo; do contrário, elas faltariam nas metrópoles. O cosmopolitismo, portanto, é uma ideologia construída historicamente para manter a divisão das sociedades pobres em: (a) uma minoria européia; e (b) uma maioria, sem identidade étnico-cultural. Tal dominação deveria

continuar no futuro, com seu combinado de alienação, repressão e caridade, mais ou menos cristã.

Contudo, esta postura radical do Ocidente tem sido respondida, particularmente desde a segunda crise do petróleo, com o despertar de outros radicalismos. Certos povos e culturas parecem não desejar sucumbir. Por outro lado, o homem branco se mostra cada vez mais unido contra todas as demais etnias, classificando seus atos políticos de “irracionais” ou, simplesmente, “terrorismo”. A aproximação do colapso da sociedade industrial é encarada como o colapso da própria civilização, como havia profeticamente observado Oswald Spengler. Ou, se citarmos o historiador norte-americano Gore, o homem branco prepara sua “derradeira cruzada”.

É hoje muito difícil circular pelos aeroportos e países do primeiro mundo. Como observou há muito Kindleberger, é estranho que o capital viaje livremente, mas os trabalhadores não. O fechamento espiritual metropolitano contrasta com o processo de mundialização. Vou correr o risco de prever um novo surto de nacionalismo no terceiro mundo, fora do contexto de uma guerra mundial, simplesmente porque haverá uma escassez numérica de “agentes internos” do Ocidente, para assegurar sua dominação.

A mídia e a imprensa escrita por si só não podem assegurar esta dominação. O medo, a histeria das autoridades ocidentais não são compatíveis com uma dominação em escala mundial. Esta pusilanimidade (psicológica e cultural) levará certamente a novas crises. Não há empréstimos; não há concessões; não há bolsas de estudo, etc. O primeiro mundo está-se fechando num nível de egoísmo e repressão que provocará o colapso de seu *reich* de mil anos. Contudo, a extensão deste colapso não é possível prever, mesmo sendo certa a crise que se aproxima.

Tem-se assim que a atual crise econômica, relacionada com a crise do petróleo e as mudanças tecnológicas da terceira revolução industrial, terá também sua correlação com problemas culturais mais profundos, nas décadas sucedentes. Há indícios de crescente emergência multicultural no terreno até aqui monopolizado pelo ocidentalismo. Os movimentos étnicos, de gênero e de minorias são claros indicativos destas mudanças.

Para a sociedade brasileira, apresenta-se o problema de uma reflexão sobre o racismo e o preconceito, de suas relações e de seu papel ideológico no atraso das relações sociais e econômicas do país. Esta reflexão mostrará a importância das identidades étnico-culturais do povo brasileiro e levará a uma crítica, gradual mas profunda, das relações ideológicas na sociedade brasileira. O Brasil tem a possibilidade de liberar suas consciências étnico-culturais e abrir caminho a uma sociedade multicultural. Os guardiões da inteligência

da pátria nada vêm aqui. Deve-se, contudo, ignorar sua cegueira ou miopia e encaminhar o debate de alguns dos mais graves tabus de nossa sociedade.

Especificamente com relação ao movimento negro, coloca-se na agenda a reflexão sobre nossa consciência étnica; como tal consciência nos permite reformular o entendimento e a prática de nossa identidade cultural. Situa-se para nós a importância de compreender a consciência como consciência étnica, e a identidade como identidade étnico-cultural. Caso contrário estaremos apenas, uma vez mais, participando nas periódicas olimpíadas de auto-renovação do racismo. Trata-se agora de conjurá-lo, não de adaptar-se a ele, uma vez mais.

Para ser negro é necessário, pois, possuir uma existência concreta; ser algo mais que “estar no mundo”, no dizer de Sartre. Dada uma existência social, ser negro é, primeiramente, carregar uma identidade objetiva, que lhe pode ser atribuída desde fora. Em segundo lugar, ser negro é vivenciar suas próprias experiências individuais enquanto negro, que decorre da ação social de outrem sobre a identidade objetiva que se porta e das iniciativas que se toma para inserir-se na sociedade. Em terceiro lugar, ser negro é expressar uma culturalidade, consciente ou não, dos negros, que lhe atribui uma certa especificidade na inserção social. Em quarto lugar, mas não último, ser negro é participar da construção da identidade negra, que responde à redução do negro ocorrida através das determinações de sua posição de classe.

Não se pode esmagar uma cultura que se refaz criança, que nasce a cada destruição, que gira sobre si mesma. Não se pode destruir esta cultura de jogo, ou o jogo, a ginga desta cultura. Pode-se, no entanto, esmagar os negros individualmente, cortar o dionisíaco de suas afro-miragens. Retirar o negro de sua identificação grupal, através do ilusório de suas experiências, é condenar a sociedade como um todo a um empobrecimento espiritual, à perda de parte de seus elementos auto-reconhecentes.

A criminalização das culturas leva a uma cultura do crime, ou dos criminosos. Seu caminho indisfarçável é a guerra civil, mais ou menos aberta. A situação da América Latina e da África, a este respeito, é uma lição interminável. A fabricação, a urdidura superficial de mitos e culturas oficiais, que rejeitam ou proíbem as culturas ou os mitos discordantes, leva ao monólogo ensurdecido da mídia. As piores ditaduras são o garante da democracia; o sistema representativo é a única democracia possível; os poucos representantes populares são taxados de demagogos e totalitários, etc. O monólogo dos meios de comunicação expressa ideologias políticas e sociais totalmente importadas e podres, já carunchadas antes da desembalagem. A prepotência, a estupidez e o pedantismo

dançam juntos sua mortal feiúra. O absolutamente mau, liberado em absoluto, reduz a escombros toda possibilidade de um devir multicultural. No entanto, o colonialismo, depois de séculos de opressão, afivela a máscara do cosmopolitismo, e procura lançar de si este fruto podre.

A identidade do negro desde o exterior é aquilo que se chama identidade objetiva. Esta identidade remete o negro constantemente para a autoreflexão, e para novas percepções. Às vezes, estou distraído em algum lugar e fito, embevecido, uma vitrina. Um olhar de censura, no entanto, vai-me indicar minha “atitude suspeita”, um negro diante de uma vitrina, e seguirei o meu caminho. Noutra ocasião, gesto absurdo, sorrio para uma moça que passa, por algum belo motivo do cotidiano. A expressão de desprezo que ela me votará, contudo, há-de devolver-me, reflexivo, ao mundo dos negros. Quando fui professor primário na Europa, empenhado certa vez na preparação de uma festa multicultural, insistia sem êxito que um colega croata contatasse um colega sérvio, ou vice-versa. Diante de minha insistência, um deles me explicou que ambos tratariam comigo, sem o constrangimento do contato direto, entre eles! O peso da identidade objetiva, quando levado à consciência, se reflete como consciência étnica. Não é de todo mau ter a consciência da direção de seus ódios.

A política de assimilação apóia-se nos estereótipos da identidade objetiva do outro, mas não lhe reconhece estatuto subjetivo. Ela, portanto, animaliza o próximo. Aquele que não está animalizado, reage. Ele revela dignidade, orgulho, amor-próprio, apurmo. Não há comunidade humana sem estas referências. A própria apreciação do outro como belo é um reconhecimento dos direitos daquele à identidade de si.

Por quê o negro é “sujo, encardido, sombrio”? Porque esta apreciação estética e ética, não reconhece a esteticidade ou a eticidade do negro. Ela deriva de uma ótica assimilacionista. Como responderíamos a um sorriso ou a um olhar de um jumento ou de um gorila? No zoológico, nós o lançaríamos ao ridículo; na mata, fugiríamos com medo. O ridicularizar e o destruir são gestos plausíveis contra as identidades negadas. Assim se dá com o negro. A ele se reconhece uma identidade objetiva, o “preto”, o “crioulo”, o “tição”, o punquista, o latrocida potencial. Estes dejetos culturais da sociedade ocidental são-lhe atribuídos para preencher o vazio resultante, pela perda da condição definicional de “escravo”.

Na África, costume repetir sempre, não havia negros. Sua percepção lhe dava dois grupos, “vermelhos” (Kmt; camita) e “azuis” (khafr; ou cafre). Ora, vermelhos e azuis não são negros. A identidade objetiva dos negros é, portanto, produto de outras

etnoculturas, no caso européias e mediterrânicas (latinidade). O negro incorporou-se através de palavra mediterrânica (niger) que possuía suas conotações culturais específicas, porque outras. Foi com esta palavra que o colonialismo redefiniu um punhado de suas vítimas, tornando-os “negros”.

No entanto, como negro objetivamente existente no cenário das leis e da fachada oficial das culturas européias ocidentais, não posso me furtar à exterioridade de ser reconhecido “identidade negra”. Alguém, não-negro, pensa: “ali vai um negro”. E este negro sou eu. Não o conheço, nunca o vi, mas não posso me furtar a esta identificação. Quando um “comando branco” apanha seu carro e sai na noite de Paris, dizendo: “vamos assassinar o nosso negro ou árabe desta noite!”, este gesto inclui o assassinato de todos os negros do mundo, sob a exclusiva condição de encontrarem-se, à noite, um de cada vez, no caminho deste comando.

A identidade objetiva não decorre portanto da experiência histórica. Ela é um substrato ideológico, produto de um modo de ver, uma visão de mundo, exterior ao identificado. Não é a melhor alienação ignorar a objetividade desta identificação cultural. Os hipócritas da mídia oficial costumam advertir que “quando um não quer, dois não brigam”. Isto é, se o negro fingir-se de invisível, e disfarçar, ignorando que está sendo humilhado, esfomeado e massacrado, a situação acabará por melhorar. Ou seja, o negro deve aceitar sua identidade objetiva, mas não tomar isto como ponto de partida da construção de uma identidade negra subjetiva. Um dia o branco vai cansar de bater nele. É óbvio, quando ele estiver extinto.

Ser negro é vivenciar suas próprias experiências, individuais e comunitárias, enquanto negro. E a primeira destas experiências é, sem dúvida, assumir ou carregar este fardo que é a identidade objetiva. Se vou passando na rua e alguém uiva “negro sujo!”, isto é comigo mesmo. Sou obrigado a solidarizar-me comigo mesmo, ou com aquele outro de mim que está sendo insultado. Se um certo grupo de fundamentalistas está apedrejando a casa daquela mãe-de-santo, isto me atinge duas vezes: (1) a violação dos direitos da cidadã, em ser o que é; (2) o necessário respeito à etnocultura de que faço parte, objetivamente.

Aceita, pois, minha identidade objetiva, posso começar a enriquecer minhas experiências no plano subjetivo. Só posso inserir-me na sociedade enquanto negro, e o papel que escolho desempenhar na vida social é mediatizado, tornado possível, pela minha condição de negro. Quando busco um emprego, o diretor de pessoal ou o patrão, ao me ver, toma uma decisão sobre minha condição de negro. Eu sirvo ou não sirvo, e entre estas opções binárias, mediatiza-se minha condição de negro.

A travessia da identidade objetiva à identidade subjetiva é tarefa extremamente difícil, estressante e grande número de indivíduos negros não conseguem completá-la. Assumir-se como negro e expor-se despididamente, enquanto negro, visual e culturalmente, não tem sido efetivado por todos que iniciaram o caminho. Há uns anos fiz uma experiência, comparando fotografias de crianças negras, em diferentes momentos de suas vidas, e examinando sua expressão facial. Corta-nos o coração ver o momento da inocência perdida, a perda do brilho no olhar. A “escola democrática” consegue destruir as ilusões, a beleza da maioria destas crianças. O racismo espreita dentro de suas paredes. A baixeza de suas valorações destrói a esperança da maioria das crianças negras. A humilhação é o aprumo perdido. É a vivência que não será jamais ousada. É o entendimento que não será alcançado.

Desta forma, a política assimilacionista perde a cada geração dezenas de milhões de indivíduos, que procuram esconder-se no entretom de cinza, fugindo de sua etnocultura, de sua realidade social, e dos mistérios próprios de sua autêntica personalidade. São homens e mulheres sem iniciativa, árvores podadas enquanto brotos, criaturas de uma sociedade autoritária e subdesenvolvida.

O comprometimento da consciência étnica é a primeira tarefa das táticas assimilacionistas. Evidentemente, afundar-se na travessia, não completá-la, é experienciar uma certa identidade. Esta identidade subjetivamente amputada, alienada, falsa em sua consciência, revela a perda de si-mesmo, a impossibilidade de distinguir o outro. Ela manifesta, pois, a ausência de consciência étnica.

Com a ausência da consciência étnica, o processo de inserção na sociedade não é um processo afirmativo. Não altera, ou redimensiona as experiências do outro na sociedade, porque reflete os valores próprios desse outro. Esse outro, não percebido, prossegue as mesmas ideias no plano intelectual. Instituições uniculturais, sistemas de explicação unilaterais, estabelecem o já referido monólogo. Os valores do comprometido, as percepções do assimilado, são todos negados enquanto regulação social. A sociedade é-lhe apresentada como um fato consumado, a “civilização”, da qual ele - o assimilado - está excluído. O assimilado, o portador da travessia incompleta, não pode ser um agente social na cultura que não lhe é atribuída. Todos os seus gestos, portanto, devem assumir a dimensão mimética, daqueles que não possuem “civilização”. Devem visar reproduzir a “verdadeira cultura”, abandonando aquela que lhe era própria, e que é, agora, desprezada.

O abandono dos valores éticos e estéticos de sua própria cultura é, pois, o coroamento do processo de assimilação. E, na verdade, as instâncias ética e estética são o

que existe de mais elevado em cada cultura; são a expressão última de seu “dentro”. Ao abandonar tais valores, o assimilado assumiu uma outra vergonha cultural; fez-se portador de outros tabus. Para sua cultura de origem, ele está, desde então, morto.

Não se pode, contudo, esquecer que a morte cultural do assimilado é, em certa medida, a morte da cultura de que ele se origina. Este é o verdadeiro objetivo da assimilação: a morte da cultura que é adversa aos seus propósitos, ao seu “telos”. Neste sentido, as culturas ocidentais ou européias tomaram sempre o caminho do genocídio e do assassinato cultural. Todas as igrejas ocidentais dedicaram-se a destruir os instrumentos de culto e as práticas religiosas dos povos dominados. Qualificando as manifestações culturais alheias como satanismo, as igrejas européias revelaram o seu absolutamente mau. Revelaram a perversidade de suas próprias ideologias.

Alguém, ironicamente, chamou a unicultura de “monocultura”. O desejo de cultivar uma só flor possui, é certo, impactos funestos. As diferentes comunidades humanas produziram soluções distintas para sua existência social, e a autenticidade desses seres sociais é o que existe de importante, enquanto humanidade. A intrusão, o colonialismo, a violência contra o próximo não provam “superioridade” mas, talvez, provem o contrário.

Dizia eu, ser negro é expressar uma culturalidade, consciente ou não, própria dos negros. Isso dá ao negro uma especificidade na inserção social. Então, aqueles negros que completaram o movimento da travessia, puderam de alguma forma chegar à percepção de que eles não são o outro. Eles não são brancos, não são os dominadores e estas instituições em que vivem, e que se perpetuam através de sua ação cotidiana, não são deles. Estes negros adquiriram consciência étnica. Eles são capazes de reconhecer a si próprios. Eles sabem que a identidade objetiva refere-se a eles. Ele conhece e reconhece aquele outro de-si que está sendo maltratado, insultado, assassinado. Ele sofre com sua cultura e sua condição étnica.

A consciência étnica confere, portanto, ao negro, a base de partida de sua consciência social. Ele não se reduz apenas a determinadas reações ou atitudes comuns a todos os negros, portadores que são de uma mesma culturalidade. Ele avança e adquire o despidoramento de-si, enquanto indivíduo e como cultura. Nesse momento, ele se torna um produtor de cultura negra, está no contexto da dinâmica própria de sua culturalidade. Esta dinâmica acrescenta-lhe mais e mais um fator consciente. Ela também expressa a afirmação dos estatutos éticos e estéticos dos negros. Nesse movimento único para a identidade de-si, é que se dá, pois, o livre exercício de sua superestrutura própria.

Do jogo das relações dos negros, ele se torna cada vez mais negro. Ele se depura dos procedimentos da falsa consciência e percebe a existência da(s) cultura(s) oficial(ais). O processo de auto-reconhecimento cultural opõe-se, assim, à fabricação de mitos, característica da cultura oficial. Daí a especificidade da inserção social do negro. Na medida em que se percebe como ele próprio, torna-se capaz de distinguir o outro, para quem estava cego; desta maneira, o negro pode buscar e ocupar o espaço societário que lhe é devido. A multiculturalidade objetiva instala-se também como instância subjetiva da realidade. Neste ambiente, perde espaço a uniculturalidade do oficialismo assimilacionista.

A dinâmica da cultura negra tem, portanto, a elaboração auto-reconhecente de seus mitos. Isto, é óbvio, situa-se numa outra superestrutura que não aquela da cultura oficial, onde se dão as urdiduras superficiais de mitos esvaziados. A cultura oficial perde seu poder ante o movimento do real; ante o avanço da cultura negra e do potencial multicultural que ela traz consigo. O caráter auto-reconhecente da cultura negra, sua dinâmica específica, a identifica autonomamente com outras culturas auto-reconhecentes, pondo de lado a falsa consciência da cultura oficial.

O lúdico, o coletivo e a praça pública opõe-se, assim, ao lúgubre, à apropriação e ao entesouramento. A força da comunidade elabora seus objetos culturais e faz depender deles a sociedade de mercantilização. Rompe-se a cadeia da assimilação e repõe-se o espaço da dimensão multicultural. A cultura oficial deve recorrer aos apelidos da mídia, para ignorar o avanço da outra cultura. É a legitimidade de ignorar o outro, contudo é agora o outro aquele cuja dinâmica determina o processo. Na dimensão multicultural, o poder velho embate-se com o poder novo.

De fato, um dos elementos centrais propiciados pela consciência étnica para a auto-identidade, é a construção do ignoramento do outro. Quanto mais gosto de mim, menos percebo a importância de outrem; quanto mais me ensimesmo em minha própria beleza e admiro a perfeição dos meus atos, mais se destaca meu orgulho e menos importante se torna o outro. Narciso-me.

O gôzo da plenitude de sua própria culturalidade leva ao ignoramento do outro. É bem verdade que o negro americano ainda não atingiu este estado de delírio que encontramos nas culturas africanas. O crescente vigor, contudo, dos movimentos negros aponta nesta direção do transe cultural sublime. A auto-identidade, ou seja, a identidade de si, torna-se cada vez mais complexa no continente americano, como elementos auto-reconhecentes éticos e estéticos negros. Desta ética e desta estética nascerá, pois, uma nova cosmovisão negra.

É bem verdade assim que o dentro das culturalidades, em sua germinação, levam elementos de uma afirmação egoísta. Este “egoísmo” pode-se constituir, contudo, numa base de relações humanas profundas e sinceras, não apenas interculturalmente, mas igualmente para fora desta cultura. O domínio pleno de suas virtudes por ela mesma, é um dos elementos mais importantes para se reconhecer uma cultura. Quando achamos uma prática do outro estranha e a chamamos “exótica”, há aqui algum elemento de reconhecimento. Quando dizemos, porém, “errado” e nos propomos a corrigí-lo, estamos ignorando a diferença, e praticando o assimilacionismo.

Contrariamente, a consciência étnica permite realçar as diferenças. O ignoramento do outro, a partir da contemplação da própria cultura, contém elementos positivos. As diferentes culturas podem assim conviver em espaços que se interdependem, refletindo os distintos movimentos da consciência social. Intentar bloquear a consciência étnica do outro porque se possui uma consciência de nossa própria etnicidade leva, portanto, ao beco-sem-saída do assimilacionismo e da uniculturalidade. Assim, a multiculturalidade opõe as normas da diversidade dos institutos culturais ao ensurdecimento cultural. Ela propõe a convivência de culturas autoreconhecidas, em oposição às culturas oficiais. A multiculturalidade oferece o diálogo, como oposto do monólogo dos surdos culturais. Ela propõe a abertura democrática da mídia e da orientação escolar, em contraposição aos monopólios vigentes da mídia e da educação atuais.

E a visão multicultural decorre da crítica conseqüente e auto-afirmativa da cultura negra do Brasil. É sua reflexão que expressa uma consciência social avançada, que rejeita o racismo e outras formas de monopólio do poder social e político.

As diferentes auto-identificações individuais com a identidade própria do grupo ou comunidade, refletem o grau de heterogeneidade desta, a partir do desaparecimento de sua infra-estrutura original. O grupo ou comunidade, desprovido de sua base comum produtiva, inicia dentro dele um processo de diferenciação, cujo “motor” se situa em algum lugar exterior. Quando terminou a escravidão no Brasil, por exemplo (1888), os negros perderam sua base comum de igualdade, a condição de escravos. A igualdade, portanto, não era mais possível entre os negros. A partir de uma base de igualdade, estabeleciam-se, dentro de uma cultura ou comunidade, os distintos graus de separação, ou seja, estruturam-se as diferenças.

Mas as diferenças não podem se estruturar e, daí, serem aceitas como legítimas, se elas não partem de uma base de igualdade. O negro, boçal ou ladino, mainato ou poliglota, ourives ou carreiro, faziam todos eles parte da mesma estrutura, montada sobre a

base igualitária da escravização. Com a eliminação da escravatura, tais estruturas não mais se justificavam ou se podiam manter.

As relações de diferenciação dos negros, passaram, portanto, a ser comandadas por forças exteriores à própria prática dos negros. As novas diferenças deixaram de expressar o consenso comunitário. Neste processo de diferenciação comandado desde fora, a heterogeneidade tende a se revelar mais forte que a ideologia social vigente. Este mesmo fenômeno é que deu cabo da consciência social própria da maioria dos grupos indígenas do país.

Na heterogeneidade social e econômica extremas, as novas gerações não conhecem ou não se identificam com suas antecedentes. Estabelecem-se as diferentes auto-identificações. Desaparece a consciência étnica, a identidade cultural subsiste ainda ao desaparecimento da sua base étnica, mas tal processo se dá por breve espaço de tempo, qual seja, uma ou duas gerações. Por outro lado, esta violenta redução da identidade étnico-cultural a uma “identidade cultural” é quase sempre acompanhada de um fator redutor, por exemplo, a cultura oficial. O processo é envolto na hiperespecialização, compulsoriamente instalada. Na Europa ocidental, na África e na América Latina, como sabemos, os portadores da cultura tradicional foram reduzidos a “camponeses”, “setores marginais”, “grupos folclóricos”, e outros aspectos reificantes, enquanto o amálgama da cultura oficial era apresentado como “cultura nacional”.

Por quê tal processo de reificação foi possível? Porque retiraram-se destas forças sociais sua base comunitária, ou seja, a posse dos meios de produção. Uma sociedade aldeã sem terras se transforma em “camponeses” ou “imigrantes”. Os despossuídos quase sempre perdem direito à culturalidade própria.

Ora, o desaparecimento da consciência étnica significa a perda do orgulho, da dignidade, do apuro, da percepção da diferença. Se meus avós levavam um chapéu quadrado e eu tenho vergonha de usar um chapéu quadrado, eis que minha identidade étnico-cultural está perdida. Os rituais, as vestimentas, a paramentação de um grupo são determinados pelas suas escolhas estéticas. Tais escolhas aninham-se no dentro mais elevado de sua consciência social, sua ideologia social. Quando os herdeiros de uma comunidade não têm coragem de exibir seus próprios valores, esta comunidade está em vias de extinção.

A eliminação da infra-estrutura própria, portanto, ou da condição comum numa infra-estrutura, colocam a comunidade ante desprotegida e excessiva exposição a valores adversos. É como se arrancássemos uma planta pela raiz e a deitássemos no

terreno, para expô-la ao sol. O mesmo sol que levaria esta planta à vida e ao crescimento, irá agora levá-la à morte. Não é a convivência com outras que mata uma cultura. É antes a eliminação de seus meios de existência independente.

Mas o que é a exposição excessiva a valores adversos? Quase sempre isto significa a criação de mecanismos institucionais, dentro de uma cultura oficial, através dos quais se combate sistematicamente os valores de um ou vários grupos, buscando substituí-los por mecanismos alienatórios. As escolas obrigatórias de tipo ocidental e supostamente democráticas, espalhadas pelo mundo, são ainda hoje o principal instrumento de destruição em massa de culturas e civilizações. Elas hoje são secundadas pela mídia, mas logo a mídia tomar-lhe-á o papel principal. De acordo com estes valores cosmopolitistas, só são produtos e só tem finalidade social bens lustrosos saídos de fábricas ocidentalizadas. Neste contexto, o verdadeiro valor humano está em comprar e consumir tais bugigangas. Esta ideologia cosmopolita de vender bagulhos, em sua maioria desnecessários e inimigos de uma sociedade sadia, está destruindo a natureza, em escala mundial. No entanto, as crianças, na “escola universal e democrática” não aprendem a compreender e melhorar a vida real de suas famílias. Elas aprendem a se auto-identificar sem a sua diferença. Diferença esta que não é própria de si, produto de sua culturalidade, mas um elemento de todo estranho. Uma imposição de outra cultura.

5 - Pluralidade e diferença

O pluralismo é certamente a doutrina segundo a qual se busca evitar que a maioria se transforme numa tirania. A experiência histórica da revolução francesa e da revolução norte-americana trabalharam certamente o substrato desta ideologia política. No ambiente das “treze colônias” necessitava-se talvez mais da garantia do *laissez faire, laissez passer* que no mundo dos fisiocratas. Exilados não confiam em maiorias, em que preferem enxergar tiranias eventuais.

Desde as ilações de Tocqueville até ao associacionismo contemporâneo, podemos enxergar a metamorfose de salvaguardas para o indivíduo comum e sua família em verdadeiros escudos dos poderosos, em que empresas e monopólios, travestidos de pessoas de direito civil, se protegem de suas vítimas.

Estratégias do dissenso hoje não garantem necessariamente grupos de indivíduos que buscam protestar em defesa legítima dos seus interesses. Não preparam

necessariamente formas de desobediência civil, mas podem ocultar manobras inconfessáveis de grupos de lobistas do poder econômico.

Tudo isso pode, contudo, ser morigerado pela verdadeira democracia, pois o pluralismo e o dissenso devem continuar servindo o mais amplamente possível a grupos de cidadãos, comunidades e minorias de todo tipo. Mas o quê dizer de uma sociedade que brinca com a correção ideológica dos conceitos? O quê dizer de liberais... escravistas? Como caracterizar a direção de uma polícia ou de forças armadas que utilizam o direito de... dissentir? Que não aceita a decisão da maioria nas urnas? Que estabelece o pluralismo de apenas... dois partidos? E de uma só cultura?

Como garantir o direito da maioria à visibilidade? Como garantir o acesso da maioria ao ensino público e gratuito? Como garantir que os impostos recolhidos financiem um sistema público de saúde e não fornecedores particulares de serviços não prestados?

O subdesenvolvimento possui, certamente, perversidades que comprometem seriamente a possibilidade prática de instauração de um regime democrático. Ao longo da história do Brasil, a experiência democrática tem sido mínima e terminou sempre por ser extirpada. Os padrões cíclicos das flutuações que citamos anteriormente têm levado consigo as experiências democráticas. Mera coincidência?

De forma que as experiências de democracia são florezinhas periodicamente ceifadas pelo ancinho do autoritarismo. As elites não suportam o direito de outras minorias que não sejam elas próprias. Ficam ainda mais irritadas quando percebem que as majorias desejam aplicar a Constituição em benefício próprio, ou recorrer a qualquer estatuto de direitos sociais de gênero, condição ou grupo. A própria declaração dos direitos humanos das Nações Unidas é fator de profunda irritação para estas elites.

Por isso seja talvez excessivo mencionar no Brasil “pluralismo” e “dissenso”.

O pluralismo é sempre invocado quando a elite quer esmagar uma maioria. O dissenso é esgrimido quando um chefe qualquer trapaceia os interesses gerais.

Poderíamos talvez argumentar com “pluralidade” e “diferença”. Pluralidade porque não é aconselhável supor que o Brasil possua uma só ideologia política, um só sistema representativo possível, uma “federação” em que a união monopoliza todos os direitos, etc. É legítimo supor e apregoar que o Brasil é plural. O Brasil é diverso. Há fortes indicações de que o Amazonas, a Bahia e Santa Catarina não sejam idênticos. Daí suspeitar-se da pluralidade. Admitir a pluralidade pode e deve ser uma coisa boa.

A segunda suposição interessante é que existe a diferença no Brasil. Se o Brasil pode ser plural, então, devem haver diferenças que expliquem esta pluralidade. Os

brasileiros não são todos iguais; são diferentes. E se são diferentes, é porque há diferenças. As diferenças, assim entendidas, expressam desigualdades, econômicas, sociais, étnicas e culturais. Tal implica dizer que o Brasil seja um arco-íris, um caleidoscópio, um aglomerado de situações cambiantes e cujas regras estão em toda parte, e não exclusivamente em uma delas.

A admissão destas duas hipóteses, pluralidade e diferença, seja possivelmente um bom motivo para intentar-se explicar a democracia como um governo de maioria, capaz de garantir a existência das minorias em liberdade. E, contrariamente, entende-se que a liberdade das minorias, particularmente da elite, não exclui o direito da maioria à existência.

Isto posto, verifica-se a importância da livre associação para promover a convivência democrática dos brasileiros, respeitando-se mutuamente as diferenças que agora admitimos possam existir e almejando, por conseguinte, uma convivência plural. Vê-se agora, sob a base da pluralidade e da diferença, que a democracia só subsiste como expressão da liberdade comunitária, e que tais comunidades são obviamente diferentes. Ser diferente, portanto, não é um crime. Ser diferente é uma coisa boa, porque todos os indivíduos são diferentes entre si, e entre os grupos ou associações que venham a constituir.

A percepção da importância da diferença leva a valorizar o outro, como algo distinto de si mesmo. Esta valorização da diferença demonstra que pode-se aprender de distintas comunidades e grupos, particularmente daqueles que têm experiências diferentes das nossas e que até aqui não estivemos interessados em conviver, ou não tivemos a oportunidade de fazê-lo. Chega-se assim à idéia da sociedade aberta, ou da sociedade democrática. Vê-se que a multiculturalidade é um elemento autêntico de uma sociedade baseada nos direitos comunitários, e que as distintas autoidentificações que a ela respeita são compatíveis com um desfecho plural para os propósitos humanos. Contrariamente, a obsessão pela unanimidade da cultura oficial conduz quase que de modo compulsório à imposição de padrões e ao mascaramento das diferenças. A oferta da própria diferença é, pois, um ato livre de criação. É cultura. E não pode ficar restrito aos interesses da elite, com seus processos compulsivos de ocidentalização. Como já frisamos, estes processos estão vinculados ao uso ou disponibilidade maciça de mão-de-obra intensiva e barata e não constituem um projeto civilizatório.

A ótica multicultural, contudo, não pode reduzir seres humanos a mão-de-obra. Interessa-se, outrossim, particularmente pelos ensinamentos e traços próprios das

culturas locais que vivem sem transformar a natureza em inimigo. Aprender das diferentes culturas, compreender com as diferenças, situa-se na visão multicultural, necessariamente mais aberta e tolerante. Por quê? Porque se trata de fato de uma diversidade de perspectivas, de cosmovisões, que possuem um olhar crítico para a sociedade industrial e de consumo.

Esta sociedade do capital revelou-se o cárcere e a destruição de numerosos povos e culturas. Possuir uma visão crítica da sociedade do capital coloca espontaneamente tais movimentos críticos numa mesma perspectiva social, que constrói alternativas ao *status quo*. A diferença é; portanto, se estabelece. Não pressiona, porque não tem por objetivo o comportamento do outro, mas o desenvolvimento de si próprio como diferente. A diferença se caracteriza, pois, pelo estabelecimento de caminhos próprios, em que há algo de ignorância ou esquecimento do que não é diferente.

Esta é a forma com que a multiculturalidade se opõe ao monolitismo de uma cultura oficial, expressando vocações e ritmos distintos. Reconhecer e contribuir para o estabelecimento da diferença é construir um contrapoder. Tal contrapoder possui suas próprias razões, constitui o seu reiterável. Do jogo de suas convivências, estabelece-se sua vida de relações, abre-se o contorno do seu possível. Chega-se à pedagogia própria da diferença. As relações de veracidade, antes monolíticas, expressam-se agora como diferentes reconheceres.

Dá-se assim o contexto das ações afirmativas. Movimentos sociais independentes, que expressam cada qual a culturalidade de sua diferença, atualizam e dão vida à bandeira da livre associação. Quanto ao movimento negro, trata-se de recuperar e manter viva sua memória, assegurar-se de sua “travessia”. Constituir e reconstituir o patrimônio étnico-cultural dos negros, através de museus-vivos, calendários da diáspora e outras atividades culturais, tem-se posto mais e mais na ordem-do-dia, particularmente com a aproximação do centenário da abolição. As tradições familiares e étnicas, os traços culturais particulares, como as relações com os antepassados, tornaram-se uma vez mais do maior interesse. Assegurar o livre acesso à terra, com reconhecimento do uso da mesma, contribuirá certamente para reduzir o monopólio deste meio de produção e baratear o custo de vida para todos os trabalhadores, incluídos os negros.

Igualmente o movimento indígena deseja a propriedade de sua memória e a liberdade de associação, inclusive política e de ensino. A demarcação das terras indígenas deve ser feita considerando as práticas tradicionais de uso da mesma pelos seus habitantes

originais. No entanto, o desenvolvimento autônomo dos indígenas requer a liberdade dos mesmos, no uso de suas propriedades comunitárias, incluindo a terra.

O movimento feminino, do mesmo modo, deseja concretizar suas bandeiras capazes de combater todas as formas de opressão e discriminação que atingem as mulheres no lar e no trabalho. Uma comissão feminina nacional, em parte eleita, em parte indicada pelas representações e associações da mulher, teria como propósito elaborar soluções legais que garantam juridicamente a liberdade feminina e sua igualdade social com o homem.

Conseqüentemente, o movimento dos idosos deseja a garantia dos direitos básicos desta comunidade, em constante crescimento no país. Os idosos precisam garantir a continuidade de suas rendas ou aposentadorias na velhice, acesso aos serviços médicos gratuitamente, bem como à moradia e aos transportes. Equipamentos sociais devem ser instalados nos bairros correspondendo às necessidades dos idosos, das crianças, dos deficientes e de outros grupos existentes e seguidamente ignorados na sociedade.

A satanização pela cultura oficial das relações humanas mais autênticas nega as diferenças. Do passado em que se caçavam bruxas e bruxos e se torravam os discordantes; ao presente em que se é humilhado nas ruas ou delegacias por se constituir diferente; tudo requer, exige, um futuro de liberdade e reconhecimento do direito à diferença. Este direito à diferença passa pela autoidentificação individual e coletiva, e pelo verdadeiro uso do direito à associação e à institucionalização.

A emergência, portanto, da maioria para a visibilidade envolve movimentos de consciência. Dentro desta maioria de defraudados, trapaceados e enganados, os negros: homens, as mulheres, os idosos e as crianças negras, se constituem a massa mais impressionante. Por esta razão, o movimento negro é o centro de todos os movimentos sociais brasileiros contemporâneos.

Sabe-se que a cultura oficial é apenas usucapiente do Brasil. Ela é o escudo dos defraudadores de todos os tipos: falsários de títulos de propriedade, de nobreza, e de monopólios. Fraudadores de eleições, violadores da verdade das urnas; saqueadores de verbas públicas, etc. Esta elite de exploradores e de arrivistas não representa, de modo algum, a maioria pobre e trabalhadora do povo brasileiro.

Sob os arremedos, contudo, de uma suposta cultura nacional, eles escondem as verdadeiras características do povo brasileiro. Manipulando ideologicamente formas importadas e depauperadas do ocidentalismo, procuram confundir a percepção da realidade, através da exposição de outras sociedades e outras culturas, que nos deveriam servir de modelo. Não podem, contudo, estabelecer as diferenças entre eles próprios e os

modelos de referência. Apresentam-se como “europeus”, ou seja, não-brasileiros. Trata-se de sua auto-idealização como metropolitanos. Aqueles, os senhores coloniais, seriam os portadores de todos os acertos. Nós, os demais, seríamos os portadores de todos os defeitos. A inviabilização do Brasil se pautaria, deste modo, em uma única diferença: a incapacidade estrutural dos colonizados para reproduzir os colonizadores.

6 - Conclusão

Tomando como pretexto o problema da identidade do negro, analisei alguns aspectos do tema e suas correlações. Conforme se observa, muito ainda poderia ser dito. Penso que os temas da psicologia social sempre foram monopólio de um punhado de intelectuais que, trabalhando na sombra, exploraram de modo eficaz as relações desta com a sociologia e a etnografia. Seu objetivo? Consolidar os esquemas racistas em nosso país.

Para tanto, tomaram, ao longo do tempo, diferentes atitudes. Desde estratégia abertas e agressivas de opressão, até formas mais sutis, como as que vigoram hoje, com ausência de estatísticas, erros de caracterização, etc.

Uma primeira conclusão deste trabalho de hoje é a perda e, mesmo, o prejuízo, que se constitui para o povo brasileiro, da difusão e introjeção do racismo e do preconceito. Muito da “bananice” do brasileiro, a incapacidade para agarrar, como diria Camões, advém do medo de liderar, de assumir responsabilidades: A fonte desta atitude reside no complexo de inferioridade organizado pelo racismo.

Uma segunda conclusão prende-se ao impacto do “silêncio racial”. A complexidade das relações ideológicas de uma sociedade exige que suas relações étnicas sejam discutidas. No entanto, do racismo aberto e frontal da Primeira República, passou-se para o racismo “disfarçado” do silêncio racial. A erradicação do negro, considerada agora como garantida, devia-se produzir sem marolas, através da aceitação passiva do próprio negro. É claro que os “esquadrões da morte” podiam continuar dando uma mãozinha nesta tarefa.

O malefício do silêncio racial já produziu quase todas suas heras venenosas. O negro foi dissolvido, como parte da desaffricanização, ora em sete, ora em nove tipos, se não recorrermos às denominações vigentes durante o carnaval. Sua cultura foi esfacelada em folclore, cultura popular, circense, formas de prostituição, etc.

Uma terceira conclusão é a importância manifesta de se refletir o processo de identidade do negro, desde sua condição de identidade objetiva. Esta identidade passa

necessariamente por uma consciência étnica, que exclui o caleidoscópio das fenotípias e suas pseudo-cientificidades.

Uma quarta conclusão refere-se à importância, de valorizar a cultura própria, e a compreender que as regras democráticas são também válidas para cada uma e todas as culturas. Daí a importância da compreensão de que o mundo é plural e a diferença é uma coisa boa. Isso contribui para eliminar camisas-de-força do racismo, ainda que sob disfarces biologistas ou evolucionistas.

A perspectiva multicultural da sociedade nos leva a uma quinta e crucial conclusão. A cultura oficial, simples fachada da dominação, deve ser substituída pelo multiculturalismo, pondo fim a centenas de anos de interpretação unilateral da sociedade. Com isso, a experiência das diferentes etnias deve ser considerada no sistema educacional, nos meios de comunicação, etc. Deve, pois, ter fim, o processo de criminalização da cultura do outro. Este é um importante meio de liberação das forças reprimidas das diferentes culturalidades e se constitui recurso do “sincretismo positivo”, nunca de imposições destrutivas ou paralisantes.

A observação final é a de outra natureza e prende-se, mesmo, à realização deste debate. A importância da discussão dos tabus da sociedade é uma das tarefas dos intelectuais. Contudo, no Brasil é hábito detectar-se as proibições, para catalogá-las e jamais discuti-las. A explicação corrente para isso estaria em que os intelectuais brasileiros são empregados diretos das classes dominantes. Como o “público” no Brasil não pertence ao povo, mas ao governo, assim como ao tempo de Luís XIV, então, o professor universitário, o escritor etc deveriam - e devem! - saber praticar a dose adequada de autocensura. Falar “demais” significa o banimento da mídia e certamente de muitos potenciais postos-de-trabalho.

Isso explica uma parte do silêncio, mas não pode explicar todo silêncio. Na verdade, a maioria de nossos intelectuais não gosta de discutir assuntos polêmicos, pois prefere “bater no gato morto”. Adotam as vantagens do óbvio e, em sua maioria, são coniventes e beneficiários com os tabus e as estruturas que eles representam. Servem ao *status quo*. Há um certo gosto, um certo prazer, quando praticam as normas do silêncio racial. Quando eventualmente devam participar de um debate não-ortodoxo, é visível sua irritação e incômodo. São intelectuais desprovidos de curiosidade. E de ingenuidade.

Poder-se-ia reconhecê-los como produtos culturais da cultura oficial. Eles a produzem, na mesma medida em que são produzidos por ela. As medidas e concessões

mútuas com os detentores do poder indicam que viajam no mesmo barco e na mesma classe. Uma das razões porque se deram bem na vida é a existência do racismo.

A colocação dos tabus em discussão significa, pois, discutir também esta turma da “torre de marfim”, que não está interessada em explicar os problemas reais da sociedade brasileira. Eles fazem parte do silêncio racial. A teoria da democracia racial, um dos pilares da cultura oficial, é fruto do trabalho dos intelectuais que, com seu silêncio aprovador, suportam os nins, o lado mau dos gilbertos, etc. Elaborar afirmações, aprofundar debates, tratar das relações da identidade objetiva com a identidade subjetiva, etc., são tarefas dos intelectuais. O estudo destas relações concretas requer a expressão de pontos-de-vista concretos. A afirmação do eu se faz pela negação do outro, etc., e tais atos são legítimos no elaborar filosófico, metafísico, metodológico, etc. Ser intelectual não é ser o funcionário público encarregado de manter o silêncio. Alguns me dizem que a fera dorme, é melhor não despertá-la. Se o racismo é uma fera, de nada adianta manter o silêncio. Ele despertará com fome, após o sono digestivo. Nosso dever é enfrentá-lo sempre. Não mantê-lo adormecido.

O 'Nganga - A Origem e o Poder do "Pai-de-Santo": Uma Viagem ao Segredo da Cultura Negra

(07/08/1985)

1 - Introdução

Muitas vezes quando, convidado, proponho o tema do ganga como centro de uma discussão sobre a cultura e a etnia negras; sinto uma certa decepção daqueles que fizeram o convite. Na verdade, todos somos um pouco iluministas. O fato de, desde a infância, estarmos submetidos à lavagem cerebral da cultura chamada ocidental, que é amalgama como qualquer outro, nem melhor nem pior, nos leva a acreditar no “atraso do negro”.

De acordo com as pregações racistas, o negro é alguma forma inferior de vida, perdido entre os homens e os macacos. Cumpre lembrar que, para tais senhores, a mulher também é “inferior ao homem”, biologicamente falando. Tais substratos ideológicos terminam por penetrar na cabeça do negro mais ilustrado, que, no fundo, sente-se algo “inferior” ao europeu. Ora, o objetivo do racismo é deprimir psicologicamente a vítima do racismo. Qualquer resto de sentimento de inferioridade que ele possa incutir, já assegurou a vitória dos racistas no processo competitivo. A reflexão, a travessia libertadora que cada negro deve fazer em sua vida, o livrará dos restos do racismo. A mulher não é “inferior” ao homem. A experiência histórica elabora apenas especificidades, mas não inferioridades. Certas apologéticas positivistas da teoria da evolução tem objetivos puramente ideológicos.

Falar sobre o feiticeiro negro, o ganga, do ponto de vista histórico da cultura, permite-nos penetrar em certos aspectos da psicologia social e da ideologia social dos negros. Permite a um negro conhecer-se melhor, entender seus antepassados. O ganga repõe, como debate institucional algo da maneira de ser própria dos negros e facilita ao expositor apresentar certas características que seriam mais difíceis de entender, se postas de outra maneira. O sacerdote-médico-mago existiu e existe na maioria das culturas. Hoje, com as transformações da divisão do trabalho e o crescimento numérico das sociedades humanas, encontramos muitas vezes estas especialidades separadas. Quando reunidas, como no caso histórico da maioria das sociedades negras africanas, o ganga constituía-se, de certa forma, parte importante da dinâmica societária. Os antropólogos e sociólogos que se dedicam às culturas tradicionais não estão, em geral, interessados nessa dinâmica. No entanto, do ponto de vista do historiador, o conhecimento de certas características da dinâmica societária é indispensável à decifração dos papéis institucionais e à coexistência de culturalidades, numa sociedade plural.

Durante toda minha vida dediquei-me a entender historicamente as sociedades. . Um enigma persiste, entre tantos, por decifrar. Por que as sociedades negras produziram-se como as de maior religiosidade? Na Índia e na África a religião atingiu um desenvolvimento

não alcançado em outros pontos. O complexo religioso, como fenômeno transcendental, importou muitos e decisivos elementos das culturas dessas regiões. O primeiro estado criado, na história conhecida do mundo, foi o Egito camita. Este foi um estado teocrático, ou seja, um Estado chefiado por um rei sagrado, encarnação dos deuses.

O rei sagrado foi sempre uma das principais instituições das culturas negras africanas. Como decorrência disso, ele apareceu aqui e ali na América. O rei sacro é um das formas de ser do ganga, o feiticeiro comunitário que está no centro da vida local. Estudar o ganga, assim, permite entender uma série de elementos da cultura negra ao longo do tempo, e como tais elementos se combinam para reconstituir sua dinâmica básica, quando esta eventualmente é ou foi interrompida.

As culturas negras instituem um mundo complexo. Para expor aspectos de sua dinâmica, é preciso recorrer a uma tipologia. Através desse esquema simplificador, é possível seguir uma linha de raciocínio, apresentando certas generalizações compreensíveis a todos. Ao mesmo tempo, julgo que a descoberta de cada tema, simplificando ainda, leva aqueles que me ouvem à busca de respostas alternativas, ou ao próprio estudo da cultura.

Isto por si só já seria uma boa justificativa para o nosso trabalho. Despertar o interesse, para aumentar o número de pesquisadores destes temas. Tudo isso leva a uma compreensão maior da nossa cultura, pois quanto mais entendermos de todas as culturas, maiores se tornam as oportunidades de um desenvolvimento multilateral da humanidade.

Por outro lado, deve-se guardar o debatedor do espírito asséptico, em suas afirmações. Deve o expositor estimular o debate, pensar alto ante seu público, expor as idiosincrasias. O racismo tem-se escondido na neutralidade aparente do pesquisador, capaz de suscitar o desinteresse dos jovens e o sono dos mais velhos. Os excessos do aparato formal analítico revelam-se às vezes em suas próprias categorias, por demais rígidas e relacionalmente “resolvidas”. É preciso deixar alguma oportunidade para que os personagens históricos falem por si mesmos, e tal só pode ser feito se atribuímos veracidade aos seus próprios conceitos.

A visão dos culturalistas tem evitado mencionar os aspectos biológicos da culturalidade, de forma que se poderia daí concluir que o racismo não possui uma base étnica, mas apenas uma base cultural. É um traço cultural cortar o pescoço dos outros, explorar os outros, humilhar os outros, etc. Tudo isso é muito interessante, mas não se pode ignorar o impacto fenotípico destas “culturalidades”. Os povos de “cor” têm sido as principais vítimas delas. Como se pode minimizar que a escravidão no Brasil vitimou índios e negros? Para quê serve uma ciência capaz de abstrair a etnia real das vítimas?

Tal ciência servirá somente para justificar o “status quo”. Pode-se fazer uma bela discussão, desde que as partes não se sintam envolvidas. Mas não se pode superar os problemas, sem o envolvimento das partes. O resultado prático da acumulação ocidental é a miséria do resto da humanidade. Reconhecer este ponto não é desrespeito à cultura ocidental, mas apoio ao que ela tem de melhor. Dentro da cultura ocidental, como em todas as demais culturas, existem fatores positivos e fatores negativos.

Desenvolver a compreensão multicultural baseia-se no conhecimento dos mecanismos específicos com que viveu ou viveram as culturas particulares. Nenhuma cultura é boa o bastante para negar todas as demais.

É evidente que a reflexão sobre a cultura que se tem, leva à afirmação dela mesma. E esta afirmação tem um momento de exaltação. Não se deve evitar este momento, mas tomar a cautela necessária para que ele não nos converta em racistas. O caminho de convergência da humanidade passa pela discussão e superação do racismo. Minimizar os problemas étnico-culturais apenas busca adiar o aprofundamento, necessário, desta discussão. Não pode haver tolerância, sem a compreensão da diferença. Não pode haver respeito mútuo, sem a compreensão dos elementos culturais comuns.

Os negros que representam a tradição, tanto na África quanto no Brasil, não gostam que se exponha o Esotérico como forma de mídia, falada ou escrita. Para eles, os segredos espirituais dos negros devem permanecer como tal, no seio da sociedade ou associação a que pertencem. Neste debate, afasto-me um pouco desta linha. A mídia tornou-se necessária aos próprios negros, que estariam bem melhor se possuíssem canais de televisão, jornais e rádios. O lixo do Ocidente é veiculado como cultura pelo mundo todo, e a sua parte melhor nem sempre está acessível pela mídia.

Penso que certos aspectos secretos da sociedade negra devam ser discutidos por todos os interessados, por que não são “mistérios” tão diferentes de outras sociedades. Estes aspectos tornam mais fácil o entendimento da visão de mundo de cada qual, a tolerância e respeito mútuo.

Tomo assim a liberdade de indicar uns poucos traços do grande Oculto africano e brasileiro. Faço-o, ao mesmo tempo, aceitando seus argumentos, tentando indicar o que eles significam. Muitos elementos do Oculto não sei explicar. Penso, no entanto, que lançar ridículo sobre tais elementos não é a melhor maneira de aprofundar o debate cultural. Aqueles, certamente, que ouvirem ou lerem esta palestra, e que estejam familiarizados com o tema, vão se escandalizar com as simplificações. Todavia, para aqueles que ignoram o

assunto, conhecê-lo, ainda que superficialmente, trará novas esperanças. É para estes que esta palestra se destina.

2 – As Nove Portas.

Assim como o corpo humano tem “nove buracos” que o comunicam com o mundo exterior, possui também a sociedade humana “nove portas”, através das quais se comunica com as forças superiores. Esta crença faz parte das culturas negras africanas e encontra-se igualmente em outras culturas.

As “Nove Portas” implicam, portanto, em outro nível de cognição, situado este sobre o plano dos segredos e adquirido de alguma forma talvez intuitiva. Conferindo o acesso ao Oculto, elas requerem uma organização social que lhes conceda algum espaço, para que possam prover a sociedade com o esotérico dos nove modos de ser.

A manifestação societária das “Nove Portas” constitui-se, assim, dos nove modos de ser, abaixo relacionados. Não faço uma tentativa de colocá-los numa ordem hierárquica, porque ela ou não existe, ou varia de cultura para cultura. A numeração de listagem é simplesmente didática: (1) o portador da nova crença; (2) o possuidor do mal olhado; (3) o portador do saber (o feiticeiro); (4) o metempsicótico; (5) o esotérico, ou hieródulo da divindade; (6) o advinho; (7) o encantador; (8) o hieródulo do fogo sagrado; e (9) o rei sacro.

(1) O Portador da Nova Crença - Os antropólogos normalmente recusam-se a discutir o papel das “Nove Portas”, por considerá-las simples hipostasias, ou questões de menor importância. Penso que não seja assim. Não é pouco significativo, que todas as culturas negras na África ou na América acreditem, por exemplo, no poder metempsicótico. No que toca ao princípio comum do “portador da nova crença”, entende-se como a partir das religiões tradicionais negras constituíram-se os mitos de Moisés e dos Dez Mandamentos (um para cada dedo das mãos); a reforma religiosa de Ikhnaton; o mito do Messias.

Para os negros, o conhecimento religioso se renova ciclicamente. Este novo ciclo se inicia com um profeta, de um revelador do Oculto, alguém que é portador de nova crença, um alterador de verdades já conhecidas. Isto é compreendido como um ciclo de aperfeiçoamento. Não quer dizer, contudo que vá ser bem aceito pelos controladores da tradição. Crê-se, em geral, que um sinal será dado pela divindade, indicando a chegada do “revelador”. Está aqui o dom da palavra, ou o “segredo que sai pela boca”.

(2) O Possuidor do Mal Olhado -- Outra crença comum a todas as religiões negras tradicionais é o poder do mal olhado. Esta emanção negativa pelos olhos pode lançar qualquer ser vivo no desequilíbrio ou na doença. Pode fazer definhar crianças, plantações ou criações de animais. Pode acarretar má sorte, morte ou desgraça no futuro próximo. Esta força magnética destrutiva é inata a determinados indivíduos, mas os mesmos com o tempo aprendem a usá-la a seu bel prazer. Trata-se de poder privilegiado dos sortilégos e pode ser combatida por determinados fetiches, plantas, pedras e infusões.

(3) O Portador do Saber (o Feiticeiro) - O homem que domina um ou vários segredos das Nove Portas e é capaz de elaborar fetiches, que ele imaniza, é o portador do saber (secreto), é o feiticeiro. O feiticeiro elabora feitiços, isto é, impregna energeticamente pessoas ou objetos com propriedades centrípetas ou centrífugas. Isto é possível porque o feiticeiro capta energia do meio ambiente, a transforma e a despeja por determinadas partes do seu corpo. Particularmente as mãos e a arcada superciliar do feiticeiro possuem poderes magnéticos. Determinados indivíduos violam as tumbas dos feiticeiros para utilizar partes do seu corpo como feitiços (fetiches). Crê-se também que estes violadores podem ser mortos, pelo efeito desta violação.

A emanção e a imanção são entendidas como artes opostas e distintas. O rei sagrado é um tipo particular e extremo de feiticeiro. As artes do hipnotismo instantâneo, individual e coletivo; da adivinhação dos sonhos; da descoberta intencional através do sonho consciente (hipnoblepsia); outras formas hipnológicas etc são atributos muito apreciados dos feiticeiros.

(4) O Metempsicótico - é crença dos negros africanos que o indivíduo pode encarnar em outro indivíduo ou outro animal, para voltar posteriormente ao seu próprio corpo; que pode reencarnar sob outra forma, animal, ou não; que pode, estando aqui, aparecer acolá, sob a forma de outro animal ou outra pessoa (teleportação) etc. A metempsicose é a mais forte das doutrinas africanas. Ela também existe entre os negros não-africanos.

É um segredo muito poderoso ser portador da força mimética. Ela está na base do totemismo e do animismo. É, sem dúvida, a raiz da feitiçaria. Grande número de sociedades secretas e semi-secretas de guerreiros e hieródulos, na África e fora da África estão consagrados aos poderes metempsicóticos. As sociedades de homens-leopardo, de homens-leões e homens-crocodilo etc exerceram papel importante na história política dos africanos, na África e na internação americana. Os homens-crocodilo estão no núcleo insurrecional que tomou o poder no Haiti, criando o primeiro estado negro na América.

Através da incorporação nos terreiros, as divindades e os antepassados dos africanos reentram na sociedade contemporânea e fixam normas, dela participando. Os hieródulos das divindades, “cavalos-do-santo”, manifestam estados hipnológicos. Ao terminar a possessão, não apresentam as lesões físicas que deveriam resultar de seus atos, durante a incorporação.

A gíngua corporal, levando à dança inconsciente, é um dos métodos para se alcançar certos estados miméticos e, a partir daí, metempsicóticos.

(5) O Esotérico - As culturas negras têm nas sociedades secretas importante fonte de sua institucionalidade. Grande número delas esteve ou está dedicada à defesa das tradições grupais. Pertencer a uma sociedade secreta dá acesso ao Oculto. Alguns de seus membros são doados, por promessa de suas famílias ou pais, enquanto outros são requisitados pelos deuses, através de indicações decifradas pelos guardadores de segredos (os feiticeiros). São comuns as sociedades de sacerdotes, formadas por feiticeiros especializados. Em algumas regiões, o serviço religioso tornou-se muito complexo, dando origem a estados teocráticos.

De fato, as necessidades continuadas dos sistemas de culto e transe não poderiam ser satisfeitas sem a criação e manutenção da base material necessária, os lugares de culto, os templos, etc. Somente a produção material dos elementos de culto consumia grande parte do tempo livre nas sociedades tradicionais. O hieródulo, cavalo dos deuses, é o sacerdote-escravo do templo, e dele deve cuidar toda sua vida. O abandono de suas funções acarretaria, certamente, desgraças.

O desenvolvimento dos complexos procedimentos hipnóticos, a guarda e proteção dos objetos sagrados, com a manutenção do templo e dos altares obriga a que as sociedades secretas mantenham ou mantivessem corpos auxiliares de culto, mais ou menos numerosos. A espiritualização da divindade requer que a mesma seja identificada com um ambiente geográfico, que caracteriza uma base étnica. O antepassado se comunica através de coisas (rio, pedra, mar, astro etc) e seres (plantas, pessoas, animais).

A sociedade do culto encobre a sociedade semi-secreta de seu dirigentes e a sociedade secreta dos guardiões, que encobre o sacerdote chefe do culto. No entendimento das culturas negras, as manifestações das divindades requerem o conhecimento de procedimentos adequados, que constituem o culto. Participar do esotérico leva a uma das Nove Portas.

(6) - O Advinho - É crença comum dos negros que a vida de todas as pessoas deveriam ser absolutamente iguais. Tal não ocorre devido a intervenção das divindades e

outras entidades, que causam as alterações da vida. Nesse sentido, a verdadeira vida está diluída no todo coletivo e é absolutamente determinada. As alterações da vida do grupo ou dos indivíduos decorrem, portanto, da ação da pluralidade de divindades e entidades, por violações ou inobservâncias de tabus e regras grupais, sendo detectáveis por modificações energéticas. O advinho pode entrar em contato por antecipação ou por sucedência, com estas variações energéticas. Ele pode ler e ver na água e nas folhas; pode lançar mão de feitiços, objetos magnetizados, que permitem a leitura das forças invisíveis em ação. Por isso, as virtudes do advinho são altamente apreciadas. Ele é o “pai dos segredos”. Inúmeros “jogos” de leitura das alterações são praticados pelos feiticeiros africanos e afro-brasileiros. Os mesmos expressam associações probabilísticas, com o uso de matrizes e de análise combinatória, interpretadas pelo inconsciente.

Depois de conhecido o futuro provável e o passado não-explicado, o consulente pode ou podia recorrer a intermediações de entidades ou divindades.

(7) - O Encantador - aquele que domina o poder de encantar não é apenas, como se julga, um hipnotizador. O encantamento envolve fatores de teleportação e metempsicose. Ele pode atuar em transe ou não; com ou sem a ajuda de tambores. Os encantadores têm acesso aos comportamentos de inversão e podem, por vezes, ser sortilégos. Ele combina a força mágica individual com a metamorfose mística. Ele pode produzir o transe hipnótico temporário ou duradouro (fonte dos “tombos” da vítima). Ele exerce a transfiguração, ou o poder da intimidação, inclusive pela alteração de sua imagem. Seus poderes mágico-encantatórios podem ser favoráveis ou desfavoráveis. Ele pode simular ou sofrer a epifania (visão de manifestações da divindade).

(8) - O Hieródulo do Fogo Sagrado - Para determinadas divindades e situações que elas protegem, há regras para a presença do fogo sagrado. Nesses casos, um sacerdote ou uma sociedade é encarregada desta prática. Os guardiões do fogo sagrado podem ler o oculto na dança das chamas, ou das sombras que elas produzem. O êxtase pode ser obtido na contemplação do fogo sagrado. Djambo, o sol, purifica através de sua representação, janga. Angola Janga, “terra-mãe banhada pelo sol”, “terra-mãe sagrada”, era o quilombo dos Palmares. Havia ali certamente o serviço do fogo sagrado, com uma casta sacerdotal de guerreiros, chefiados por um rei sacro, ou zumba (ter o poder de transformar; feitiço; magia; transfiguração).

(9) - O Rei Sacro - Grande parte das sociedades africanas era governada por famílias de sacerdotes e famílias de ferreiros. Em Exu, o mensageiro dos deuses, vê-se a plasticidade, a força, a mudança brusca da transformação do minério em metal. A mortal

arma de arremesso dos negros, as lanças ou zagaias, tinham suas lâminas forjadas em cerimônias coletivas de fundição, sob a presidência de ferreiros. O rei sagrado, chefe da haste de lanceiros, garantia a integridade dos templos e dos territórios e fechava o corpo dos guerreiros antes da batalha. Era, portanto, um importante feiticeiro.

Angola Janga foi chefiada por reis sacros. Vê-se aqui em ação a ideologia social de rebelião, o quilombismo, criada pelos feiticeiros negros no Brasil. Gangazumba significa “toda a feitiçaria nos pertenceu”, ou seja, o “grande feiticeiro”. Zumbi quer dizer “feitiço”, “magia” ou “poder de transformação”.

Ganga Nzame (Gangazona) quer dizer o “feiticeiro que está no tópo”, ou “feiticeiro supremo” (escolhido da divindade). Os nomes destes reis sacros revela imediatamente a natureza de renascimento africano de Palmares. O rei sacro era chefe de numerosas sociedades secretas, possuía o poder de curar com a aposição das mãos (emanação, impregnação) e unia o corpo institucional dos feiticeiros. A dança coletiva sagrada dos feiticeiros, Zambo, é prática da ginga corporal sacra, que leva ao transe dos terreiros. Sua forma degenerada e profana, o Samba, é a catarse coletiva e festa de inversão da cultura negra do Brasil. A ideologia social quilombola não foi, pois, um fenômeno isolado dos mocambos, mas vivia igualmente na senzala, como produto natural da sociedade dos gangas.

O rei sacro reinava sobre as populações da África e do Brasil. Configurações dos arquétipos profundos da etnia, ele expressava a metodologia da intuição, a vida para lá do inconsciente do povo de Nzambi.

Apesar das difíceis condições do mundo dos escravos, particularmente para o estabelecimento de práticas iniciáticas, não foi na assimilação ou na integração com o europeu que tal mundo encontrou a sobrevivência da etnia. Foi como o oposto ao mundo branco, como afirmação do outro, que o negro logrou sobreviver. Foi na afirmação de seus próprios valores, adaptando o culto de seus antepassados em cultos comuns convergentes, como, por exemplo, o cangerê e a catimba convertendo-se na macumba, que o negro logrou sobreviver. A sociedade secreta dos feiticeiros, com seus cantos energéticos, sua imantação dos corpos, e seus rituais mágicos para atar e desatar (da vida na terra), ocupava os lugares do sacerdote, do médico e do transformador social (o mago). Sua força não podia ser confundida com a verbosidade latina e os castigos de um cura católico. Por isso a cultura dos negros permaneceu negra, e vem demandando um amplo período histórico para ser destruída. Se é que ela o será.

No centro desse movimento de resistência e continuidade, o ganga, sempre hostilizado pelos colonialistas, desempenhou um papel central. Era em torno dele, em torno das suas nove manifestações que acabamos de listar, que se reproduziam as diferentes instituições do mundo negro. Na luta contra os arremedos de Catolicismo e de europeísmo que se implantaram no Brasil, o ganga organizava o mundo dos vencidos. Com os avanços e recuos próprios da luta social e ideológica, os negros desenvolveram suas ações culturais criativas e sua capacidade de associação com os indígenas, dando significado a um espaço cultural e social brasileiro. Dentro deste quadro, foi muito importante o papel do ganga. Ele está no centro da reinvenção cultural do negro na América e sua presença se estende à vida presente, no Brasil.

O negro, ao se voltar para dentro de sua sociedade, estava completamente cercado de relações institucionais, que o protegiam e lhe davam ânimo. Tinha o seu lugar reservado, era identificado genética e culturalmente. Inseria-se no contexto do caráter lúdico da criação cultural própria. Assimilava os métodos do êxtase coletivo, fazendo emergir a consciência pela inconsciência.

Através das instituições que o catolicismo lhe reservava, podia manifestar na praça pública uma parte de sua religiosidade. Outra parte era mantida no mundo Oculto, como acabamos de revelar. A originalidade profunda da sua cultura, e o desprezo com que era tratado pela cultura oficial, permitiam-lhe manter o seu próprio mitêutico. No mundo das suas alusões, adquiriam pertinência as projeções grupais.

A alteração da consciência, a alteração de si mesmo nas rodas-de-santo, liberava as energias concedentes do afastamento. Tais experiências coletivas legitimavam o poder do ganga. A comunicação com o mito tinha nele o propositado e o propiciador.

Nas rodas-de-santo, de capoeira ou de batuque, liberavam-se os negros dos valores impostos por métodos repressivos. Na compreensão de seus símiles e coetâneos, buscavam os valores dos seus antepassados, em diferentes tipos de transe. Com o júbilo de produzir e exibir sua própria cultura, contrapunham-se criadoramente ao mundo real.

A luta contra a sociedade de barbárie caminhava assim pela duplicidade superestrutural. De um lado, a cultura da casa grande, buscando afirmar valores europeus e consolidar uma nobreza da terra e da escravidão. De outro, a cultura das senzalas e dos quilombos, enraizando os valores da terra-mãe África. Com o avanço das relações mercantis e da urbanização, a cultura do negro assumiu um espaço cidadão, a que vinham ter um sem número de excluídos sócio-econômicos e étnicos. Nas festividades dos bairros

e das chácaras, nos rituais de passagem dos terreiros, confraternizava-se uma população crescente, de negros e seus afins. Encaminhava-se a africanização do Brasil.

Os diferentes tipos de sacerdotes-médicos-magos, ou simplesmente os feiticeiros negros, os gangas, exerciam a função de superintendentes na vida cultural, representando a mesma, uma completa e radical inversão dos valores da sociedade bárbara implantada. Na vida social da Colônia do Império, o ganga inexistia legalmente. Oculto e protegido pelos iniciados nas dobras das múltiplas associações secretas e semi-secretas, aparentava ser um elemento marginal. Ao soar do tambor, contudo, ao cair da noite, levantava-se de modo espantoso como o próprio exu e constituía-se a culminância de todo o edifício étnico cultural dos negros. Este poder de metamorfose, esta transformação espantosa no curso de poucas horas, indica os estranhos segredos das “Nove Portas”.

3 - O ganga

A palavra “ganga”, em sua acepção comum no Brasil, ou “nanga”, como pronunciada por alguns pais-de-santo, tem o mesmo significado. Ela se origina do ‘Nbantú ‘Nganga, ou seja a duplicação do fonema ‘Nga. Este fonema significa o eu cambiante, o eu que é e que não é, o eu em vir a ser; por extensão, “meu”, “minha”; “meu dentro”; “meu âmagô”; ou ainda “meu segredo”; “minha origem”; “meu fundamento”; dobrado o fonema, ‘nganga, “tudo era meu”, “toda a transformação (magia) era minha”; “tudo me pertenceu”; ou o “senhor do segredo”. Daí, portanto, o portador do segredo (de elaborar o fetiche). Chega-se, assim, ao “feiticeiro”.

Ganga é o emissário de Nzambi (o senhor do céu). Através do ganga, Nzambi reúne os campos eletromagnéticos e disciplina a sua atuação entre os homens. Axé, energia pura, é a manifestação das divindades, a materialização da divindade como força natural, viva.

Os orixás, ou quaisquer outras divindades que sejam antepassadas e formadoras de etnias negras, podem se manifestar em sete formas fundamentais. Cada uma destas formas de base possui sete variações visíveis ou sensíveis. Cada divindade, portanto, pode assumir quarenta e nove maneiras para alterar ou intervir na vida de indivíduos ou comunidades. Sendo doze as famílias das divindades com vinte e quatro cada, há duzentos e oitenta e oito divindades negras ou orixás.

Contudo, devido à metempsicose, estas divindades podem se manifestar em combinações múltiplas, gerando enorme número de entidades subalternas, ou formas

energéticas eternas; ou ainda semi-eteras, em dissipação, antepassados menores que reencarnam ou não. No panteão dos deuses camitas (egípcios antigos) havia cerca de trinta mil deuses. Estes deuses menores devem ser entendidos como patamares energéticos, resultado de uma divisão de trabalho entre as divindades maiores, ou fundamentais. Cada um tem seu lado de luz e de sombra, de alcance e não-alcance, que se refletem nas heranças genéticas de seus descendentes, aquilo que hoje chamamos de “raça negra”.

Cada grupo étnico de negros, descendendo de divindades ou antepassados diferentes, possui suas próprias palavras para designar os seus feiticeiros. Estas palavras têm acepção concreta e exprimem qual o segredo das “Nove Portas” de que o feiticeiro é portador. Há palavras comuns ao mesmo tronco lingüístico, como a que escolhemos, “ganga”. No entanto, por razões de ordem prática, não podemos transcrever aqui todas as acepções ou mesmo algumas delas. Escolhemos “ganga” e “feiticeiro” porque são palavras de grande uso no Brasil e na África.. “Feiticeiro” é, para os portugueses, o autor do “feitiço”, ou seja, da impregnação mágica ou eletromagnética que muda as propriedades de um algo conhecido. No século XV, ao conquistar a costa ocidental africana, os portugueses se admiraram com a arte da “feitiçaria”. Antes da consolidação do racismo, não lhes parecia estar diante de simples psicopatas e charlatães.

O saber como intuído, o saber que antecede ao lógico, corresponde ao caráter sagrado da sociedade humana. Nas sociedades tradicionais negras, a ideologia social era a própria religião. O Oculto, compreendendo o Interdito, o Entredito e o Interposto, compreendiam o revelado, o Dito, pois não havia o Escrito.

No entanto, as sociedades que escreveram suas verdades religiosas caíram, pouco a pouco, no processo de dessacralização. O ritual e o culto tornaram-se mais importantes do que a condição divina do humano. A terra que o homem pisava deixou de ser sagrada e foi partida pela propriedade e sua discórdia. Como ápice da discórdia, estas sociedades passaram a ver na perseguição e na destruição da religião dos outros motivo de grandeza para sua crença. O lado obscuro prevaleceu sobre o lado iluminado. Estes deuses desapareceram, ensombrecidos pelo ódio, deixando no seu lugar as trevas das relações mercantis. As percepções do próprio arquétipo tornaram-se reduzidas. Desencadearam-se a escravidão em massa e a assimilação cultural.

A vida histórica do ganga é, portanto, imemorável. Ela começa, para a divisão clássica das etnias negras da África, antes de 18.000 a.C.. Ela se estende aos estados teocráticos dos camitas, etíopes, somalis e núbios, com que se inicia a história da civilização (4.000 a.C. - 1.000 a.C.). Os gangas das aldeias são a origem da nobreza sacerdotal africana.

E esta nobreza sacerdotal está na raiz de Moisés e do livro sagrado dos hebreus; raiz de Jesus, o Messias e das igrejas Católica e Ortodoxa.

A história do ganga compreende, para o Brasil, uma existência recente. Nos quatro séculos de história brasileira (1550-1950), o ganga esteve presente, contribuindo para os cenários de rebeldia, da colonização açucareira e mineradora; para os cenários de marginalização, do abolicionismo e da industrialização.

Hoje, ao iniciarmos o quinto século da vida brasileira, conturbado pela crise de identidade nacional, o ganga manifesta esta crise, está em seu miolo, com sua própria crise de identidade.

Neste longo processo histórico, as religiões tradicionais africanas desenvolveram seus breviários de procedimentos; a ritualização e o fundamentalismo das Nove Portas. Consolidado como o núcleo referenciador do poder local, o ganga atuou às vezes como contrapoder, como no caso das sociedades de barbárie do Brasil escravista. A esse tempo, criaram-se as verdades étnico-culturais brasileiras, pelo emaranhado da vida, com suas convivências e diferenças ideológicas e sócio-psicológicas.

No mundo dos interesses e das ideologias conflitantes, consolidaram-se os discursos de estranhamento. O empobrecimento das estruturas mentais, em escala de massa, foi levado adiante pelo sincretismo negativo, pelas estruturas repressivas e opressivas. No entanto, o esvaziamento das relações culturais legítimas não pôde impedir a permanência de núcleos da intelectualidade que corresponderam não só à preservação de sua memória, como a permanência de suas instituições.

A preservação do saber mítico do grupo, em oposição ao saber formal, caracteriza a arquetipia. O poder dos arcanos equilibrativos expressa a permanência de uma culturalidade, a capacidade de um grupo para sobreviver num ambiente hostil. Nesse sentido, o ganga é um elo expressivo com o passado. Ele corresponde ao papel que se define. Expressar o caráter magnético do mundo, revelar segredos dos antepassados do grupo. Através da religião, do coletivismo e dos costumes do negro, ele se revela como expressão de seus arcanos equilibrativos.

O sincretismo negativo, seja no Catolicismo, no Kadercismo ou em suas variantes, sempre procurou apresentar as religiões negras como crenças desorganizadas, desarticuladas e inferiores, ignorando deliberadamente que, pelo contrário, elas se encontram no miolo da formação de suas próprias crenças. Como parte da luta ideológica em defesa do colonialismo e do racismo, as religiões européias, através de seus representantes, trataram as religiões africanas como desprovidas de abstração,

manifestando para isso o defeito que apontavam nos outros. Um elemento de culto não é mais sagrado porque foi feito de ouro, ou dos ossos de um antepassado. Talvez haja mais sagrado no segundo caso, admitido o poder da imanência. Através da destituição sistemática dos elementos de culto africanos e brasileiros, através da amesquinhação dos antepassados dos negros, estas religiões européias trataram de se impor, pela criminalização das práticas e da vida dos outros. Se os rituais e os milagres dos negros são desprovidos de caráter real e possuem apenas caráter psicológico, o mesmo se aplica a todas as demais religiões do planeta. Se as crenças dos negros são simples hipostasias, o mesmo se aplica a todas as demais religiões.

O estudioso ficaria ainda com a necessidade de explicar os papéis específicos desempenhados por estas crenças ou religiões, na preservação e no desenvolvimento dos diferentes grupos étnicos, seja do ponto de vista de uma explicação materialista, seja como uma explicação puramente dialética (psicologias sociais).

No centro deste estudo brilhará sempre a figura do ganga. Ele é o mais antigo sacerdote-médico-mago conhecido, e através de sua caminhada histórica é possível retratar a formação do primeiro estado centralizado do mundo, a monarquia teocrática do Egito camita. O poder intuitivo dos gangas, com suas técnicas de mapeamento energético do ambiente e das pessoas; com a diagnose de doenças e catástrofes; sua telepatia; seu conhecimento de animais e plantas. O conhecimento empírico das técnicas radioestésicas e do uso da energia cinética fazem do ganga o pai dos médicos e dos físicos de todas as culturas.

O conhecimento acumulado, em milênios, pelas sociedades secretas e semi-secretas na África foi transmitido a gregos, chineses, hindus, romanos e árabes. Tentar construir um muro neste processo é separar o homem africano, apresentando-o como um asno falante; é tarefa que os próprios asnos recusariam.

Talvez seja esse o maior segredo das “Nove Portas”. Ao produzir o ganga, as culturas africanas consolidaram sua axiologia própria. Com a inclusão dos próprios antepassados, as culturas negras criaram, em sua dinâmica, uma sobreposição cíclica de passado e presente. A sua plasticidade, a sua resistência e a sua durabilidade encontra poucos paralelos entre as culturas. Elas se reproduzem em quaisquer condições. Não parecem ser meros produtos da ordem capitalista e da acumulação industrial.

Os negros africanos têm em geral a crença de que os poderes extra-sensoriais ou mágicos de uma pessoa são hereditários ou adquiridos. Os poderes adquiridos, por sua vez, podem se tornar hereditários ou não. O feiticeiro ou curandeiro africano, portanto, é o

resultado de uma (a) imanência, ou de uma (b) educação. A imanência pode ser mais ou menos profunda, chegando em caso extremo à diferenciação física e comportamental do indivíduo portador, que é um sortilégio. São expressões da imanência sortiléga a íris amarela ou vermelha, o excesso ou falta de dedos nos pés ou nas mãos, pés tortos ou virados, a hipnotização instantânea de terceiros, etc.

A força sobrenatural pode ser, por outro lado, ordinária ou extraordinária. A força ordinária decorre da portação eletromagnética, capacidade de veiculação de certos tipos de ondas longas, com captações energéticas, cerebrais ou não, de distintos animais, incluindo o homem; capacidade para forte projeção mental, particularmente de imagens, mistificando o real e material; práticas hipnóticas de diferente amplitude, etc.

A força sobrenatural extraordinária constitui-se uma exacerbação externa das funções anteriores, incluindo mesmo poderes imprevisíveis, ultrapassando em muito o domínio corporal e energético baseado na educação, ou treinamento. Crê-se, às vezes, que o poder sobrenatural decorre da elaboração, pelo corpo do sortilégio, de certa substância (mangu, tsiv, etc), contagiosa ou não. A idéia da produção de substâncias dentro do corpo que possuem certas propriedades físico-químicas, com potencial maléfico, é comum a diversas culturas e etnias. Contudo, desempenha particular função nas culturas negras africanas, no que se refere à definição da força sobrenatural extraordinária, e das imagens social e mitológica do feiticeiro por dom de nascimento.

O uso dos processos mágicos e da manipulação de drogas pode desempenhar um papel social ou anti-social. No primeiro caso, o conhecimento das propriedades naturais ou extraordinárias obtém uma utilização, dentro da vida familiar e comunitária, no sentido de manter ou restaurar o equilíbrio moral, físico ou mental de indivíduos ou grupos. No caso do uso anti-social, os conhecimentos dos curandeiros podem ser usados para estimular desequilíbrios, visando pois mudar relações de força dentro das grandes famílias, nas casas governantes, no poder político, etc. Podem também ser utilizados para promover a degradação ou destruição de indivíduos.

No Brasil, por peculiaridades da formação de sua cultura negra, os procedimentos desequilibradores de fundo mágico e/ou manipulativo de drogas ficou conhecido como “macumba”, enquanto “macumba” em Nbantú significa a “força telúrica da terra-mãe” ou a “força natural, própria, da mãe terra”. Esta “força natural” é, evidentemente, um conjunto de propriedades eletromagnéticas próprias de um determinado espaço geográfico. Este espaço possui uma qualidade físico-química, que lhe é específica. A posição cósmica deste espaço é intransferível, pelo conjunto de suas propriedades. De acordo com este

espaço, definem-se os relacionamentos com o “astral”, o “céu”, ou o “cósmico”. A posição astronômica oferece, portanto, uma leitura específica do ambiente natural, ou como mobilizá-lo para sua intervenção nos processos societários ou individuais. Vê-se, pois, que nas culturas africanas, o contato extra-sensorial com forças cósmicas não é apenas “maléfico”, mas “total”. Como pode haver-se originado a aceção apenas negativa para o conceito de “macumba”, na cultura brasileira?

Penso que esta caracterização negativa é exterior à cultura negra. Parece-me produzida por um olhar exterior, possivelmente católico, sobre as práticas grupais e os sincretismos positivos praticados pelos negros escravos. É de se crer que africanos com maior ou menor poder de mágico, autênticos feiticeiros ou não, hajam transacionado sortilégios com elementos da classe dominante local, contribuindo para gerar esta visão de exclusivamente tratarem-se de ações negativas.

Seja como for, o feiticeiro e o curandeiro são, na maioria das vezes, escolhidos por seus antecessores. Um grupo pequeno de crianças é apartada em cada aldeia, e são iniciadas como aprendizes ou auxiliares nas regras do culto, na elaboração de seus rituais e equipamentos sagrados, etc. Este treinamento ou educação consome toda infância e parte da juventude dos indivíduos escolhidos. Boa parte desta formação compreende o entendimento e o domínio técnico da ritualística do grupo, da produção de objetos sagrados e semi-sagrados e de técnicas de hipnotismo e comando da vontade, particularmente de animais.

Nas reuniões e congressos dos chefes mago-sacerdotes das diferentes culturas, em que se promove a troca de experiências, alunos avançados eram (são) também trocados, para aperfeiçoarem-se em outros procedimentos do mágico e do sagrado.

Pode-se compreender o profundo desequilíbrio introduzido nestas práticas milenares de formação religiosa, pela guerra de rapina humana, com o tráfico de escravos.

A morte constitui-se, de fato, uma transição de uma etapa energética a outra, perfeitamente integrada no quadro do desenvolvimento cósmico ou natural. Por esta razão, a morte como cessação física desta etapa, não impede a permanência total nela, mas apenas inicia uma fase de transição para outro patamar energético. Os restos da morte, ou se quisermos usar uma outra metáfora, seu ectoplasma, permanece entre os vivos, podendo partir dentro de algumas semanas, ou reencarnar várias vezes. Por este motivo, para a mentalidade coletiva não existe o “indivíduo”, mas a “família” ou o grupo aldeão (ou nacional). Os indivíduos são apenas o afloramento deste desempenho grupal pela sobrevivência do todo. Vivemos num mundo de meio-vivos e meio-mortos.

Meio-vivo porque o conjunto de obrigações que temos com a comodidade e o desejo do espírito daqueles que nos antecederam, e que expressam o grupo, ocupa a maior parte do nosso lazer. Meio-mortos porque, depois da “passagem”, continuamos envolvidos e participando da vida coletiva, com nossos conselhos, intuições, estratégias e espera. A qualquer momento, por necessidade de sobrevivência do grupo, podemos “reentrar” nesta etapa existencial, sob a forma de um nascimento.

O sagrado envolve, assim, a maior parte da existência societária. Não devemos, contudo, nos enganar quanto à natureza dessa ação sagrada. Ela envolve o que na sociedade de classe consideramos de natureza profana. As sociedades secretas têm, nas organizações semi-secretas, os “pés” com que se movem e controlam as transformações do mundo.

Os poderes parapsicológicos através dos quais arcanos grupais podem ser quotidianamente reincorporados expressam diferentes níveis de contato com o secreto, com o Oculto nas religiões tradicionais africanas. O salto qualitativo energético, eletromagnético, desempenha aqui um grande papel. Da transmissão da experiência do grupo como memória coletiva, da ação da “rezadeira” ou “benzedeira” aos chás e comidas-de-santo dos curandeiros, desfilam diferentes níveis de poder, conferidos de acordo com a leitura esotérica, própria de uns poucos, do segredo do grupo. Este mesmo segredo do grupo permite, outrossim, perceber no topo dessa hierarquia os extensos poderes do feiticeiro, o ganga, particularmente quando são potencializados pela fonte de volição inata, o “eu quero”, ou similar “assim seja”, dos antigos faraós. A volição do ganga é a fonte terrível do poder, a expressão aberta do contato total com o cósmico, a alteração das etapas energéticas em sua descarga natural.

Entrevistei há alguns anos (em 1979) um dos mais poderosos gangas da África oriental. Minha primeira pergunta, respondida de pronto, segue-se para nossa reflexão:

“Pergunta: Qual o poder do feiticeiro?”

Resposta: O feiticeiro tem o poder de mostrar o que não é. Mas seu poder advém do que é. O maior poder do feiticeiro é matar a distância. Matar a distância encerra todas as querelas. Não importa se ele mata com o olhar, ou mata “arriando trabalhos”. Este é o seu maior poder.”

Para este grande feiticeiro, a “passagem” de uma forma energética a outra encerra qualquer discussão, porque muda o futuro possível. Vê-se, portanto, que o feiticeiro é um “fazedor de história”; sua participação no mundo tem o peso de uma ação coletiva.

Contudo, se ela ocorre, ela se transforma numa força material sem apoderar-se das massas. Deve esta forma de luta ser levada em consideração? Afinal, o que ela expressa?

O sortilégio dos africanos, ou a bruxaria dos ocidentais, é igualmente entendido na interpretação científica antropológica como próprio da cumplicidade cultural, sugestão psicológica ou embuste exercido com habilidade, para encobrir colapsos pelo terror ou atos de envenenamento. Penso que isto explica apenas uma parte dos fatos observados. A hipnose coletiva não sofre um limite étnico ou cultural; tampouco deixa de iludir o olho das câmeras. Movimentos energéticos aparentemente ainda não explicados reduzem a observação atual a mero preconceito classificado como ciência.

Apesar de nossa grande capacidade de envenenar os povos lentamente, com o auxílio do rádio e da televisão, a declaração do feiticeiro sobre o poder de matar “com o olhar”, ou à distância, parece-nos simples fanfarronada. Cabe-nos a pergunta: o seu poder está alicerçado apenas no embuste? Ou será que o “transe mental” pode liberar algum tipo de energia que definimos apenas como elemento cinético? A resposta do ganga indica de modo interessante que a maior parte da atividade do verdadeiro feiticeiro consiste em técnicas de distração ou dissimulação, ou propaganda (“mostrar o que não é”). Contudo, seu verdadeiro poder está relacionado com a morte. Matar qualquer pessoa sem ser-lhe imputado o crime é a fonte de seu verdadeiro poder. Sem dúvida, esta é uma ação negativa. E talvez isto, em parte, explique a profunda ruptura entre a macumba e o cristianismo. Entre inúmeros poderes do feiticeiro, o maior deles é negativo. Isto revela a negação da crucificação do Cristo, ante a vida. Trata-se de outra cultura, e de outro poder. Ela só pode ser compreendida dentro de sua própria historicidade, e da lógica que tal gera.

É evidente que indivíduos matam pelo que supõem ser os seus objetivos. Isto não exclui os comportamentos religiosos. Contudo, se ao longo da história das religiões primitivas africanas ocorreu a tendência para o ganga se reduzir ao papel de um simples curandeiro, e isto significa saber manipular venenos, não há porque acreditarmos que o saber do ganga, historicamente, seja isso simplesmente.

O sortilégio pode ter sido mais complicado do que é. É possível que, em alguns lugares, ainda possua o poder antigo. A maior parte da farmacopéia dos gangas está hoje sob domínio dos laboratórios ocidentais. A massa de informação de química orgânica ali implicada não está, de todo, no domínio público. As propriedades eletromagnéticas destas substâncias e de suas combinações é ainda menos conhecida. A farmácia africana, como a dos indígenas americanos, é desconhecida das populações comuns e tornou-se propriedade dos monopólios.

É possível que determinadas substâncias só sejam ativadas no quadro de poderes parapsicológicos. Nesse sentido, se verificado um único caso, toda a hipótese de embuste da parte dos gangas ruiria por terra. A química moderna e a ciência médica descendem, de fato, dos alquimistas. O conhecimento que elas possuem é enorme. Dentro desse edifício de conhecimentos, o saber dos gangas é parte importante de sua construção. A terra-mãe, através de seus elementos-plantas, pedras, águas, etc -- oferece a possibilidade de novos equilíbrio nos organismos individuais e societários, combalidos por algum motivo. Esse processo sofre a intermediação de um sábio, seja inato, seja instruído pela experiência do grupo. Este é o fundamento da “makumbè” ou “macumba”. De certa forma, isto quer dizer “medicina”. Todas as sociedades organizam corpos curativos ou reequilibrativos. As sociedades africanas não poderiam excluir esta solução.

Reconheçamos que estas escolas de medicina natural, comandadas pela experiência e pelo estranho poder do ganga, houvessem sido desorganizadas ou destruídas repetidas vezes pelas incursões dos predadores de escravos, pelas agressões de conquista de outros povos, etc. Seria de notar a perda de energia. Os grandes feiticeiros poderiam ser mortos -- e foram em grande número -- antes de passar a sua experiência. Poderia ocorrer uma ruptura sobre o conhecimento mágico e empírico de cada grupo e de sua experiência étnica e cultural; esta ruptura poderia atingir também a revelação deste mágico e empírico com o espaço geográfico conhecido.

Por outro lado, esta profunda desarticulação cultural e criativa teria ou teve de implicar novas rearticulações possíveis no cárcere da internação americana. A dinâmica societária africana tomava, assim, na África um caminho imposto por constrangimentos; seus representantes na América tinham que inventar uma nova sociedade, em condições sub-humanas de existência.

O que ocorreu na América, com a aproximação forçada das experiências mágico-empíricas parciais, de gangas ou seus aprendizes deportados? Que ocorreu na África, com o avanço do colonialismo e suas táticas tribalistas, massacres, repressões, etc?

É evidente que tanto na África quanto na América ocorreram mudanças profundas, rupturas precipitadas, simplificações que já não podem ser explicadas. O esforço colonialista, com seus sincretismos negativos, despedaçou estas culturas, suas religiosidades, a profundidade de seu oculto e de seu sagrado.

Os sobreviventes, contudo, continuaram a viver, não na penumbra de suas próprias mitificações que mascaram e transformam o real. Eles tiveram (e têm) de viver à luz de ideologias estranhas e inimigas, saqueados do seu próprio saber e reduzidos à condições

animalescas. A violência da expropriação cultural é pior do que a pior imaginação dos sortilégos. Aqui nos encontramos diante do verdadeiro embuste: nada há a oferecer para o assimilado.

Não é de se admirar, pois, que os restos de culturas semi-asassinadas tenham buscado, pela dialética negativa, preservar alguma coisa de suas tradicionalidades. O ganga renasceu, assim, do elevado patamar de antes, como centro da aldeia tradicional, numa posição agora mais modesta: ele media as soluções tradicionais para a população de um bairro.

Nesse sentido, o “pai-de-santo”, o “babalaô”, o “ialorixá”, o “tata”, etc da tradição afro-brasileira se assemelham aos nanga, ganga, bain, ‘ndume, vut, etc, da tradição africana. No caso brasileiro, o caráter nacional (comunidade étnico-tribal; ancestral comum) da representação religiosa foi diluída. No Candomblé e na Umbanda, as sobrevivências majoritárias da tradição religiosa africana, a cultura-de-clã foi diluída numa identidade étnica geral, dos negros.

Num mesmo “terreiro”, encontramos as divindades que representam os diferentes clãs e etnias dos africanos. Esta multiplicidade de elos ancestrais, colocados lado a lado nas poucas salas de um “terreiro”, expressam a sabedoria profunda do sincretismo positivo, que permitiu ao negro unir-se e sobreviver na barbárie do cativeiro. Esta manifestação de inteligência coletiva foi interpretada pela ignorância hostil dos europeus como prova de politeísmo, ou ignorância do “verdadeiro deus”. Como a vítima da diáspora identifica, neste panteão comum, os seus antepassados? Através da sinergia eletromagnética. Suas medidas biofísicas, seu biótipo, combinados com seu período de nascimento, indicam sua “posição” aproximada a um dos “santos” ou divindades do “terreiro”, definindo seu elo de ligação com o cosmos.

Reencontrada a sua “família”, definido seu laço ancestral, o indivíduo pode regressar à sua comunidade e, portanto, à vida coletiva. Já não se encontrará perdido neste mundo, joguete de forças hostis, que querem colonizá-lo para consumi-lo. Este indivíduo pode agora restabelecer seu enredo místico e inserir-se de novo no processo grupal de sacralização do poder.

Nesse reencontrar-se, hoje como no passado, desempenham papel crucial as sociedades secretas e semi-secretas da comunidade negra. Três foram as funções dessas associações no passado: (a) instrumento de dominação de elites organizadas, como famílias de reis e feiticeiros; (b) a preservação cultural do grupo e sua ascendência comum; e (c) a organização da autodefesa da cultura, da comunidade e do território.

Sendo a quase totalidade das comunidades ou estados negros governados religiosamente, as sociedades secretas e semi-secretas significaram a consolidação de costumes e tradições de um poder teocrático, em que a comunicação com o cosmos obedeceu a regras de comportamento grupal. Até mesmo o uso do espaço ambiental e a ingestão de alimentos possuía regras sagradas.

Os sistemas de governo procuravam reproduzir do passado as experiências que deram certo, estipulando as regras e procedimentos pelos quais os atos no presente devem ser corretos. O culto dos antepassados tinha, portanto, um papel crucial.

As relações entre sacerdotes, hieródulos e guerreiros possuíam reuniões e órgãos especiais de regulação, com ajustes políticos entre clãs, entre aldeias e, mesmo, entre estados. As organizações de autodefesa compreendiam atividades comunitárias e círculos específicos, dedicados a práticas religiosas protetoras e à regulamentação e observância até das práticas, nas sociedades secretas e semi-secretas.

O sacerdote-médico-feiticeiro, ou ganga, era um elemento central nestes relacionamentos. Tal como o encontramos hoje, é um elemento-de-síntese. Na maioria dos lugares, seja na África ou no Brasil, desapareceram as hierarquias sacerdotais, os congressos e as escolas secretas do saber oculto. Há cinquenta anos atrás, os gangas brasileiros ainda expressavam sua hierarquia e seu reconhecimento mútuo por sinais exteriores; uso de vestes ou lenços vermelhos; o lugar onde se situava este pano vermelho sobre o corpo; os diferentes anéis de prata ou braceletes, com a posição relativa em que eram usados etc. Estas hierarquias em parte desapareceram, em parte assumiram um papel político de intermediação com o poder branco, forma reificada e burocrática, que não expressa mais uma ação efetiva nas comunidades negras.

As associações secretas tinham a seu encargo a organização ou reorganização do poder, com a manifestação dos elementos tradicionais da cultura do grupo. Nas condições da colonização brasileira, partes dos eventuais embriões de sociedades secretas que sobreviveram no cárcere do cativo, chegaram a germinar. Foram, certamente, responsáveis pelos movimentos próprios dos negros, na reestruturação de sua cultura e na busca de liberdade.

O fundamento do culto, o ensino de doutrinas esotéricas, a preservação das cerimônias litúrgicas, com suas representações e a teatralização dos seus mistérios não poderiam ser concebidos sem a presença ativa dos germens das associações secretas africanas. No que se refere à produção de instrumentos sagrados do culto e também das práticas das associações semi-secretas, observa-se uma perda de apenas “dez por cento”, no

cenário brasileiro, com relação à África. A preservação de técnicas da metalurgia africana na Bahia e no Rio de Janeiro permitiu a reprodução cediça de grande número de instrumentos sagrados e profanos da cultura. Trompas, timbales, tambores, matracas, agogôs, sinos duplos, pandeiros etc, foram desde cedo produzidos nestas regiões, favorecendo a invocação do sagrado e da dança-luta, com a proteção contra as artes desagregadoras do inimigo.

No vértice dessas aculturações figuram acertadamente os gangas. Seu orgulho e responsabilidades étnicas forneceram as chaves para a autodefesa da comunidade negra nascente e permitiram a criação de uma nova cultura. O vício mais odiado pelos africanos, a delação, é também a atividade mais desprezada pelos negros brasileiros. O uso de instrumentos de culto na música e na dança ofereceriam, desde sempre, o poder de ofuscar o inimigo, a proteção contra as doenças, contra a morte em ação e contra a terrível delação e seus alcagüetes. Através da organização ampla das associações semi-secretas, tanto na África como no Brasil, puderam as sociedades secretas manter suas cupolas disfarçadas das bases, preservando-as assim, de possíveis golpes destruidores. Por seu lado, as sociedades semi-secretas mantinham seus dirigentes conhecidos e venerados publicamente. Sua vida pública constituía-se um fator mobilizador na comunidade, e uma proteção, um sistema defensivo, para os líderes político-religiosos ocultos da comunidade.

4. O Cárcere da Internação Americana

Era prática dos colonialistas portugueses evitar a internação na América de feiticeiros e elementos da nobreza teocrática dos povos africanos, quando podiam reconhecer estes elementos. Os ingleses e holandeses logo aprenderam de seus professores de colonialismo as vantagens de impedir tal internação. Um ganga ou um nobre negro, quando eventualmente passavam pelo filtro dos responsáveis pelo embarque, ao chegar ao Brasil tinha dois destinos: (a) era devolvido para a África; (b) era instalado em funções subalternas do serviço público colonial, como liberto. Não consegui ainda identificar a razão da duplicidade dos procedimentos; se tal deve-se ao puro acaso das personalidades que tomavam a decisão. Há prova documental de que os gangas não deviam ser escravizados. Talvez fossem a verdadeira “casa dos marimbondos”.

Um ganga, rapidamente reconhecido pelos seus sinais exteriores ou pelo seu olhar, da parte de outros negros, era um líder natural. Para protegê-lo, decidiam-se os homens mais fortes a sacrificar sua própria vida. Os jovens e as crianças buscavam seus

ensinamentos. Os doentes bebiam seus remédios. Acaso se levado à escravidão, vagava na mata, enquanto outros o encobriam e realizavam suas tarefas. Geógrafo empírico dos africanos, levantava animais e plantas, rios e caminhos, preparando rotas de fuga.

A comunidade encarcerada se organizava, pois, em torno dele. Aliás, já na África tradicional, era o ganga que podia incluir e excluir pessoas na comunidade. Seu poder ultrapassava a fronteira étnica do grupo, pois era reconhecido honorificamente em outros grupos.

Quando denunciado ou localizado, era geralmente apartado do grupo, e, assim, “desaparecia”. Tomava o conhecido caminho brasileiro do “vai-e-não-volta”. As autoridades locais buscavam se preservar, por via desta ação repressiva fulminante.

O quilombo dos Palmares, a Cabanagem, a revolta dos Haussás, Canudos, etc demonstram o poder aberto do ganga, sobrevivente ou renascido. A incompreensão cultural dos pesquisadores tem feito apresentar como europeu o messianismo africano dos brasileiros.

No litoral africano, portugueses, ingleses, espanhóis e holandeses, levados talvez pela superstição própria dos viajantes, costumavam consultar os gangas, bebendo de seus remédios e ouvindo seus conselhos. Os médicos e os párocos europeus temiam-lhes a concorrência e travavam com eles verdadeira guerra. Vê-se assim que o ganga obtinha a compreensão cultural dos seus contemporâneos, mesmo aqueles de outras etnias. A transfiguração do ganga no absolutamente mau, na própria encarnação do demônio europeu, foi um fato posterior, “de laboratório”, e faz parte da construção do racismo.

É evidente que o ganga não podia ser aceito pelas classes dominantes coloniais, do Império ou da Primeira República, em função do seu potencial subversivo. Mas, individualmente, muitos elementos dessas classes a ele recorriam e obtinham os benefícios deste reconhecimento social e arquetípico. A recusa aos moldes culturais do negro é um fenômeno mais recente do que se imagina.

A transformação da América num enorme cárcere privado dos colonialistas é um espetáculo difícil de imaginar. Sugiro a quem quiser suprir esta curiosidade, a visita a colônias correcionais, estabelecimentos penitenciários agrícolas e hospícios para pacientes mentais. Ali sobrevivem as relações sociais escravistas, exercidas em plenitude, e sob a cobertura de um sistema legal e autoritário, que atravessou indene o tempo. Nessas minisuperestruturas da danação pode-se fazer uma idéia do cárcere escravista americano. E o Brasil foi um dos piores. Tratam-se de culminâncias do absolutamente mau, a construção do inferno terrestre, como autêntico.

Nesta enorme projeção coletiva do aspecto mau da natureza humana, não se fabricavam nações, mas destinos perdidos. O escravismo brasileiro foi um féretro, em cujo desfile milhões de negros foram consumidos e transformados em pães-de-açúcar, barras de ouro e sacas de café.

Na escuridão da noite americana, espantados e intimidados na solidão de si mesmos, milhares de brancos se refugiavam nos exorcismos de suas mães pretas, sob a proteção dos tambores africanos. Os gangas internados eram as molas que impulsionavam estes processos. Mestres na arte do transe hipnótico, produziam as catarses necessárias à comunicação com o mito. A sociedade dos brancos morria a cada noite, domínio do negro, para renascer com a manhã.

Daí a elaboração do mito, pelo europeu, de que o ganga fosse ou seja o senhor das trevas. Na verdade, o ganga maneja as relações da noite com o dia, do sagrado com o profano, do Eu com o outro. O convívio do etéreo e do funéreo é seu mister. Mas ao reconhecer os fatores projetantes do sombrio, ele os manipula em proveito sagrado, em proveito do que é humano. A ação do ganga era, portanto, necessária a todos. O europeu colonizador não poderia recuperar sua condição humana sem o recurso da mitêutica conduzida pelo ganga. O terreiro está aberto a todos, e os fatores projetantes são libertados de todos que estão sujeitos à destruição.

O meio formativo étnico era capaz de enviar suas cargas beneficiadoras, na roda do terreiro, ao ciclo emocional daqueles fora da etnia.

O controle grupal do ciclo emocional, característico dos negros, invadia a casa grande e beneficiava até os escravizadores. Unidos pela tragédia da colonização, senhores e escravos padeciam os efeitos das práticas de inversão dos gangas.

A hipnose coletiva dos terreiros, forma induzida da autohipnose, atuava e atua magneticamente sobre as alterações de escala corporal, eliminando, por exemplo, os resultados e as condições de fadiga. A prática do tambor, o ritmo do baticum, eliminava assim grande parte do “stress” das vítimas da escravidão, quando em sua prática religiosa. Contudo, os tambores e as projeções mentais do terreiro não afetavam somente aos praticantes diretos do culto. Também os praticantes indiretos, mesmo aqueles que o ouviam dormindo nas camas da casa grande, se beneficiavam do poder curatório do culto dos negros. Ao apossar-se da terra, a energia dos orixás não praticava discriminações.

O estudo dos padrões e subpadrões energéticos nos seres vivos tem indicado uma presença rítmica, ou comportamentos rítmicos, que podem ser descritos como períodos cíclicos. Fisicamente, há uma variação rítmica do potencial elétrico, ou de voltagem, das

massas consideradas. Foi possível também detectar em várias pesquisas, inversões periódicas de sentido da corrente elétrica, permitindo interessantes hipóteses sobre os nexos das formas vivas da natureza.

A reescalação simbólica destas presenças rítmicas é que gerou, nas religiões tradicionais africanas, os atributos das divindades, sua escala hierárquica, com seus axés, ou poderes específicos. Nesse caso, o ganga foi a instituição produzida historicamente nas culturas negras para captar e canalizar socialmente essas energias.

A força ambiental desconhecida que influencia, expressa ou determina o comportamento das diferentes espécies animais e vegetais, sob a forma de movimentos eletromagnéticos, foi captada e canalizada pelo ganga, e está na raiz conceitual da formação dos estados teocráticos antigos. Cabe observar que a primeira grande revolução social que não se apresentou como revolução religiosa, foi a Revolução Francesa (1789-99).

Há outra questão interessante neste conhecimento empírico da religião. Os gangas afirmam um tipo de vida e espiritualidade no “reino mineral”, considerando suas “vibrações” benéficas ou maléficas para a condição humana. O conhecimento do ganga, valendo-se de suas excepcionalidades físicas, consubstanciou-se nos segredos das “Nove Portas”, e foi reconhecido socialmente como o centro da cultura negra. Um homem pode ou não pode viver junto a determinadas pedras. Isso concorda com o que conhecemos hoje como “radiação”.

Segundo o ganga, há “radiações” ou “vibrações” que viajam nos dois sentidos do corpo humano. O mesmo, em sua explicação, parece-se a uma autopista de várias pistas, e de mão dupla. Para o ganga, esta força ambiental que se manifesta como vibração, é uma alma, capaz de viajar e integrar diversos corpos (metempsicose). Ouvindo a explicação prolongada de um famoso ganga africano, senti-me diante de uma visão panteísta, e fixei-me ora em Giordano Bruno, ora no idealismo objetivo de Hegel. Esta compreensão profunda e interessante foi, contudo, dimensionada como “ignorância” e “satanismo” pelos racistas. A construção do racismo pelos colonialistas não só bloqueou a universalidade do conhecimento do ganga, como chegou a recusar-lhe um espaço próprio. Que o digam as práticas policiais e a filmografia dos colonialistas.

A prodigalidade, pois, da ação mitêutica do ganga contribuía para neutralizar os piores elementos da sociedade-cárcere, da internação. O preço barato, apenas simbólico, do escravo, levava ao desprezo pela condição humana dos africanos, e à elevada rotatividade de suas turmas de trabalho intensivo. A documentação histórica retrata escravos abandonados aos milhares, embrenhando-se nas matas, ou nos morros dos burgos; atirados

pelos caminhos, minados pela tuberculose, pela hanseníase e até pelos “bichos-do-pé”. Há caso de indivíduo que enriqueceu, recolhendo os escravos abandonados com sifonápteros nos pés, tratando-os com extrato de tabaco e revendendo-os com lucro.

Os sobreviventes de tais desperdícios nem sempre voltavam a seus senhores. Podiam manumitir-se, ou haviam sido simplesmente esquecidos. Considerados dejetos para a economia intensiva de exportação, demasiadamente suspeitos ou de mal aspecto para se integrarem ao trabalho doméstico, milhares de negros, a cada ciclo do capital, eram simplesmente vomitados fora, pelo sistema. Não era necessários encarcerá-los, pois já não interessavam à produção.

No entanto, estes aparentes dejetos humanos significavam para a cultura negra sua possibilidade de sobrevivência. Graças à força de reorganização da massa negra alijada, viabilizava-se uma sociedade negra paralela, a que costuma-se chamar “a comunidade dos despossuídos”.

A comunidade negra dos despossuídos desenvolveu, nas culturas de anos de sua existência, o sincretismo positivo em sua cultura e demais instituições, tornando o “pretoguês” (língua portuguesa própria da expressão dos negros, segundo os colonialistas), sua língua comum. Ao lado de misturas das línguas africanas, em que predomina o N'bantú, o “pretoguês”, uma língua falada mas não escrita, permitiu o contato e a associação com elementos da cultura oficial do Brasil.

A presença do ganga, na vida da comunidade dos despossuídos, é responsável pela ligação entre o “céu” e esta comunidade. Preservando e transformando os valores africanos, sob a liderança do ganga, o negro brasileiro construiu a si próprio. A ganância do regime de capital, o avanço da nova imigração européia (1870-1950) etc combinaram-se com a proibição legal (1850-1888) e oficiosa (1889-?) da imigração africana para o Brasil, visando impedir a “africanização” do país.

O regime de cárcere foi substituído pela República, em que buscou-se induzir o negro ao desaparecimento físico e cultural. Dentro da ideologia carcerária, uma vez que o negro terminou de pagar sua “pena” no Brasil, sendo libertado, ele deveria simplesmente desaparecer. Por quê se produz este raciocínio?

Os ideólogos mais importantes da República jamais conseguiram visualizar o Brasil como nação; menos ainda como uma nação multicultural e pluriétnica. “Dispensados” os negros da escravidão, o que ainda estariam fazendo aqui? Contrariamente, os negros são dos mais legítimos brasileiros. Eles foram imigrantes compulsórios; trabalhadores quase exclusivos por quatro séculos; e produtores da principal cultura do país. Esta visão,

contudo, não é compreendida pelos ideólogos da República. Eles continuam a tratar a presença do negro como um “problema”, ao mesmo tempo em que fazem operar as instituições do Estado e da cultura, no sentido de perpetuar o referido “problema”. Na verdade, descobriram uma maneira de ganhar “uns trocados” com isso: a segurança e a assistência social. Ao mesmo tempo, dividem o negro em várias “tonalidades”, intitulado a si próprios “maioria étnica”.

O colapso da imigração negra como regime carcerário, e a incapacidade da elite barbárica do país em aceitar o negro como imigrante livre ou como pequeno proprietário rural, levou a uma profunda crise na economia e na sociedade do começo da República (1889-1950).

A crise na economia pode ser chamada de “crise na acumulação brasileira”. A crise social correlata pode ser denominada de “crise na formação da cidadania brasileira”.

A crise na acumulação brasileira se caracterizou pela imigração excessiva de mão-de-obra européia, para a taxa de crescimento da economia. Conseqüentemente, o preço da força de trabalho situou-se historicamente abaixo da necessidade de formação de um mercado consumidor nacional. Como decorrência, manteve-se e até ampliou-se o defluxo de capitais, levados embora por parcelas dos próprios imigrantes europeus, que deveriam haver-se tornados trabalhadores assalariados.

A crise na formação da cidadania brasileira caracterizou-se pela exclusão da maioria da população, descendentes de indígenas e de negros, dos benefícios de uma ordem constitucional. Aliados da educação primária universal e obrigatória, que até hoje inexistente, afastados dos benefícios do trabalho formal no mercado de trabalho, que dá prioridade a europeus e seus descendentes, a maioria da população continua a sobreviver na “comunidade dos despossuídos”.

É bem verdade que um esforço tem sido desenvolvido no sentido de superar estes entraves estruturais, que caracterizam a dualidade da sociedade brasileira. Mas grupo algum dos que tem se revezado no poder desde 1930, foi capaz de proceder às profundas reformas institucionais que permitissem ao Brasil caminhar para a ordem democrática.

As perdas pelo vazamento da acumulação caracterizam, portanto, uma industrialização insuficiente, com a formação de um ambiente urbano pobre em equipamentos social e em qualidade ética e pró-humana.

Tem sido dentro da gradual predominância deste ambiente, parte do mundo subdesenvolvido, que o ganga gerou uma de suas últimas figurações, o “pai-de-santo”. Rigorosamente, o ganga, emissário do clã e pai do terreiro onde se efetiva a comunicação

com os deuses, é o centro mítico da raça, revivido a cada geração. E quem é o “pai-de-santo”? Trata-se de uma manifestação histórico-concreta do ganga; é o ganga nas condições do cenário industrial. O terreiro do babalaô ou da ialorixá, a tenda dos “caboclos” (adaptação do Nbantu “Kubukulu”) ou os “centros” sincrético-positivos ou sincrético-negativos, do poder do ganga, na fraca sociedade industrial brasileira.

Os poderes do ganga continuam a se manifestar no Brasil de nossos dias. A desilusão do autêntico, com seu absolutamente mau, reforça os poderes do mitêutico. Nesse sentido, o ganga continua no centro.

Não é de admirar, pois, o importante papel desempenhado pela tortura na cultural oficial brasileira. O oficialismo carrega, em todas as fases da história do país, o peso da desorganização das forças e dos movimentos sociais através de repressão oficiosa. A delação, a tortura, o assassinato e a “lei de fuga” são elementos indisfarçáveis da cultura oficial portuguesa, que se perpetuaram e desenvolveram no país. Os gangas foram vítimas permanentes destes métodos de trabalho do autoritarismo. Ao lado da luta ideológica aberta e do monopólio da informação e da educação, geravam-se períodos de repressão pura e simples, para assegurar o predomínio da exploração à maioria.

As sociedades secretas e semi-secretas, masculinas e femininas, podem ser denunciadas por traços característicos de seus componentes; escarificações, tatuagens, gestuários, maneira diferenciada de gingar etc dão indicações precisas do grupo e do seu objetivo. Daí que a delação jogasse, a partir de conhecimentos que só podiam vir de dentro da comunidade, um papel decisivo para os órgãos repressivos. Na massa enorme e indiferenciada dos negros, aos olhos do colonialista, só uma indicação precisa permitia extirpar o elemento certo, no momento preciso. Verifica-se, assim, que a repressão e a infiltração sejam métodos essenciais ao poder, em certas sociedades. Daí a importância dos desdobramentos das sociedades secretas e semi-secretas em círculos de atividade, o que permitiu um conhecimento e acompanhamento maior de seus participantes.

Desempenhava importante papel na constituição e consolidação da psicologia social dos negros o convívio nos círculos de atividades. Através das atividades comuns de rituais ou outras práticas era possível estabelecer o consenso do grupo acerca de inúmeros fenômenos, reforçando o sentido das crenças coletivas. Consequentemente, na vida dos negros brasileiros refletiu-se também a troca de experiências nos círculos, como um dos elementos formadores de suas concepções afro-brasileiras.

Toda a vida das comunidades negras africanas girava em torno da família de clã. A preservação dos contatos e dos direitos dos antepassados, o uso do território de acordo

com o ritual, criação do dote matrimonial, bodas, festividades e funerais, consumiam grandes quantidades de trabalho vivo das comunidades. Os mecanismos institucionais visavam o equilíbrio do grupo, com um forte apelo às soluções tradicionais. No entanto, com a deportação nas Américas, foi dissolvida a família do negro africano. O negro brasileiro, por exemplo, não possuiu família alguma, durante os quase quatrocentos anos de escravidão. Isso reverteu profundamente as relações sociais e religiosas das vítimas da diáspora. Havia uma tensão e um imediatismo nas suas organizações que não existia, por certo, no ambiente africano.

Como parte desta tensão e deste imediatismo, os gangas que atuaram no Brasil estiveram no centro da vida do grupo, organizando os meios de regulação de costumes e instituições diferentes. Na ausência de uma nobreza tradicional ou de famílias metalurgistas que pudessem desempenhar um papel político, os gangas foram os responsáveis pela criação dos novos mitos e pela ideologia social quilombola, que caracterizou toda a fase heróica da luta contra a escravidão.

Gangazumba, Gangazona e Zumbi são, sem dúvida, a expressão clássica desta transformação, em guerreiros e chefes religiosos de uma democracia militar, de homens saídos da massa dos negros. A transformação do iniciado em ganga resultava nas necessidades comunitárias de libertação de suas forças mágicas. O pai das aldeias era, aqui e ali, pai das águas e pai das terras. A sua condição “pai” gerou o pai-de-santo. Ou seja, as divindades se comunicavam, eletromagneticamente, através dele com os membros do grupo. O vut, o bain, o baba, o tata, era assim tornado o ganga. Ou seja o nganga, o “dentro do dentro”, ou ainda, o “amâgo”, o elo entre a vida e a morte, o portador do segredo.

Esta força caminhante soía ser a materialização de todos os anseios do grupo. Exilado de motu próprio a floresta, desganhado, alimentando-se de insetos e raízes, recebia ali suas visitas mitológicas. Transfigurado, vomitando “palavras de fogo”, emergia para a comunidade como profeta, tornando-se daí um chefe. Como senhor da lança, chefe das guardas cerimoniais, era eleito régulo, com suas propriedades mágicas. Chefe-sacerdote, com sua força mística, cumpria os ritos religiosos e estava pronto a conduzir consigo todo o grupo. Este processo de sacralização do poder existia em toda a África e manifestava-se poderosamente no Brasil. Talvez sua última ocorrência haja sido Canudos.

É fácil observar na criação do profeta que se torna ganga, alguns traços de João Batista e Jesus de Nazaré. O sagrado, como experiência humana, é uma região comum. O poder eletromagnético da terra-mãe está acessível a todas as culturas. Os profetas, os encantadores de chuva e os sacerdotes formais dos templos não são uma exclusividade da

África. Contudo, a força mágica do ganga africano se reproduz no Brasil em tanta similitude que somos levados a reconhecer a continuidade na ruptura. Esta continuidade ignorou a consolidação social dos sacerdotes hierarcas que estava a ocorrer na África e reproduziu no Brasil os traços mais radicalmente populares do arrebatamento místico do ganga. Este fato foi muito importante para a formação do povo negro no Brasil.

A expressão africana “a mata é do feiticeiro” expressa as dificuldades da formação do ganga e o mundo de fronteira em que o mesmo deve existir. As sociedades tradicionais recebem da floresta seus meios de existência. A instituição de um patrimônio, a partir de sua separação da natureza é a essência diferenciativa do homem. Por razões psico-físicas do equilíbrio entre a sociedade e a natureza, o núcleo deste trabalho de apropriação é realizado pela mulher. Todo o ato de instalação e administração do espaço grupal é um ato sagrado. A muragem da aldeia, a instituição da epata, a praça comum, a escolha do círculo ou de seus derivados geométricos para a forma aldeã, tudo espelha o divino ciclo de saída e retorno à natureza.

Por esta razão, o feiticeiro mora definitiva ou periodicamente na mata. É ali que ele hipnotiza seus animais. Ali ele transforma as cobras em seu serviço de segurança. Ali ele recebe os efeitos do raio e da tempestade e sofre suas transfigurações. Ali ele tem muitas visões, grandes e pequenas, intuindo as propriedades das plantas e metais. No profundo isolamento de sua condição humana, o feiticeiro vive suas próprias angústias e se transforma em elo com o sagrado, elemento capaz de consagrar tudo o que toca.

Vivendo no âmago das contradições entre a cultura e a natureza, o ganga amplia a sua força mágica e aprofunda sua capacidade premonitória. Perdidos na mata, os negros vêem entidades por toda parte, conferenciam com seus antepassados, assistem passar as legiões de exus. O breviário de todos os atos sagrados constituem-se por estas experiências. No miolo da sua vida solitária, o ganga é configuração do amor étnico e espiritual para sua comunidade, sentimento direto do mundo.

Este modo de ser fronteiro configura, pois, no ganga o estranho emaranhado de forças que passa pelo seu organismo. Um encantamento errôneo, um procedimento falho e ele pode desencadear forças favoráveis ou desfavoráveis imprevistas. Pode ser vítima de suas próprias manipulações, enfraquecer-se e ser destruído. Pode ser degradado, envilecido ou tornado inexpugnável por entidades maléficas ou benéficas. Por fim, a força natural da terra-mãe o consome todo; ele deve, então, ser substituído.

Podemos interpretar então esta submissão do ganga ao seu destino magnético como simples fruto da ignorância, da bruxaria, da decadência moral? Está ele apenas obcecado pelo poder pela a notabilidade; movido por obscuras ambições?

A descrição corrente dos textos antropológicos nos oferece quase sempre uma interpretação dos feiticeiros das sociedades tradicionais como personalidades paranóicas, trapaceiros conscientes ou semiconscientes que desempenham um papel de dominação entre indivíduos analfabetos.

No entanto, o estudo da formação dos estados africanos, desde as espantosas civilizações egípcias e etíopes até o Makongo; as experiências de Palmares, do Balaio e de Canudos nos revelam o poder messiânico dos profetas, o impacto do poder mágico dos gangas na sociedade negra. Paranóicos sim, trapaceiros não, pelo menos no caso daqueles que desfrutam do poder efetivo.

A mata, portanto, é o cenário, em oposição à aldeia, onde o homem não reina. Ali a natureza continua associal, a força natural da terra-mãe ousa manifestar-se de pleno. Neste espaço não sociável, procede o ganga às animações mitêuticas. Energizações são tentadas ou obtidas. Nascem ou modificam-se as regras do cangerê e da catimba. Estas fantásticas ensimesmações retornam após, com o ganga, ao espaço aldeão, onde serão assimiladas e institucionalizadas.

Com o desenvolvimento de sua aureola mística, o ganga se torna plenipotenciário nas comunicações com o astral. Uma assembléia destes plenipotenciários se reúne por dias na mata fechada, e lêem e interpretam o futuro entrante. Elevados pouco a pouco ao respeito de seres sobrenaturais, os gangas dirigem as festas e cerimoniais coletivos, difundindo a tradição e interpretando o que é novo. De fato, é espantosa a quantidade de trabalho vivo consumida pelo cumprimento dos ritos religiosos das sociedades tradicionais africanas. O desfavor do ambiente parece haver gerado um sem número de fórmulas para aplacá-lo e aproveitá-lo. Nesse sentido, a religião é até encarada por alguns como uma tecnologia que administra o imprevisível. Não resta dúvida que na África, o processo de acumulação privada foi bloqueado pelas práticas rituais religiosas. Daí a extensa discussão, pelo movimento da negritude, de um socialismo espontâneo do homem africano.

Numa sociedade em que o antepassado é deus; e a morte, em certas condições, é revogável, o sentido da religião não é o mesmo que em outros ambientes, fortemente privatistas. O rei sagrado carrega, ao menos, alguns dos poderes das “Nove Portas”. Ganga cuja força mágica foi hereditária na sua origem, o rei sacro preside à vida coletiva com um

olho na tradição e o outro nos fenômenos de um futuro quase sempre incerto, ou até indisciplinado.

As associações secretas e semi-secretas, masculinas, femininas e mistas, dos negros, carregam consigo o segredo, ou uma parte deste segredo. O conhecimento do sagrado, o acesso, gera uma sociedade secreta. A obtenção da parte deste sagrado, o acesso ao caminho do sagrado, gera uma associação semi-secreta. Em virtude do caráter transfigurado da vida mental dos negros, é sagrado aquilo que garante a sobrevivência do agrupamento humano. Por outro lado, não é sagrado, que traduziremos imperfeitamente por profano, tudo aquilo que subsiste em estado natural, entregue à natureza não-humana das forças cósmicas.

Para os negros, a alucinação é a ante-sala do estado premonitório. A perturbação extrema dos sentidos, a percepção das estranhas sombras deformadas dos enviados dos deuses, procede a previsão do futuro e o entendimento do passado. Subitamente, entende-se o passado ou o futuro. Esclarecem-se episódios ocultos na mais profunda trama. Descubrem-se o traidor, o alcagüete, o perjuro, o infiel. Um objeto se move sozinho na presença do culpado e o aponta. Um outro antepassado envia um sinal, durante a prática de um rito. Aqueles a que faltam poderes suprassensitivos recorrem ao ganga, ou a outro intermediário, para a leitura do oculto.

“KU YINGA YINGA”, vagar sem rumo, andar à roda, mover-se em transe e para o transe indica os vãos do pensamento. O corpo vaga sem destino, a cabeça vazia, mas algo surpreendente, novo, emerge dos gestos, aparentemente perdidos. Esta percepção, esta compreensão é algo revelador e permite alterar o curso da vida. Os benefícios do transe se instalam na vida comunitária. Descobre-se o que sempre esteve oculto, e isto é o todo ou a parte do que devia ser conhecido.

Acompanhar o movimento natural das coisas, copiar a mecânica da natureza é “profano”. Interferir ou capturar a marcha eletromagnética do meio ambiente e convertê-la em ação social, é “sagrado”. Do jogo destas elucidações pode-se intentar compreender a visão de mundo, a cosmogonia e a cosmologia, dos negros na África e no Brasil.

A ritualística de produção e conservação de objetos sagrados e semi-sagrados podia consumir boa parte do tempo disponível das sociedades tradicionais africanas. Nas condições brasileiras de cativeiro esse tempo era praticamente inexistente, porque era necessário trabalhar para outrem. Assim, a ritualística entrou em crise, em alguns casos desapareceu. Em outros, tornou-se apenas indicativa ou essencialista. Mostra-se, por uma indicação, que se trata de objeto sagrado. Muitas vezes o objeto sagrado ou semi-sagrado

devia ser produzido às escondidas, por um único artesão, violando por completo as regras ritualísticas, pelo que se obtinham “dispensas” da divindade obrigada. A vasta cópia de instrumentos de culto reduziu-se por isso em número e significado. A produção e consagração de máscaras, tambores, escudos, amuletos, cadeiras e bancos, caraças, varas e bastões, lanças, capacetes, couraças peitorais, pulseiras, estelas e todos os tipos de ornamentos e fetiches, foi mais intensa na África do que na América. Conseqüentemente, a força natural da terra-mãe foi reduzida a essencialidades. Certas encarnações e reencarnações não podiam ser produzidas na ausência de dados instrumentos de culto e na ausência das impregnações magnéticas que eles implicavam.

Havia, assim, entre os negros do Brasil um sentimento de perda; a presença profunda da derrota que a deportação americana significava. A decorrente mitificação da terra-mãe levava, pois, à saudade mortal, o banzo. Mas o coletivo como tal não podia deixar-se morrer, devia seguir adiante. Paradoxalmente, o caminho permissível de suas reestruturações superestruturais era muito parecido com aquele que a própria África deveria seguir mais tarde, como resultado do colonialismo.

No processo destas reformulações, e como ponto central da intelectualidade social dos negros, o ganga devia intuir as respostas, decifrar os sinais dos caminhos inesperados. “Abrir os caminhos” continua até hoje a função do ganga, capaz de negociar com as divindades e conhecer os preços possíveis e impossíveis para o coletivo pagar socialmente. O ganga, “meu pai”, “meu dentro”, conseqüentemente “minha origem” ou “meu segredo”, permite-me, assim ultrapassar o arcano fisiológico.

Através do seu transe, através de sua telepatia, sento-me dentro de mata fechada e recebo os conselhos dos meus antepassados. É por isso que eles vivem em minha vida, e que posso entender a vida e a morte como entretons, dia e noite, que se sucedem sem interrupção. Duas faces de um mesmo estado, a experiência do grupo prossegue reencarnada naqueles que estão vivos.

A ambição, a inveja, o espírito acumulador, e outras formas negativas do ódio à vida social haviam levado às guerras na África e ao cárcere da escravidão. Ao recusar todos estes poderes negativos, o ganga brasileiro ajudou a reconstruir a comunidade negra como um todo social, onde o projeto sonhado era a recriação de si-mesmo.

O afastamento da consciência e dos processos conscientes caracteriza-se psicanaliticamente como a liberação do inconsciente. Ou seja, as forças profundas do conflito individual (junguianamente, também social) podem aflorar e apresentar comportamentos divergentes ou insuspeitos. Este colapso da consciência pode ser

momentâneo ou prolongado; pode ser induzido ou impressentido, etc. Como argüíram Jung, Reich e Lacan, estas manifestações profundas de um outro Eu podem compreender inclusive a comunidade como um todo, e não apenas indivíduos.

Para as escolas irracionistas, o problema comportamental inverte-se: sua explicação assemelha-se à explicação religiosa. Forças duradouras ou eternas, externas ao comportamento social, constituir-se-iam o fundamento do comportamento coletivo. Por tal motivo, as modernizações societárias e suas desagregações seriam fenômenos temporários, como o remexer de um remo na superfície de um lago. Quanto à visão do materialismo histórico, o tecido das relações sociais compreende o todo da informação explicável, sendo aí onde se geram os comportamentos, coletivos ou individuais. Nesse sentido, o desaparecimento de uma geração significa o desaparecimento de uma mentalidade, de uma certa experiência histórica, embora outra parte subsista pelo aprendizado coletivo.

Recria-se, pois, a memória de cada etnia a cada geração ou subsiste geneticamente um aprendizado que busca preservá-la? Pessoalmente, acredito na segunda hipótese, embora não tenha meios de comprová-la. É difícil acreditar que uma ameba já traga inscrita um programa comportamental e as sociedades humanas não. Nesse sentido, parece-me que boa parte das sociedades tradicionais é reproduzida por intuição genética.

Caso esta hipótese tenha algum fundamento empírico, a liberação do inconsciente poderia expressar elementos dessa programação genética. Nesse caso, a psicologia social junguiana ou a psicanálise freudiana possuiriam uma base objetiva, identificável fisiologicamente. Os antropólogos e etnólogos gostam de se escusar dessas questões. Correntemente, aplicam o método de sua escolha como se fosse a metodologia única, e não uma simples escolha. Os historiadores, em geral, são mais humildes. Eles reconhecem que suas metodologias são ideologias políticas, a serviço de ideologias sociais.

A hipótese de que os seres humanos tivessem a capacidade de estocar informações e transmití-las geneticamente, com linguagem codificada, implica dizer que em dado conjunto de informações, ou habilidades culturais de um grupo, só seriam “abandonadas”, ou não transmitidas à geração futura, quando o próprio grupo deixasse de acreditar no valor daquelas habilidades. Como esta descrença social não se produz homogeneamente em todo o grupo, isto poderia significar que psicologias sociais diferentes gerariam visões potencialmente diferentes de mundo, na geração seguinte. Opõe-se a esta idéia a hipótese do aprendizado completo das ideologias pelas gerações vindouras, a partir da “tábua rasa” lockeana.

Estas questões, embora aparentemente supérfluas, terminam por estar envolvidas com a definição dos paradigmas da resistência e da dinâmica culturais. É praticamente impossível explicar a dinâmica, o vigor, o poder da cultura negra do Brasil, nas condições da dissolução da família negro-africana, no processo de internação do cárcere escravista. Os negros deveriam apenas perecer a cada geração de trabalhadores, mas não criar uma cultura afro-brasileira, de dinamismo maior do que aquele das culturas européias. Esta pergunta, endereçada sistematicamente à protointelectualidade negra brasileira, recebe sempre a resposta do mistério dos orixás, do poder sobrenatural extraordinário das divindades negras, mironga apenas. Seria a mironga uma culturalidade genética, algo ao estilo do arquétipo junguiano?

A criação do vazio necessariamente mitêutico permite os mais amplos exercícios de seu preenchimento, da parte da protointelectualidade negra. A pertinácia das projeções grupais do negro advém, seguramente, da prodigalidade de sua animação mitêutica. E o vazio de seu universo mitológico, ao permitir as mais amplas combinações de todas as culturas, revela o infinito e a perfeição de suas possibilidades associativas. Não se trata apenas do mais amplo potencial, mas a maior riqueza de conteúdos disponíveis, à vagueação da mente.

Admitida a mironga como a transmutação contínua e imprevisível de um feixe dos arquétipos, estes originais, o reencontro dos restos das culturas negras revela sua força própria de recomposição, de adensamento de funções e de encaminhamento. A elação, a altivez, a arrogância próprias do ganga ter-se-iam que definir como sublimidade. A cena ideológica de uma aparente sobrevivência torna-se de súbito adensada por um prosclênio psicológico de recursos inúmeros, de riqueza sem precedentes.

Ou seja, a repressão ao mitêutico na sociedade expansionista européia tenha talvez feito se responder, como espaço de outro; outro este a culturalidade negra, por esta via, em que se havia tornado mais forte: o poder dos mitos.

E, assim, a explicação do segredo nos leva a um novo segredo: não deveria existir o que existe. Não poderia haver comandado o que nos ensinam que não comandou. Isto nos leva ao dentro do problema da cultura brasileira. Ela só pode se explicada como uma cultura negra, porque ela é uma cultura negra. Uma das possibilidades em que se tem cifrado sua existência, o seu segredo, é haver-se apresentado historicamente sob a metamorfose de uma cultura branca, européia, latina e ocidental nos Trópicos. No entanto, cada europeu sabe que ela não é isso. E cada negro também.

O autêntico, o aparentemente real que conturbava o espaço do sagrado, com sua coorte de misérias e imposições servís, contrapunha-se permanentemente aos desígnios reassociativos da protointelectualidade, à ação mitêutica do ganga. A vida quotidiana manifestava o aspecto mau da natureza dos escravistas. Ali se projetavam todos os seus espantosos fantasmas, toda sua força negativa da vida. Portanto, na luta contra os senhores, na luta contra a escravidão, era preciso revalorizar a terra-mãe, receber dela os influxos criativos, o poder original. Makumbé, macumba. Ao defrontar-se com o absolutamente mau dos escravistas, o ganga e seus seguidores deviam contrapor seus próprios fatores projetantes, liberar de si mesmos uma força maior do que o ódio senhorial. Este poder estava disponível na animação mitêutica. A comunicação com o mito próprio levava à percepção dos conteúdos da consciência pela inconsciência. Restabelecia-se o equilíbrio da economia psíquica. O ato propiciador desta renovação era comandado pelo ganga.

A recomposição no Eu originário, na cultura da terra-mãe, tinha o seu ato máximo nos rituais de terreiro, nas oferendas, nas homenagens na mata, na arriação dos trabalhos. A força destes atos, pela dimensão liberadora do fator auto-reconhecente, era espantosa. O adensamento de todos os clãs numa presença comum evidenciava a reminiscência da terra-mãe. O ódio do colonizador era ali espatifado, amarfanhado, pisoteado e reduzido a impotência. O absolutamente mau do colonizador encontrava assim, no plano mitológico, o poder das divindades negras, que o aterrorizava e destruía.

Nesta luta entre o mitêutico e o autêntico, entre o afastamento da consciência e a emergência de novas recepções etc a cultura do colonizador era projetada no sombrio. O agente destas poderosas mutações era o ganga. Daí não ser de todo espantoso o ódio dos colonizadores a Zumbi, que chegou até nossa época. Zumbi era o sinônimo dos mortos-vivos e não o “portador do poder de fetiche”. Os colonialistas, principalmente os padres católicos, o apresentavam como a encarnação do próprio demônio dos brancos. Este ódio profundo é revelador do medo com que os opressores encaravam o ganga. Havia, pois, na cultura “vencedora”, um desejo de não chocar-se, não debater-se com a cultura “vencida”, porque esta encontrava-se, a seu ver, cheia de elementos falsos, ignorâncias, partes obscuras, segredos, enfim, arcanos. Daí o rótulo satânico.

Qual era, portanto, a superioridade da cultura “vencedora”? O canhão, a espingarda, o navio à vela, certamente o “conselho administrativo”. Estes atos de materialidade, estas partes do autêntico, impunham-se por si mesmos, pelos efeitos de si mesmos. Não vigoravam, portanto, no dentro. Não vigoravam à noite. Eram menos eficazes na mata. Por isso, sobreviveu o poder das divindades negras. A magia não era de

todo inútil. Ela permitia apropriar-se da noite. Apropriar-se de onde começa e termina o dia. A mata engolia para sempre bois e escravos. Ali acharam-se plantações clandestinas. Para ali foram habitar as divindades negras, desta feita numa terra que não estava demarcada pelos clãs. E aqui estão os elementos de convergência entre o pagé e o ganga. A luta contra o absolutamente mau do colonizador induzia estes fatores auto-recorrentes, com a dissolução protetora no Eu de origem. E o produto cultural deste mergulho é, sem dúvida, a ideologia quilombola.

A importância da vida nas culturas não-escritas explica a profundidade de seus simbolismos, e o papel da intelectualidade social em sua permanência. A consolidação da psicologia social dos negros obedeceu, assim, às imposições de suas vidas cotidianas, projetadas pelos filtros de sua cultura viva. A pertinácia das projeções culturais valia-se do consolidado instrumento, nas culturas africanas, da vagueação das mentes, com a criação do vazio (mental) necessariamente potencializador e mitêutico. A visão metempsicótica completava a tradução necessária do passado, com seu retorno, para assegurar a força no presente.

As implicações da consciência na inconsciência, em que esta “percebe” e “traduz” aquela, de acordo com as necessidades da sobrevivência social, é fato bem demarcativo da dualidade superestrutural brasileira. A inteligência intuitiva, com que a maioria escapa à opressão e recria a sociedade, revela a superficialidade das culturas repressivas. As versões da cultura oficial, aparentemente definitivas, ruem de súbito, deixando ver suas entranhas de outro.

Tal se passa, uma vez mais, em nossa história. O ocidentalismo fraciona-se e arruina-se. Pode-se, em suas rachaduras, observar friamente o que o corrói. Sua força de ontem, devoradora de culturas, revela a todos, com assombro, que elas não foram digeridas. Para sobreviver, o expansionismo deve vomitá-las inteiras, mostrando a superficialidade do cosmopolitismo. Este só brilha ao sol.

A ausência de luz própria da cultura européia no Brasil talvez se explique na derrota daqueles embates iniciais. Ao ser uma cultura de minorias ralas, mantendo-se pela opressão e pela repressão, tem expressado o absolutamente mau do europeu. O aspecto mau de sua natureza faz dela instrumento da materialidade simplesmente funérea. O fenômeno não é somente brasileiro, mas americano. Depois das tragédias do continente europeu, as mesmas se estendem pelo mundo. O ideal de um mundo fúnebre, sem retorno, bloqueia as alterações de sua inconsciência. Talvez seja por isso uma cultura moribunda.

Temos, portanto, que a trama das ilusões do inconsciente, em luta para ignorar o mundo real e transforma-lo, elabora a trama da inconsciência social. A riqueza desta constrói o lado obscuro de cada cultura, que desempenha papel crucial no curso catastrófico de adaptações, da vida societária. No caso brasileiro, instalara-se uma sociedade de barbárie. De um lado, brancos, europeus, proprietários, opressores, expropriadores. Do outro, negros, africanos, escravos, oprimidos, expropriados. Daí a dimensão esmagadora da inconsciência social. Ela formava o laço entre as duas superestruturas opostas, entre os dois mundos divergentes. No irremissível da negação mútua, estava a dialética animadora destas destruições.

Evidencia-se a importância da comunicação com o mito. O controle do esconjuro, o poder da mente do ganga, constituía-se alternativa real de mundo, fonte de cosmovisões significativas. A luta entre o etéreo, a vagueação comunicativa com o mito, e o funéreo, o mundo dos senhores, dá prevalência àquele. A alteração da consciência leva à alteração de si mesmo, libera o caráter regenerativo da alienação. Negros alienados produzem a sua própria ideologia, em que eles são os autores da história.

De nada adianta a negação do sonho. À época, os colonialistas intentavam esmagar o sonho pela força das armas. Hoje em dia, combatem-no com o disfarce da razão, pois não chegam a penetrá-la. Explicam-nos que Zumbi não devia haver-se rebelado, mas negociado. Poder-se-ia perguntar: negociar com quê? Com a rebelião? O problema central da ideologia quilombola é que ela era um ato dos negros africanos, ela possuía uma força própria. O outro só pode ser conhecido pela sua afirmação. Ninguém está interessado nas razões de Henrique Dias, mas nas razões de Calabar, e nas razões de Zumbi. E por quê? Certamente porque as razões de Henrique, no entendimento dos negros, não eram razões de negros.

Ora, “razões de negros” implica, para os negros, em uma continuidade, entre o século primeiro (1550-1650) e esta parte em que nos encontramos. O reconhecimento dessa ideologia social comum caracteriza o “acerto” daquelas decisões passadas. Os gangas dos séculos iniciais, sacerdotes-guerreiros, ou “reis do povo”, aparecem hoje como expressão de uma cultura viva, que legou aos negros contemporâneos tudo que possuem. É evidente que, em todas as épocas, os “negociadores” saíram vivos, com trinta dinheiros em suas sacolas. Mas não é isso que explica qualquer cultura, em qualquer parte.

A força de uma cultura se explica, entre outras coisas, pelo específico de seus mitos. Viver para trás, efetivar a fuga do autêntico, tem o poder de negar o experienciado por outrem o vivenciado ou solucionado por outrem. Remeter-se para o conhecido é uma das

formas de remeter-se para o desconhecido. O mundo das sombras não é circular, não obedece aos princípios da esfera. Contudo, o mundo do passado está apropriado pelo sagrado, encerrando segredos conhecidos. Reportar-se ao mito é, portanto, constituir um futuro de acordo com o passado. Constrói-se um futuro conhecido, em que o outro é lançado para a sombra.

Vê-se, portanto, que historicamente o negro optou, entre: (a) anular-se no outro; (b) seguir um caminho próprio. Através de sua superestrutura africana, e da recriação de sua cultura no Brasil, o negro optou por seguir seu próprio caminho. Desempenharam neste caminho papel-chave as dramatizações do inconsciente. Elas desenvolveram as tonalidades emocionais específicas do negro brasileiro.

Os conteúdos impessoais dos atos individuais de negro, expressando sua cultura, foram quase sempre ignorados ou criminalizados pela cultura oficial. Desenvolveu-se, assim, a dualidade das superestruturas. A invenção do negro brasileiro teve efeito no cenário de suas próprias figurações. “Ku yinga yinga”, andar à deriva, delirar na dissimulação, descobrir em transe sua verdade de mundo, esta foi a virtude do negro africano, preservada e desenvolvida pelo ganga, ao inventar o negro brasileiro. Esta virtude não pôde ser dissipada pela repressão.

Por outro lado, a existência, desde logo, da “cultura negra” ultrapassa o limite da aparência fenotípica. Identifica-se como “negro” o que é geneticamente negro, ainda que como processo cultural. As aberrações aparentemente incidentais que expressam as transformações das personalidade sob a influência dessa cultura faz dos transformados também “negros”. E foi isso que se deu com a superficial cultura ocidental do Brasil. Em sua dinâmica, ela acabou por ser “absorvida”, tornando-se um “reflexo do reflexo”. Se algo tinha que ser destruído, algo foi destruído. O dinamismo da cultura ocidental levou-a a “assimilar” a cultura negra do Brasil, através de métodos repressivos e sincretismos negativos, que revelaram sua fraqueza intrínseca. A cultura colonialista certamente “morreu de indigestão”. Antes de produzir ou atingir um ápice, desapareceu a classe social que lhe era motora. Hoje ela se decompõe em praça pública, e dos seus restos emerge a cultura negra. Napoleão costumava dizer, a respeito de seu Império, que uma colcha que se estende demais, rasga no meio. A cultura oficial do Brasil é hoje um simples arremedo da cultura ocidental. Falta-lhe dinâmica própria, energia propulsora. Quanto à sociedade que ela pretende representar, submerge compulsivamente na guerra civil oculta.

5 - O Pai-de-Santo

O ganga senta-se em sua choupana, ou no centro da mata; à beira de um rio, um lago ou o mar. Fecha seus olhos e se concentra. As ondas energéticas projetadas ou recebidas pelo seu cérebro, verdadeira estação transmissora-receptora, permitem conformar diferentes mapas de ideias. O movimento da consciência flui pelas forças da inconsciência e descreve imagens, modelos, ideias do autêntico pelo mítico. A leitura ou interpretação, pelo ganga, do conteúdo destas situações irá refletir-se na configuração do passado ou do futuro do grupo; oferecerá chaves dos caminhos possíveis.

Desta forma, os gangas tradicionais cresciam seus poderes sem cessar, ou intentavam fazê-lo, ao longo de suas vidas. Seu papel era cultural, mas era também absoluto. Não havia outras oportunidades estáveis de saber, fora de seu saber intuitivo, de seu saber revelado. Pouco a pouco, porém, as desgraças que se abateram sobre a África, ao lado das dificuldades da internação americana, aumentaram a concorrência dos valores externos, com o cura e o pastor, o médico e o policial, o psiquiatra e o psicólogo. Quebravam-se constantemente os elos de iniciação e transmissão dos segredos, produzindo-se, por certo, um decréscimo geral da qualidade mítica, do poder mágico e da interpretação societária no mundo urbano e industrial.

Temos assim que o ganga perdeu sua condição de monopólio dos fatores projetantes da cultura negra. No lugar dos gangas absolutos, surgiam os gangas parciais, elementos que não detinham o absoluto dos segredos, as “Nove Portas”, mas dominavam uma ou duas vias de acesso ao esotérico.

A primeira referência documental a atividades religiosas tradicionais africanas no Brasil data da segunda metade do século XVII, na Bahia. Refere-se a um cerimonial com sangue de animais que talvez indique o candomblé. Data do século XVIII a referência quase mitológica do Tatamirô, senhor ou terreiro de poderes fantásticos, no bairro da Federação, Salvador. Alagoas é o lugar com maior número de gangas famosos até o Império, talvez devido a influência das sociedades secretas que atuavam por trás de Angola Janga. Entre 1650 e 1950, contam-se ali quatorze feiticeiros ou chefes de seitas importantes. Havia certamente macumba e capoeira no quilombo da Gávea (1790-1810), combatido e empurrado para longe pelos chefes de polícia de D. João, no Rio de Janeiro. Há também indicação destas atividades no Pará e Maranhão, particularmente Belém e S. Luíz, ainda no século XIX. A imprensa do Rio e de São Paulo reportava a presença de

“feiticeiro negros”, reprimidos pela polícia desde 1834 e 1857, respectivamente. Era o auge da expansão do café.

Desde a guerra do Paraguai nota-se a expansão do Kardecismo, que culminou mais tarde na formação das sociedades da Umbanda (1880-1913), no Rio de Janeiro e, logo, em São Paulo. Os “babas” ou “tatas” (“pais”, literalmente; por extensão, os chefes dos serviços rituais dos antepassados) que deram formação à Umbanda adotavam partes do Kardecismo e se opunham aos gangas tradicionais, que eram perseguidos pela polícia. “Ganga” e “Kibanda” significam “feiticeiro” (Kibanda é palavra ovambo).

É evidente que se tratavam de feiticeiros parciais, conhecedores incompletos dos segredos, que assumiam caminhos do eclético e do cosmopolita, supondo resolver os problemas efetivos de sua comunidade étnica. Este auge de “bom mocismo” revelava uma “alma branca”, nunca a “alma da macumba”.

Não resta dúvida que o elemento principal para o fracionamento do poder e da hierarquia dos gangas no Brasil, com o desaparecimento dos poderes do rei sacro, foi a dificuldade ou impossibilidade – devido à repressão e ao fechamento do tráfico – de formar novas gerações completas de sacerdotes. O estudo nas matas, o convívio com os animais e a transferência do aluno de um ganga para outro reduziram-se a um mínimo, a partir de 1850. Esta quebra no número dos grandes sacerdotes coincidiu com a multiplicação de especialistas, que dominavam um ou dois segredos. Saía o ganga do cenário histórico e entrava seu substituto, mais mercantilizado e mais industrial, o pai-de-santo (1913-19..?).

Seria tolice julgarmos que o pai-de-santo não representa a tradição africana. Ele representa a forma encontrada pela tradição africana para sobreviver, como uma tradição dos negros brasileiros. Seria tolice igualmente supor que o pai-de-santo não expressa poderes específicos da etnia. Ele não é apenas memória, ou perda de memória. Ele é um elemento-síntese, a instituição transformada. Consequentemente, seus “caminhos” não estão fechados. Ele pode crescer em conhecimento oculto e em poder, ou diminuir. Como tudo mais, as vibrações variam ciclicamente, e o pai-de-santo se move com elas. A probabilidade favorita dos orixás (6,25%) talvez nos indique o que vai ocorrer na comunidade negra, dentro em breve.

Rigorosamente, o pai-de-santo é o pai-de-terreiro, isto é o sacerdote escravo da divindade, encarregado da manutenção do templo, ou da abertura e encerramento dos trabalhos. Ele pertence, portanto, à sociedade secreta dos hieródulos, mas não é o mais importante dos feiticeiros. Hieródulo (cavalo) da divindade, não domina necessariamente o

segredo de várias Portas. Onde se encontram os demais feiticeiros? Sem dúvida, pelas provas nos rituais secretos, eles se encontram disseminados pela hierarquia dos templos, suas associações e federações. Contudo, tornaram-se raros os feiticeiros de notório poder, capazes não só de magia e, às vezes, prestidigitação; hipnose coletiva e possessão induzida, etc. Talvez prudentemente se escondam das multidões. Estará extinto o poder magnético da terra-mãe? É pouco provável. Os fiéis acreditam simplesmente que os pais-de-santo não têm os poderes do ganga.

Disse, porém, em algum momento, que o ganga era forte em prestidigitação, desempenhando esta talvez uma condição potenciadora do mitêutico. Contudo, de nada valeria esta função, digamos, diversionista, se o ganga não possuísse ações mais impressionantes no campo da “comunicação eletroquímica”, com toda sua conseqüência de “fatos inexplicáveis”. E estes são os poderes que às vezes, hodiernamente, parecem faltar. Não diria nem mesmo que faltam em todas as “linhas”.

Aqueles que conheceram gangas antigos percebem muitas diferenças culturais importantes. Os gangas possuíam uma rigidez facial, quase uma certa paralisia facial, que ainda hoje é encontrada na maioria dos gangas africanos. Os olhos opunham-se à face insensível, pela iluminação profunda e brutal arrogância. Eram olhos opacos, sem transluz, duros e altivos. Sem dúvida, são estes traços culturais que revelam uma proximidade com o africano, hoje perdida. Por outro lado, a simples presença do ganga já iniciava uma animação mitêutica. Pode-se dizer que ele não representa um papel, como pai-de-santo, gerado pela possessão e pela mironga. Ele era o papel. Expelia, com sua presença, uma ausência emocional, com se ali se encontrasse uma pedra, ou um armário. Esta permanente alteração da consciência era outro de seus traços característicos. O magnetismo do antigo ganga estava sempre crescendo dentro de seu corpo. Ele não era percebido. Apenas seus olhos podiam traí-lo.

Se hoje o pai-de-santo é uma figura de menor centralidade na cultura, ou de menor especialização, isto também deve refletir ajustes da superestrutura negra, com reprogramações funcionais. Temos o exemplo de outras sociedades tradicionais que metamorfosearam seus valores, para se adaptar ao mundo mercantil e às necessidades do capital.

O tempo não é suficiente para dizer quão completa a metamorfose, nem se ela continuará o processo de sintonia do ajuste. As artes marciais e médicas orientais, as sociedades secretas e semi-secretas da Ásia são um exemplo que está sempre na mente daquele que busca entender a sociedade negra. Uma cultura, em suas formas

superestruturais, tem uma enorme capacidade de criação de mecanismos dissimulativos das novas opções institucionais. Embora saibamos que Gangazumba, Chico Xavier e Zé Arigó querem dizer “negro”, e estamos diante de gangas negros, não podemos determinar o exato papel de cada um, numa escala comparável de recriação de capacidades para sobreviver na cultura negra.

Onde deve-se alojar e que caminho deve seguir cada momento histórico do ganga? Onde sairá o pai-de-santo? Como as górgones na fachada de uma catedral medieval, cada um deles parece igual ao outro, e todos parecem sustentar o edifício. Contudo, um exame mais circunstanciado nos revelaria a individualidade de cada qual; se são apenas efeitos visuais; ou se fazem parte da estrutura do todo.

O sacerdote-mago-médico não era, pois, um simples estado mediúnico. Ele era uma forma especial de vida. Ele era a unidade de real e do ideal, nas sociedades tradicionais. Vivendo na fronteira entre a vida e a morte, ele se transformava no elo grupal com uma outra dimensão, as duas encaixadas, formando uma unidade. Suponhamos, por exemplo, que a visão de mundo dessa sociedade haja mudado. Que certas ações culturais foram perdidas ou abandonadas e com elas, uma parte da psicologia social. Não é verdade que as mesmas festas, os mesmos sacrifícios e os mesmos mistérios se tornassem outros?

Suponhamos, por exemplo, que nessa sociedade, o mundo dos vivos e o mundo dos mortos já não se encontrem encaixados? Qual é a vida de fronteira que o novo ganga deva levar? Que alterações sofreria a organização dos delírios? Como decifrar antes as mensagens que serão recebidas? As janelas do tempo abrir-se-iam no passado, no presente ou no futuro?

Na impossibilidade de responder-se cabalmente às estratégias possíveis para as instituições societárias, julgo de melhor alvitre observar a marcha do processo, e procurar pensá-lo enquanto se observa. Subsiste sempre o perigo de se descrever algo diferente daquilo que se observa, porque corre-se o perigo de pensar que se entende aquilo que ainda não se descreveu.

Admitido o pai-de-santo, pois, como uma nova “orientação estratégica” adotada endogenamente pela etno-cultura em transformação, o esotérico dos nove modos-de-ser foi-se tornando uma especialização, segundo a dominância dos usos mais atuais. Como forma de uma ultrapassagem das amarras do processo formativo, heranças ou supostos equívocos (pelo menos para o presente) de atuação, foram sendo modificados, para uma nova etapa de luta/inserção/negação no Ocidente. O crescimento urbano, da formação da opinião pública, o recuo da família patriarcal etc colocaram demandas de adaptação a novas

funcionalidades. Transformou-se o patrimônio étnico-cultural. No ambiente urbano, a família sofreu redução numérica, e de poder de vizinhança. As memórias e tradições étnicas da ideologia social quilombola foram imobilizadas sob a forma de pretos velhos, caboclos (kobukulu) e entidades sincréticas no ambiente das “tendas”, “centros” e novos “terreiros”. O avanço da democracia racial, das políticas de desafricanização etc contribuíram fortemente para as concessões do pai-de-santo, no mundo urbano. Isto não nega a dinâmica da cultura negra, mas explica os novos meandros de sua vida de relação, pós-1888. Modificaram-se os padrões da percepção étnico-cultural, com empréstimos miméticos e novas regras de sobrevivência.

Por exemplo, o livre acesso ao cemitério, que sempre foi concedido ao negro durante o período colonial (o cemitério dos negros estava separado), foi-lhe negado como parte das novas regras da sociedade civil e do urbano. O contato com o cemitério é elemento indispensável ao feitiço (fetiche), ou seja, à ritualística do encantamento e o contato com os antepassados (processo da metempsicose).

A sociedade da República culminou o nascimento do indivíduo e, neste sentido, o golpe de 1889 foi não apenas um ato cesárico, mas também uma cirurgia cesária. O indivíduo tinha dificuldades para nascer, nas vascas do Império. Foi sempre criatura de estufa na Primeira República; não esteve melhor nas ditaduras, abertas ou disfarçadas, que sucederam àquela. Como parte das liberdades dos indivíduos, destacava-se a negação dos direitos coletivos adquiridos pelos negros. A guarda de ferro republicana exigia negros individuais, candidatos perpétuos à cidadania, doutores engravatados. Não havia com ela, lugar para grupos vestidos de batas, rodando ao som do tambor.

O próprio tambor incomodava. Quando possível, era logo varrido para longe, a patas de cavalo e golpes de cacete. Portanto, não havia espaço à macumba (força natural da terra-mãe); (ato próprio para despertar a força natural). Não havia lugar para quilombo (lugar onde ainda queima o fogo sagrado; por extensão “lugar onde entramos em transe”).

A República não deixava dúvidas, com sua política de desafricanização. Domesticado o ambiente do Brasil, a imigração branca deveria criar um país europeu. Não havia lugar para ideações ou cultura de negros. É neste ambiente em que teve de trabalhar o pai-de-santo. Ele representa, assim, uma nova experiência. No lugar do irredentismo da ideologia social quilombola, o pai-de-santo deve lançar mão de novas dissimulações; buscar alianças nas divergências culturais do outro. As divindades abandonam o metal, o barro e a madeira e tomam forma no gesso. Simbologias da Igreja Católica ganham forma no gongá. O padre católico vem benzer os novos terreiros etc.

Isso se torna possível porque a Igreja também passa por dificuldades. Depois da separação com o Estado, ela necessita reforçar seu prestígio entre massas populares, que antes desdenhava. O padre e o pai-de-santo podem, assim, se olhar com olhos de outra época. Tolerância? Hipostasia consciente? Julgue você mesmo. O fato é que, ante a sabedoria silenciosa de seus adversários, o republicanismo adoeceu das doenças infantis e morreu muito cedo.

O pai-de-santo prosseguiu em sua missão. Representando uma função bem especializada na cultura negra, sua vida de fronteira estabeleceu-se no conteúdo dos sincretismos negativos. Pouco a pouco, expressando as relações ideológicas das diferentes culturas, transformou-se ele próprio no sincretismo negativo que carrega o outro. Inserido, assim, no contexto da multiculturalidade, o pai-de-santo realiza a negação do ato, em si negativo da força mágica. Ele é o “nga” do ganga. Ao negar o ganga, ele se revela ganga, pelo seu próprio poder de negação. Seu terreiro é a última centelha de quilombo, onde o fogo sagrado, unção da terra-mãe, crepita ainda vivo.

6. Conclusão

Harmonizar, humanizar e civilizar não foram tarefas exclusivas do “homem branco”, mas encontram-se também no centro de outras culturas, como o caso da cultura africana e da cultura negra do Brasil, às vezes chamada “afro-brasileira”. O que os racistas e colonialistas têm taxado de “docilidade do homem africano”, ao lado de sua bebedeira, devassidão e outras “maravilhas” não é fruto da fraqueza ou covardia, nem foi docilidade. O homem africano, e seu produto, a sociedade negra do Brasil, tinha(m) sua própria dinâmica cultural e buscava sempre restaurar seu equilíbrio societário. Peça fundamental nesse processo era o sacerdote-médico-mago, o ganga. A religião negra nas sociedades tradicionais desempenhava um papel estabilizador, que foi sabiamente reproduzido na cultura negra brasileira. O princípio criativo associado à mulher, e o símbolo esférico ou circular do “princípio” das sociedades negras, reproduziu-se na América, apesar do desequilíbrio social inerente à sociedade carcerária da escravidão (ausência de mulheres e mortandades das crianças).

Pode-se dizer que o negro não “enlouqueceu” tanto quanto seria devido, e o crédito desta atitude positiva, apesar da escravidão americana, se deve à religiosidade africana e sua superioridade ética ante o colonialista. Na luta pelo reequilíbrio e restabelecimento dinâmico das sociedades negras, desempenharam um grande papel as

associações secretas e semi-secretas, de fundo mágico-religioso, e de clã, dos negros. No miolo destas associações, encontra-se o ganga. Os mecanismos de exultação, êxtase, transe e sonho hipnótico, comandados pelo ganga nas reuniões periódicas dos negros permitiu reencontrar, reestruturar e desenvolver o mitêutico da(s) sociedade(s) negra(s). Elaborando uma nova síntese, o ganga soube conduzir o seu povo no trabalho compulsório, na rebelião, para a liberdade e no ambiente das novas situações urbanas. A força legítima dos impulsos humanos foi nele canalizada e por ele tornada divina, permitindo a orientação dos antepassados aos que se encontravam vivos, a assunção da consciência pela inconsciência, com o domínio do autêntico pelo mitêutico.

Através do sublime dos papéis que desempenhou, o ganga se apresentou como o herói oculto e coletivo da etnia, a pessoa de seus melhores chefes, a representação da “mironga”, com a abertura dos caminhos do mundo. Caminhar, avançar sob sua sombra protetora revela a face paternal de todos os negros, a energia profunda de sua cultura e a tolerância inesgotável de sua sabedoria social.